

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA****ACTA N.º 2/2007****1ª Sessão Extraordinária de 2007****11 de Abril**

Os trabalhos foram iniciados às 19H30.-----

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**-----

-----**Primeiro Secretário, Rui Miguel Queiroz Correia.**-----

-----**Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira.**-----

Membros presentes: Todos, com exceção do Senhor Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo, os Senhores Vereadores Carla Tavares, Rita Mafalda Madeira, Gabriel Oliveira, Eduardo da Silva Rosa, António Moreira, Clotilde Manuel Duarte Cunha e Silva, Carlos Manuel das N. Reis dos Santos, Filipe Eduardo Miranda Ferreira, João de Matos Bernardino, António Alberto Alves Nunes.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfovelos, Jorge Manuel da Conceição Nunes, se fazia representar nesta Sessão pela Senhora Maria de Fátima Rodrigues Alves Martins, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venteira, Vítor Pedro C. Gonçalves, se fazia representar pelo Senhor Rui Manuel Lopes Rego (Documento em anexo à presente Acta).-----

Verificado o Quórum, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

**I – TOMADA DE POSSE**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que, ao abrigo do n.º 1 do Art. 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor Augusto Ferreira Guedes, do PS, o Senhor João Nuno Calado Pimenta Lopes, da CDU (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Senhor Luís Filipe Moutinho Lopes, do PS, renunciou ao mandato em 10 de Abril de 2007 (Documento anexo à presente Acta).-----

De seguida informou ainda que, em conformidade com o Art. 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse pelo PS o Senhor André Mendes de Medeiros, (Documento anexo à presente Acta), pela CDU o Senhor Amadeu da Ressureição Lopes Moreira, (Documento anexo à presente Acta), pela Senhora Manuela João Santana Rosado (Documento anexo à presente Acta).-----

### II - ORDEM DO DIA-----

#### PROPOSTA:-----

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 3 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da Proposta da C.M.A. relativa a “*Carta Educativa do Município da Amadora (Proposta n.º 112/2007)*”.-----

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Projeto de Regulamento do Parque de Estacionamento do Fórum Brandoa/Centro Cívico (Proposta n.º 96/2007)*”.-----

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Constituição de Agência para a Promoção da Amadora (Proposta n.º 110/2007)*”.-----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Cartão Municipal do Idoso – Cartão Amadora Sénior (Proposta n.º 139/2007)*”.-----

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da “*Proposta de Recomendação sobre a carência Habitacional dos Moradores do Alto da Damaia*”.-----

Nota: Seguem em anexo, para aprovação as Actas n.º 11/2005 e n.ºs. 1,2 e 3/2006.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou abertas as inscrições sobre as intervenções da Ordem do Dia.-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite, nós propomos, de acordo com o Regimento do Artigo 32 n.º 4, a alteração da sequência das matérias fixadas nesta Sessão, propomos a alteração do ponto 5 para o ponto n.º 2, muito obrigado Senhor Presidente.”-----

Não havendo mais intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta de alteração à Ordem do Dia à votação do ponto 5 para o ponto 2, sendo rejeitada com 7 votos a favor, 17 votos contra e 5 abstenções (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia à aprovação, sendo aprovada por maioria 22 votos a favor e 7 votos contra (Documento anexo à presente Acta).-----

### III – CORRESPONDÊNCIA-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Artigo 30.º do Regimento.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Muito obrigado Senhor Deputado, como sabe, só há uma Acta, António, só há uma Acta, em abono da verdade, só há uma Acta em que houve uma questão técnica e foi pedido a todos os Partidos que levantaram essa questão que apresentassem aquilo que entendiam ser o seu sentido das suas intervenções, mas de resto, é regra a normalidade, não é aquilo que o António disse, de contrário, peço desculpa por o contrariar, mas esta é a verdade dos fatos, há só uma Acta em que efetivamente houve um problema técnico, e não sistematicamente, pode ficar a ideia de que esta Assembleia tem sistematicamente problemas técnicos, em 8 anos ou 9 que eu estou à frente desta Assembleia houve uma vez em que houve um problema técnico, bem, nunca foi levantada essa questão, Senhor Deputado, é a primeira vez que o Senhor Deputado está aqui a levantar essa questão, primeira vez, e em Conferência de Líderes nunca essa questão foi levantada.”-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Peço desculpa, devia ter feito isso antes mas esqueci-me, mas é rápido também, quero primeiro salientar o esforço enorme que foi feito pelos Serviços, e pelo Senhor Secretário que tem a responsabilidade pelas Actas, de facto tem que se aqui sublinhar o esforço feito, enfim, é um trabalho hercúleo, não é, na questão da Acta de quatro de Maio, segunda reunião, uma pequena precisão, digamos, na segunda reunião de quatro de Maio, de vinte sete de Abril, portanto, a Sessão de vinte sete de Abril, segunda reunião, realizou-se no dia quatro de Maio, numa folha que não está paginada, eu pelo menos não encontrei a paginação, peço desculpa, mas é uma página que está um pouco antes do ponto número oito, portanto é o ponto número sete, no final do ponto numero sete, uma minha intervenção que diz mais ou menos isto, “lamentamos que não tenha sido possível o tal ano pelo consenso que se tenha patriotarizado”, está lá escrito, eu, provavelmente, eu admito que tenha dito esta palavra, admito, nós dizemos aqui tantas asneiras, umas de propósito, outras sem ser, os funcionários da Assembleia sabem isso, dizemos tantas asneiras, eu admito que tenha dito esta asneira, mas se for possível, eu devia ter dito, com certeza “partidarizado”, com certeza que era esta a palavra que eu queria dizer, se não o disse, solicito que seja escrito essa palavra.”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Senhor Deputado, será feita a correção, com certeza que é partidarizado, e é um lapso de escala nisso.”-----

### IV – ACTAS

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou as Actas à aprovação, e informa que estão abertas as inscrições.-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Relativamente às Actas, Senhor Presidente, temos a dizer o seguinte, na generalidade delas, naturalmente não temos nada contra, porque são a transcrição daquilo que nós dizemos, parafraseiam tudo o que nós dizemos, ou praticamente tudo o que nós dizemos, com umas vírgulas, claro que não vamos estar contra, claro que não vamos estar contra, só temos aqui uma pequena coisinha que já fui aqui uma vez alertada, que penso que foi por mim, pelo menos por mim, que é o seguinte, nas votações não consta, nas votações que não são unânimes, naturalmente, não consta quem votou a favor, quem votou contra e quem se absteve, eu acho que isto é necessário mesmo constar na Acta, portanto, eu solicito que de fato seja registado quem vota a favor, quem está contra e quem se abstém, porque isso é importante nas Atas, e é entre aspas, é um direito que nos assiste registar publicamente que não estivemos de acordo com isto ou com aquilo, porque de outra forma não se sabe quem esteve de acordo e quem não esteve e quem esteve, não é, é apenas este alerta, digamos, que eu faço ao Senhor Presidente e à Mesa, com a ajuda dos Serviços, naturalmente, podem fazer, é um pouco mais difícil, enfim, demora um pouco mais mas eu acho indispensável isto, muito obrigado Senhor Presidente.”-----

Senhor **Deputado António Santos**: “Sobre a Proposta do Carixas, considero que não é nada mais difícil transcrever nas Actas resultado das votações, é uma questão tão simples quanto transcrever para a Acta em que o Senhor Presidente anuncia no final de cada votação, mas não é só por isso que eu me inscrevi, há outra questão que, no período das novas tecnologias e da revolução tecnológica que estão anunciadas, não compreendemos como é que sistematicamente há intervenções cuja gravação corre mal, se a Assembleia estiver de acordo, a gente dá uma senha de presença para se comprar um novo gravador, ou qualquer coisa para que todas as intervenções poderem ser transcritas nas Actas.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Não havendo mais intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Acta n.º 11/2005 à aprovação, sendo aprovada por maioria 29 votos a favor e 7 (Documento anexo à presente Acta), de seguida colocou à votação as Actas n.º 1/2006, 2/2006 e 3/2006, sendo aprovadas por unanimidade dos 32 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).--

### -----V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Vou só informar os Grupos Parlamentares, que vai ser distribuída aos Grupos Parlamentares aqui um conjunto de jovens que hoje nos visitam, é a marcha que tem o prazer de convidar os membros de diversas Forças Políticas, representadas na Assembleia para visitar a TOCA, Taberna Ocupada pela Cultura na Amadora, portanto será distribuído também aos Grupos Parlamentares.”-----

Senhor **Fernando Pinto Ferreira**: “Agradecia a concessão de palavra que me foi dada, eu tinha dois esclarecimentos a pedir, o primeiro refere-se ao seguinte, no passado mês de Fevereiro houve um referendo para a legalização do aborto, com muita estranheza, verifiquei que não havia editais afixados na Amadora, a única coisa que eu vi a esse respeito, foi um comunicado, chamemos-lhe assim, afixado na Junta de Freguesia da Mina, onde eu resido, também, e confesso que não fui às outras, em que a Câmara tinha nomeado, resolvido, ou outra palavra que queiram usar, o número das mesas e a constituição das ditas mesas, a localização, isso não, com o andar dos tempos e não vendo isso dirigi-me à Comissão Nacional de Eleições, telefonicamente, e disseram que isso era da responsabilidade da Câmara, e que tinham enviado já para a Câmara os editais, entrei em contacto telefónico com a Câmara, a Câmara disse-me que sim senhora, que já tinham recebido mas que não era nada com a Câmara, era com a Junta de Freguesia, e esperei, esperei e nada, no dia da votação verifiquei, aleluia, que o local onde eu ia votar, e vou, que é na escola ali na Escola Marquês Pombal, ou coisa que o valha, na Rua Miguel Bombarda, à entrada na vitrina, aleluia, estava então o edital a dizer isso, nas mesas de voto, credo, maldição, nem um, como me tinham dito que o responsável era a Junta de Freguesia, fui a uma reunião pública da Junta de Freguesia, e disse, então meus Senhores, o que é que se passa, dizem que os Senhores é que são o

responsáveis, ah delegaram-nos tão poucos que não dava, bem, de maneira que não há dúvida alguma que se verificou um fato, que foi a não formação em condições do ato, e admiro-me muito, tanto mais que ilustres autoridades do nosso país, tal e qual como o Senhor Presidente da República, e com o Senhor Primeiro Ministro, votem, votem, vão votar, de maneira que eu queria que me dissessem quem foi o responsável, porque isto é uma desinformação, que é em tudo contrária àquilo que a Constituição diz, e se a culpa é da Autarquia, mais uma vez a Autarquia, não digo que a culpa é dela não cumpriu com as suas obrigações, porque a própria designação Constitucional da Autarquia é a defesa dos interesses de quem mora na sua área territorial, coisa que não foi feita, pelo menos no que se refere à informação deste acto, no tempo que me resta só mais uma coisa, este fato que eu vou relatar, pode parecer um fato muito simples, sem importância, mas no fim tem, em dois mil e cinco a Câmara Municipal do Seixal realizou um festival de teatro e convidou um grupo do Concelho, o grupo do Concelho foi lá, além do grupo do Concelho foi convidado, foi também convidado um grupo de Lagos, portanto logicamente os três intervenientes, Seixal, Lagos e Amadora, a ordem de inclusão dos fatores é arbitrária, logo a Câmara de Lagos disse, é pá somos três, nós somos os segundos, e assim foi, ora por lógica fatal, caberia à Câmara da Amadora a terceira parte, bem aí é que a porca torce o rabo, o que é que acontece, quando a Câmara da Amadora foi, enfim, procurada, e lhe foram dito, devido à solução como é como não é, a resposta que os outros obtiveram foi, razões logísticas e financeiras não cubemos, eu acho que isto é muito grave, é que quando se toma uma decisão, não pode ser uma decisão pura e simplesmente monetária e tal, é preciso vê-la em todas as suas vertentes, e uma das suas vertentes é a imagem que se cria do Município e das pessoas que nele residem, ora se fomos lá, comemos, bebemos e enfim, francamente, o que é eu se cria em linguagem popular, eu não digo a linguagem popular, porque foi exatamente a população que foi a votos e pôs o Executivo Camarário lá, agora, são uns cravos, uns comilões, e não digo outros nomes, não é verdade, para não ferir susceptibilidades, ora quando o Município coloca as pessoas nesta posição, eu queria que o Município me explicasse o porquê, será que nós somos mesmo assim, será para isso que os Senhores foram eleitos, era isso que eu queria que me explicassem, a Constituição diz que não, que é para defesa dos nossos interesses, eu acho que os nossos interesses é ter uma boa imagem e não a imagem que criaram, no que respeita ao aborto, ao referendo, também devíamos ser devidamente informados e não fomos, contrariamente aos nossos interesses, portanto contrariamente às funções autárquicas como a Constituição determina, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

era só isto e parece-me que já é bastante.”-----

Senhor **Paulo Caldas**: “Boa noite, estou aqui a representar um grupo de jovens pelo Movimento Marcha, portanto numa época em que assistimos à degradação do sistema político português, temos razões para estarmos preocupados, os direitos e valores conquistados durante o processo revolucionário não se degradam sozinhos, as principais Forças Políticas que governam o nosso país há mais de trinta anos, não souberam e não sabem corresponder aos anseios da população e do jovem, uma dessas Forças é a que gere a nossa cidade, e da mesma forma que a nível nacional conseguem governar afastada das populações, também aqui na Amadora governam para uma minoria, minoria essa que não está obviamente representada os trabalhadores e os jovens, os moradores da Estrada Militar sentem na pele a veneração de um dos princípios mais elementares do ser humano, expulsos de suas casas vêm-nas ser demolidas pela Câmara Municipal da Amadora, sem garantias de que serão realojados, também milhares de jovens vivem numa situação crítica, a falta de políticas para a habitação insere-nos em casa dos pais até idades bastante avançadas, uns partem para outros concelhos à procura de habitação, choca-nos que possa haver tanta gente sem casa quando há tanta casa sem gente, no nosso Concelho há centenas e centenas de fogos devolutos, a Amadora é uma floresta cinzenta e silenciosa, silenciosa porque a pouco a pouco a Amadora foi perdendo vida, em tempos a nossa cidade foi um destino para quem queria assistir a espetáculos culturais, são muitos os exemplos cinzentos que acabaram pelas mãos do actual Executivo da Câmara Municipal, a semana da juventude, as exposições de cultura ao ar livre e a Fábrica da Cultura, para destacar apenas alguns, no entanto podemos ir mais além e questionar porque não há um único cinema com oferta diversificada e que seja diária, ou porque não existe um festival de teatro, ou um festival de cinema num Concelho que alberga a Escola Superior de Teatro e Cinema, ou porque carece o Concelho de casas de juventude, e o prémio Zeca Afonso, destinado a promover a música popular, porque o tratam como se não tivesse qualquer importância, é esta a triste realidade de uma cidade cada vez mais descaracterizada que em impede os jovens e as populações a viverem num amorfismo e na apatia, à noite, as ruas desertas, de dia, apenas a rotina de casa trabalho, trabalho casa, porque rejeitamos viver num dormitório, dezenas de jovens trabalhadores-estudantes, membros de grupos juvenis, decidiram avançar com o Marcha, um Movimento de acção reivindicativa pela cultura e habitação na Amadora, surge como uma necessidade política dos jovens, de

reivindicarem o acesso à habitação e à cultura, o Marcha pretende ser mais uma resposta organizada dos jovens aos ataques dos empresários, dos especuladores imobiliários, da Câmara Municipal da Amadora e do Governo, o Marcha pretende consciencializar os jovens e a população para as questões da habitação e da cultura, o Marcha pretende agir para defender e ajudar a reconstruir a nossa cidade, ocupamos a antiga Taberna, portas largas, o edifício histórico avançava para a ruína e o proprietário não demonstrou qualquer intenção de o recuperar, um grupo de jovens tomou a casa em suas mãos e modela-a agora para a pôr ao serviço dos jovens e da população, no dia da ocupação os membros do Marcha contactaram com a vizinhança e explicaram os seus propósitos, nas dezenas de conversas o apoio de muitos moradores ficou expresso, o Marcha dedicou-se nas últimas semanas à realização do edifício, jovens com o apoio de alguns moradores lançaram-se ao trabalho, neste momento a recém batizada Taberna Ocupada pela Cultura na Amadora já recebeu e está pronta a receber mais iniciativas culturais, desde cinema, teatro, música, dança, exposições, debates, aulas, todo o tipo de ações que possam envolver e apoiar as associações juvenis e os jovens que querem puir e criar a cultura, portanto, não apenas criticamos como damos o exemplo, antes de terminar queria mostrar a solidariedade do Marcha ao moradores da Estrada Militar e a todos que não tenham teto digno onde viver, a população tem razão e deve lutar para garantir que ninguém fique sem habitação, é um direito consagrado pela Constituição da República Portuguesa, e um direito pela qual lutaram gerações e gerações de trabalhadores e jovens, obrigado.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados, e senhores munícipes, em relação as questões colocadas aqui nomeadamente pelo Senhor Fernando Pinto, sobre as questões de constituição das mesas, seja para referendos seja para eleições, naturalmente há todo um processo que é desencadeado através da Comissão Nacional de Eleições, que por sua vez utiliza a Câmara, que por sua vez as Juntas de Freguesia, este é processo normal seja referendo seja outro tipo de eleição, e geralmente o que vem, vem um conjunto de elementos enviados pela Comissão Nacional de Eleições à Câmara, que por sua vez a Câmara também com Juntas de Freguesia faz o conjunto de editais tendo em vista a constituição das mesas, em relação de onde é que funcionam as mesas, numerações, etc., e todo este processo, naturalmente, é conduzido sempre da mesma forma, e sei que houve alguns problemas, não tanto pela falta de editais mas também de alguns erros

em determinadas alturas em que foram corrigidos depois dos editais, tendo em conta que já não havia editais suficientes, bom, é evidente que naturalmente lamentamos que este tipo de informação tenha corrido não da forma como corre sempre nas outras eleições, parece que foi esta aquela que houve alguns problemas, estou certo que não teve, pelo menos no meu ponto de vista e nos Presidentes de Junta que tiveram neste processo, nenhum processo, tendo em vista a não participação do eleitorado, antes pelo contrário, mas enfim, peço desculpa, evidentemente que quem tem a culpa, naturalmente que por este processo não ter corrido como normalmente costuma correr, sobre a questão que falou há pouco da participação no Seixal, no âmbito de uma amostra de teatro, não interessa, foi feito com três grupos de teatro oriundos de três Municípios, Seixal, Lagos e Amadora, dizer que a Câmara e os Serviços de Cultura da Câmara, não receberam nenhuma comunicação sobre a participação de qualquer grupo de teatro nesta questão do Seixal, soubemos é que um grupo que está sediado na área da Freguesia da Mina, salvo erro, que é as Folhas de Outono, na Junta de Freguesia, que naturalmente foi convidado a ir a esta participação no Seixal, não sei, como digo, a Câmara não teve conhecimento, foi um conhecimento à posteriori que não foi pedido nenhum apoio à Câmara, nem nenhum tipo de ajuda à Câmara, nem nenhuma parceria, nem sequer ao menos a Câmara do Seixal comunicou à Câmara essa vontade e essa disponibilidade, não sei se o Presidente da Junta da Mina que está aí, naturalmente teve conhecimento, se apoiou ou não apoio essa ida, ou se isso foi tratado com a Junta de Freguesia, com a Câmara nada disso foi tratado e por isso, é evidente que é sempre desagradável alguém que não deixa de ser da Amadora e apareceu lá como sendo da Amadora, e que depois que tenha acontecido o que aconteceu, mas de facto a Câmara desconhecia qualquer tipo de participação, não foi contratada nem pela Câmara do Seixal, nem pelo próprio grupo de teatro, sobre a sua eventual participação nesse festival, bom, sobre a outra questão, dizer o seguinte, senhor Paulo Caldas, esta Câmara representa minoria, não é bem assim, se representasse minoria não estava eleita e não tinha maioria absoluta, por isso é bom que a gente fique claros, naturalmente não representa a vossa minoria, também é normal, o que também não tem drama nenhum, agora, não venham dizer que a vós é que é estabelecida a recetividade e legitimidade que esta Câmara não tem legitimidade, bom, sobre a questão da Estrada Militar, eu acho muito interessante, naturalmente o direito à habitação é o direito que assiste a todos, mas por acaso, gostaria, naturalmente de ter visto aqui os jovens que vivem na Estrada Militar, defendendo as suas preocupações e os seus direitos, porque estas questões não é só as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que acontecem, este processo do âmbito daquilo que tem a ver com o direito à habitação, como todos sabem, um direito do Ministro da Constituição, que estamos a falar são de coisas diferentes, tem a ver com o âmbito de processos de regimento contra analisados no âmbito dum programa especial, que são coisas diferentes que estamos a falar, e o que estamos a falar é sobre isso mesmo, e por isso todo este processo é um processo que não se desencadeou agora, nem há um mês, nem há dois meses, nem há três meses, há anos que está em curso, é um processo que tem tido um tratamento idêntico para todos, e é um processo que a Câmara tomou uma decisão, que independentemente de outras questões, que em relação a casas ocupadas, que tivessem pessoas, nós não faríamos a imediata demolição sem um sistema de análise, o processo tende em vista ver que soluções é que se têm encontrado, quem tem essa competência, como também sabem saber que é o Governo, maneira que nesse aspeto estamos a trabalhar, e por isso, sobre o resto e sobre os comentários das outras questões, enfim, de não gostar de viver neste Concelho, tenho pena que se calhar tenha nascido neste Concelho, é a fatal do destino, porque quando nasceu, naturalmente neste Concelho não estava melhor do que está hoje, estava muito pior como está, naturalmente, e de maneira que também compreende que nessa altura ainda não tinham capacidade de poder vir aqui à Assembleia Municipal puder vir aqui dizer aqui o que disseram agora, mas naturalmente cá estaremos para essas questões sobre a questão da ocupação, como não ocuparam nenhum edifício municipal, é evidente que é um problema, naturalmente do proprietário do edifício, não é um problema da Câmara, e vocês fazem o que entenderem em relação a esse edifício, sobre aquilo que pedem, fazer a nível daquilo que vocês chamam promoção da cultura e a promoção do direito da habitação, sobre a questão de políticas de habitação, para os jovens, bom, das duas uma, ou vocês andam distraídos, ou alguns não são da Amadora, também pode acontecer, por isso as questões, nós há muito tempo, já não é a primeira vez que lançamos concursos para a venda de habitação para jovens e com custos controlados, e continuamos a fazer e temos esperado continuarmos a fazê-los, por isso não percebo essa questão de dizer que nunca houve, até parece que antes havia, e que nós agora acabámos com essa política de habitação para os jovens, o que nós fizemos, foi desenvolver um conjunto de processos, tendo em vista a candidatura em relação a vendas de habitação a preços acessíveis para que os jovens possam afixar no Concelho da Amadora, bom, sobre as outras questões, não vou naturalmente falar mais, porque também não adianta muito, enfim, são naturalmente opiniões políticas de quem tem, naturalmente uma ideia política formada, o que temos o direito, e de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

maneira que sobre isso não vale a pena a gente discutirmos, teremos outros fóruns, quando quiserem fazer essa discussão estarei disponível para essa questão de uma forma aberta, séria e frontal, muito obrigado Senhor Presidente.”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Meus queridos amigos, é assim, o período destinado ao público, é um período em que todos os senhores munícipes deste território, e nós não fazemos como algumas Assembleias Municipais que obrigam a que as pessoas que querem aqui intervir se tenham de inscrever previamente no nosso Regimento, e tenham que provar que são de cá, não fazemos isso como outras Assembleias fazem, mas damos liberdade a todas as pessoas, está no nosso regimento do funcionamento desta Assembleia, que todos os senhores munícipes que queiram intervir nesta Assembleia, antes dela começar no período destinado ao público o devem fazer, podem fazê-lo, têm de se inscrever, e portanto quem se inscreveu, inscreveu-se e falou, quem não se inscreveu, isto não é uma FRA é uma Assembleia Geral, portanto, Senhores Deputados, vamos passar ao Período de Antes da Ordem do Dia.”-----

Senhor **Deputado António Santos**: “Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, excelentíssimo público, quatro ou cinco dias depois de se ter realizado outra Assembleia Municipal, passou a ser do conhecimento público algumas normas deontológicas segundo as quais se regia o Grupo Melo no seu hospital particular que é o hospital da CUF, ficámos a saber, e foi infelizmente, teria enriquecido a discussão que houve na última Assembleia Municipal, que nós temos conhecimento antes da prática deontológica que o Grupo Melo pratica no seu hospital privado, o Hospital da CUF, o aborto estava interdito e fazia parte da Lei, mas continuará a ser interdito apesar da lei se ter prolongado ontem com o Senhor Presidente da República, Cavaco Silva, mas, mais escandaloso do que isso, práticas médicas normais que se praticam nos hospitais públicos como a laqueação de trompas ou vasectomia, são completamente interditas de praticar no hospital da CUF, mas mais incrível, é proibido, prescrever a pílula do dia seguinte, e é proibido a aplicação do DIU como método contraceptivo, então, nós ficámos a saber que a entidade privada maioritária da sociedade que gere o Hospital de Amadora Pública, tem uma prática deontológica contrária à de ontologia de Serviço Nacional de Saúde, e nós perguntamos, mas como é que o Estado permite que haja uma entidade que faça

a gestão do Serviço Nacional Público de Saúde que tem na prática deontológica em sua casa completamente contrária, dir-me-ão, bem, mas isso é na casa deles, no Serviço Público têm de cumprir a deontologia, e enfim, as regras de mercado têm estes efeitos colaterais, mas então eu pergunto, mas então esta Assembleia e esta vereação tão entusiasticamente vibrou com o resultado do ultimo referendo, como é que é possível que esta Assembleia e esta Vereação aceitem ter como parceiros, alguém numa cidade em que eles são a maioria, a gerir um hospital público que na sua casa tem esta prática, como é que é possível, que o estado venha a permitir que no concurso que daqui a um ano se vai realizar, uma empresa que na sua casa tem uma deontologia diferente, contrária àquela que é a deontologia Serviço Nacional de Saúde, possa concorrer á nova gestão privada do Hospital Amadora/Sintra, ficamos indignados, e no mínimo Senhor Presidente, aquilo que eu espero de si, é que se explique aqui como é que se dá com esses parceiros, como é que é possível, como é que você e a Câmara da Amadora, no Hospital Amadora/Sintra, seja parceiro de alguém que defende isto, porque, quem me garante a mim que quem tem a maioria da gestão privada desse Hospital, não vai exercer, agora que tanto se fala de direito de objeção, posição sobre os profissionais de saúde, que trabalham nesse Hospital para praticarem objeção de consciência para práticas médicas que o Hospital de Saúde consagra, quem me garante a mim, quem garante aos cidadãos da Amadora que não vai haver esse tipo de pressões, mudando um bocadinho de assunto, evidentemente que nós vamos votar a favor da Moção apresentada pela CDU sobre a Pereira da Costa, mas também queria dizer o seguinte, a prática política deste Governo, tem sido uma prática de despreocupação e de interesse por aqueles que cada vez mais, face às situações seguidas, que se encontram cada vez mais situações de pobreza e situações de exclusão, há uma lei permissiva que permite que haja falências fraudulentas, que haja deslocalização de empresas, que haja despedimentos coletivos, e, é pá, que chatice, estamos imensamente preocupados, estamos muito solidários, mas o que é que havemos de fazer, há uma Lei à incapacidade deste Governo e destas Câmaras consagrarem um princípio constitucional de direito à habitação, pá, paciência, mas vai tudo a eito, não há outra hipótese, há, no que diz respeito a um conjunto de medidas tomadas por este Governo, que de facto é o protagonista da política neo-liberal, nas políticas neo-liberais cada vez conduzem mais os trabalhadores, e cada vez mais um conjunto de cidadãos para situações de pobreza extrema e para situações de exclusão um desinteresse e despreocupação que nos deixam perfeitamente impressionados, é assim, assim se faz Portugal, uns vão bem e outros mal, a Junta de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Freguesia da Reboleira, a Junta de Freguesia da Venteira e a Junta de Freguesia da Damaia não têm nenhuma iniciativa programada no folheto que foi transmitido ...(mudança de cassette) ...vai continuar a marchar, uma Toca e muitas Tocas hão-de florescer.”-----

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “Senhor Presidente, muito obrigado por me ter dado a palavra, Deputado António Santos, é nestes pequenos pormenores que se nota os tiques totalitários de certos Partidos de Esquerda, e reaccionários, eu pergunto uma coisa, o Senhor aceitaria quem no seu Partido, no Grupo Político em que está, nós, PSD ou CDS ou PS determinássemos as regras, o código com que funciona, o modo como funciona, os critérios que aplica, aceitaria isso, aceitaria que isso são as regras do jogo democrático, haja que isso são as regras do jogo democrático, isso só demonstra, que de facto certos Partidos de Esquerda não perdeu o tique totalitário que tem lá bem no seu fundo.”-----

Senhor **Deputado António Santos**: “Felizmente, a minha casa não é um serviço público, o Hospital de Amadora/Sintra é um serviço público, e nos serviços públicos há regras claras e as regras claras, são aquelas que são ditadas pela deontologia de saúde do Estado, é completamente incompreensível, que alguém que em na sua própria instituição privada de saúde, uma prática deontológica contrária, não só aquilo que seja deontologia do próprio Serviço Nacional de Saúde, mas como também aos direitos mais elementares das mulheres e dos cidadãos portugueses, possa concorrer, possa ganhar a gestão privada dos hospitais públicos, a minha casa não é um serviço público, nunca será, e eu nunca acharei, não há nenhuma cidade que eu defenda, a que a minha casa, o meu computador, as minhas calças, o meu boné, passem a ser um serviço público.”-----

Senhor **Deputado António Tremoço**: “Ora, em primeiro lugar, boa noite a todos os presentes, Senhor Presidente, eu gostava só de perguntar aqui uma coisa, esta Moção, tenho dez minutos para fazer a apresentação da Moção ...(interrompe o Senhor Presidente da Assembleia) ...”-----

Retoma o orador: “...Não tem, isso é no Período das Moções, neste momento tem o tempo da CDU, para fazer a intervenção no tempo da CDU, Senhor Deputado, peço desculpa, é normal, não é bem isso, é isto, Senhor Deputado, pode ver as Actas anteriores, nos debates

que houve, Senhor Deputado, esta possibilidade do Senhor Deputado apresentar a recomendação ou votos, tinha uma certa filosofia, que era coisas de emergência que surgissem, Votos de Pesar, falou-se nisso, estão a transformar isto numa Ordem do Dia, não é Ordem do Dia, mais, eu duvido da validade, já disse isto uma vez em Conferência de Líderes, duvido da validade, cumpro a determinação da Assembleia, mando para o Senhor Presidente da Assembleia da Republica, para o Senhor Primeiro Ministro, tudo o que vocês deliberam no Período de Antes da Ordem do Dia, duvido da legalidade de qualquer deliberação da Assembleia, Antes da Ordem do Dia, não é na Ordem do Dia, é um PAOD, portanto, duvido da validade disso, e digo sempre, Senhor Primeiro Ministro, no Período de Antes de Ordem do Dia, a Assembleia aprovou isto, não foi no Período da Ordem do Dia, tenha a bondade.”---

Senhor **Deputado António Tremoço**: “Sim Senhor, bom, então em relação a este problema da Moção, penso que a Moção no essencial, diz tudo o que nós podíamos dizer, não vou fazer aqui um historial da M.B. Pereira da Costa, até porque não tenho tempo para o fazer, mas o que é preocupante, é como é que é possível, sendo o Governo, o credor principal daquela Empresa, e como Empresa atravessava um período difícil, apareceu um sujeito que dizia que queria viabilizar a empresa, disse que ia comprar a Empresa, não sei se avançou com alguma verba, se não avançou com nenhuma verba, sei que de facto, o Governo lhe deu a possibilidade de ele fazer isso, o Senhor não fez nada disso, muito pelo contrário, não viabilizou a empresa, não tratou da escritura como devia ter sido tratada, não fez nada disso, fez foi exactamente o contrário, começou a despedir os trabalhadores, fez todos aqueles problemas que nós conhecemos, e agora, o que não é compreensível, é que além disso, formou uma nova Empresa, que já não é M.B. Pereira da Costa, que é a Pereira da Costa, que está a funcionar nas instalações da antiga M. B. Pereira da Costa, a funcionar lá dentro da Empresa, e como é que é possível da parte do Ministério, não fazer nada no sentido de acabar, de facto, com esta situação, que é uma situação aberrante, quer dizer, fica dono de uma empresa, não paga à Empresa, e o Ministério das Finanças deixa o Senhor continuar lá a continuar fazer tudo exactamente tudo o que quer fazer, isto é que não se compreende, isto não passa pela cabeça de ninguém, como é que é possível, que raio de país é este, e que raio de Governo que não faz nada, no sentido de acabar com estas vigarices, porque este Senhor que está ali é um vigarista que está ali, não é outra coisa, ele é um autêntico vigarista, aquele Senhor que está ali, na M.B. Pereira da Costa é um vigarista, bom, mas parece-me que agora,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

este país está virado até para os vigaristas, parece que os vigaristas agora é que têm o caminho percorrido, é que é verdade, quanto mais se é vigarista neste país, parece que mais percorre, começam a ocupar os postos-chaves, de facto não se compreende isto, isto é revoltante, quando se vê ali trabalhadores, e trabalhadores que estiveram ali sete e oito meses sem receber, e agora tiveram de pedir a suspensão para puder ganhar no desemprego, isto não passa pela cabeça de ninguém, e de facto esta Moção, vem mais no sentido de nós, porque temos responsabilidade também, exigir que o Governo rapidamente actue no sentido de acabar com aquela situação, até porque é conhecida de todos nós, não é, em relação a outra situação que nós já tínhamos aqui discutido, que é o problema da antiga Sorefame, é outra situação que continua preocupante, neste momento que situação é que temos, a Câmara, de facto, já aprovou agora o destaque de uma parcela, mas o que não compreendemos, e isto também não passa pela cabeça de ninguém, é que a parcela anteriormente que tinha sido culpada pela REFER, onde estavam todas as linhas de montagem, nesta última versão, não aparece nenhuma linha de montagem, o que quer dizer que todas as linhas de montagem, que muitos de nós visitámos, na antiga Sorefame vão ser todas completamente destruídas, todas, não fica uma única linha de montagem em pé, seja para o que for, porque o que está que é feito agora, não compra uma única linha de montagem, o que compra, é de facto, terreno, a parte que está junto à estação, que não tem infra-estruturas, e das duas uma, ou o Governo faz investimento e faz infra-estruturas, ou então não pretende fabricar material ferroviário, é mentira, ou então é mentira, ou então não é verdade isto, tudo o que lá está, não tem uma única infra-estrutura, tem, de facto uma parte de serviço, não tem lá nada, portanto, isto é de facto preocupante, e chamava à atenção ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aquela reunião que nós tínhamos pedido, para fazer com a Secretária de Estado, mais razão tem agora, porque nós temos o direito de saber o que é que o Governo pretende fazer, com a parcela que comprou nas antigas instalações da Sorefame, porque se não é para fazer material ferroviário, se não é para fazer nada, não valia a pena, não valia a pena estar a comprar nada, desculpem lá, mais valia dizer que não quer fabricar material ferroviário, e quer fazer tudo no exterior, portanto eu chamo uma vez mais à atenção, como também chamo à atenção também do Senhor Presidente da Câmara, que também tinha dito que ia tentar resolver rapidamente fazer uma reunião com os responsáveis do Governo, com os vários intervenientes, para que rapidamente isso se faça, para que nós saibamos em concreto o que é que se pretende ali fazer, uma outra situação, o Senhor Presidente há pouco dizia que agora o problema da

habitação estava muito mais fácil na Amadora, eu tenho muitas dificuldades em perceber isso, está mais fácil agora para um jovem ter habitação do que ter há quinze anos atrás? Já não me refiro à outra parte, estou-me a referir no global, o problema da habitação hoje está muito mais difícil, estamos a falar no global, a habitação hoje está mais difícil para todos, que estava há dez ou quinze anos atrás, não venham dizer agora que há dez ou quinze anos atrás era mais difícil adquirir uma casa, pelo contrário, era muito mais fácil do que é agora, desculpem lá, uma coisa não tem nada a ver com outra, incluindo as barracas, porque que não havia de incluir as barracas?, essa agora é boa, meu amigo, eu não entro nessa, até porque eu não entro nos tiques da Direita, não vale a pena estarmos aqui com essa conversa porque não vale a pena, portanto, voltando novamente à situação, o que nos interessava fundamentalmente, era vermos em relação a estas duas empresas, como é que fomos acompanhar isto no futuro, não é, porque de facto são duas situações gravíssimas, e se de facto queremos que haja uma alteração completa em relação ao que se passou nestes últimos anos, então temos de dar muita atenção a isto, não é.”-----

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “O António Tremçoço tem razão, ele dizia que dantes era mais no global, incluindo a questão das barracas, não é? Dantes quando se davam as tábuas e as chapas de zinco e os pregos, de facto era mais fácil, felizmente agora já não se distribui os pregos e as chapas de zinco, e portanto, infelizmente é mais difícil, bom, mas é apenas um aparte, falando aqui relativamente à questão falada aqui pelo António Santos, que é uma pessoa normalmente ponderada, às vezes tem estas recaídas pró albanesas, são muito anos e é difícil, de facto ver-se livre do património histórico e cultural, agora, vamos lá a ver, pelo que eu percebi, o que o António quer fazer é obrigar o Grupo Melo a laquear trompas e a fazer abortos num hospital privado, é isso?, eu acho que o Grupo Melo tem o direito de não laquear trompas e fazer abortos num hospital privado, porque nós não estamos aqui a falar do Hospital Amadora/Sintra, nos estamos a falar dos hospitais privados do Grupo Melo, tem o direito, aliás o Senhor Deputado frequentemente vem aqui dizer, que os hospitais privados é um lucro, se fosse um lucro pelo lucro eles laqueavam as trompas e faziam abortos, ainda bem que ainda há valores, e que afinal não é um lucro pelo lucro, afinal ainda há princípios, afinal ainda há valores, à bom, ainda bem, e de facto eu não percebi a confusão porque de facto, ninguém aqui falou do Hospital Amadora/Sintra, está-se a falar de hospitais privados, de grupos privados, têm o direito de ter a sua própria deontologia, ou não têm direito?, a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

questão que eu vinha aqui colocar ao Senhor Presidente da Câmara tem a ver com o Bairro da Mira, aqui a algum tempo atrás, eu coloquei aqui uma questão que tinha a ver com a questão da destruição das lojas do Bairro, saiu há poucos dias uma notícia no jornal que afinal aquilo não eram actos de vandalismo, que era uma resposta dos jovens, pelo facto de não haver um campo desportivo, um campo multiusos, bom, naturalmente nós não vivemos na selva, e portanto escusado seria dizer que é absolutamente ilegítimo partir tudo porque não há um campo de jogos, e portanto, não estamos ainda, felizmente, nesse nível de resposta da sociedade, mas pronto, apesar de tudo, ocorreu-me perguntar, e obviamente não querendo com isto justificar a atitude de quem cometeu, de facto, aqueles actos de vandalismo, mas, ocorreu-me perguntar, de facto, como é que está essa situação do campo de jogos, porque pelo que eu me recordo, foi assinado um protocolo, julgo eu que em Fevereiro de dois mil e seis, portanto, eu tenho essa ideia que foi no início de dois mil e seis para a construção desse campo de jogos, daí para cá eu penso que não aconteceu nada, e de facto eu penso que é o equipamento importante para aquela zona da cidade, e depois dessa cerimónia, dessa assinatura do Protocolo, penso que não aconteceu nada, e gostava que me pudesse informar, se o souber, de facto como é que está essa situação e quando é que de facto vai existir esse equipamento, que considero que é de facto importante para aquela zona da cidade, muito obrigado.”

Senhor **Deputado João Serrano**: “Muito obrigado Senhor Presidente, uma nota prévia, há pouco o Senhor Presidente invocou uma questão que tem a ver com o Regimento e da leitura que faz do mesmo, posição essa que eu respeito, sobre a validade ou não da deliberação das Moções, eu atrevi-me a sugerir, em termos de esclarecimentos sobre essa matéria, que o Senhor Presidente fizesse algumas diligências no sentido do apuramento, se a norma regimental dessas Deliberações estão ou não conforme a Lei, ou seja, se têm alguma validade, acho que era uma medida que era positiva, há divergências relativamente a isso, percebo a sua interpretação, era importante o esclarecimento sob pena de nós estarmos aqui a debater moções, e depois na prática a mesma não ter qualquer tipo de eficácia legal, relativamente à Moção sobre a Pereira da Costa, gostaria de dar algumas notas e alguns comentários relativamente ao mesmo, ponto prévio, o Grupo Municipal do Partido Socialista, hoje, como ontem, como sempre, solidariza-se com os trabalhadores, com os trabalhadores da Pereira da Costa, com todos os trabalhadores da ex-Sorefame, com todos os trabalhadores da

Amadora, nomeadamente trabalhadores que têm passado momentos bastante difíceis, que nós somos sensíveis, fruto de uma ruínoza gestão de alguém que criou muitas expectativas, e que cometeu algumas adversidades que levou à situação que temos, no entanto, nós consideramos que a intervenção da Autarquia sobre esta matéria é mínima, e a do Governo deve ser apenas de regularizar o mercado e não intervir no mercado, estas, como outras situações, compete exclusivamente aos tribunais, apreciar as matérias, actuar em conformidade, e foi isto que se passou, ou seja, o que se passou é que, no âmbito duma providência cautelar que foi apresentada pelo dono da empresa, um Oficial de Justiça foi fazer um inventário dos bens, foi fazer um conjunto de diligências que foram mal interpretadas, e há um conjunto de acções que estão a ser levadas a cabo, por parte, obviamente, do proprietário da empresa, mas também por parte do Sindicato, que estão a surtir os seus efeitos, aliás, segundo notícias do Diário de Notícias de quinze de Março, diz: “os trabalhadores da Pereira da Costa Construções, ficaram ontem mais tranquilos, após intervenção da solicitadora enviada pelo Tribunal de Trabalho de Lisboa, ao início da tarde, para proceder à penhoras do bens da Empresa que constam do inventário realizado pela oficial de justiça, com esta intervenção, acreditam, esses bens ficam salvaguardados, e em caso de falência, têm garantia de que vão receber os seus créditos, em declaração ao Diário, o Dirigente Sindical”, alias, após a tal retirada dos bens, também registámos que a polícia de Sacavém levantou um auto em colaboração com a PSD de Vendas Novas, e foi feito o arresto das máquinas que tinham sido retiradas da Empresa, e que deverão regressar à Empresa, segundo rezava a notícia, ou seja, a polícia actuou em função de uma ordem do tribunal, os tribunais estão a actuar, as partes estão em conflito, mas, eu penso que não compete ao poder político e não compete ao Governo dirimir estas questões, mas sim acompanhar, estou certo, obviamente, que um administrador de uma empresa que actuou como actuou, necessariamente não tem muita viabilidade na futura empresa que tem, porque obviamente estamos aqui com questões de penhoras, de dívidas, de incumprimentos legais, e obviamente, como sabem, o Governo aí sim, como Órgão Regulador tem mecanismos de evitar que eles voltem a acontecer, ou que as pessoas vivam a impunidade, ou seja, eu tenho uma visão que acho que neste caso em apreço, é uma situação grave que nós devemos de acompanhar, mas acho que nós não devemos intervir mais do que aquilo que intervimos, nomeadamente quando os tribunais estão a actuar, quando os tribunais estão a tomar as medidas necessárias, nesse sentido, obviamente que não subscrevemos, não só a questão de actuação da PSP, porque quanto a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

isso há várias informações que temos, relativamente a esta intervenção e à forma como foi conduzida, a PSP, repito, actuou por Ordem do Tribunal, e foi com base nisso, e houve, obviamente uma exaltação de lamentar relativamente à ocorrência, como também achamos que o governo não deve, porque isso viola qualquer princípio que nós consideramos que é o papel do Estado, que volto a dizer que não deve ser intervencionista nestas situações, mas sim regulador, obviamente que achamos que não compete ao Estado repor, a chamada legalidade democrática, conceito que eu confesso ter aqui algumas dúvidas nesta empresa, quanto ao terceiro ponto, a solidariedade com os trabalhadores, ela, é mais que evidente, e obviamente que este caso, como outros casos são sempre de lamentar, muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado António Santos** (pedido de esclarecimento): “É um pedido de esclarecimento ao João Serrano e ao Grupo do Partido Socialista desta Assembleia, gostava de saber se o João Serrano e o Grupo do Partido Socialista nesta Assembleia, também se solidariza com os funcionários públicos do Ministério da Agricultura, que vão ser dispensados por despacho do Governo Sócrates emitido a semana passada.”-----

Senhor **Deputado António Tremço**: “Quer dizer, eu de facto, só não percebi aqui uma situação que o nosso colega Serrano pôs aqui, vamos lá ver se eu percebo esta situação, o Governo é o credor maioritário por intermédio do Ministério das Finanças, o Governo faz uma venda para uma determinada situação, não é pago, e não é avançado no sentido de fazer a escritura dessa venda que foi feita, portanto, podia já ter sido feita porque já lá vai muito tempo, não é?, isso não é nada feito, a pessoa que tenciona comprar, não avança depois para fazer depois a escritura, passado este tempo todo, continua exactamente a não fazer a escritura, o Ministério das Finanças não tem obrigação, então isto não é um problema de legalidade?, quer dizer, eu compro uma coisa, não a pago ou avanço com uma determinada verba, mas depois tenho um determinado tempo para fazer a escritura, não a faço, o Ministério das Finanças não tem que repor a legalidade?, então quem é que faz isto?, sou eu?, desculpem lá, uma coisa não tem nada a ver com outra, a empresa é comprada, vamos lá ver se a gente clarifica a situação, não tem nada a ver com a justiça, não tem nada a ver com isto que foi posto ultimamente, eu faço um documento de compra e venda de uma propriedade, depois tenho um determinado tempo para fazer a escritura e pagar o resto, se não faço isso o que é que acontece, digam lá.”-----

Senhor **Deputado João Serrano**: “Senhor Deputado, quando alguém não cumpre com as suas obrigações, compete obviamente ao Governo desencadear os mecanismos, estão a ser tomados para repor obviamente a legalidade e violação dos compromissos, e é isso que está a ser feito, ou seja, não só as decisões, os processos estão a correr nos tribunais, quanto ao dono da empresa, que é nos fundo, entreposta não só pelo credor como também pelo sindicato, volto a frisar, é pelo Sindicato, volto a frisar, o Sindicato neste momento interpôs acções no sentido de acautelar a situação dos trabalhadores, tudo isto está a ser feito, por isso a reposição, da violação de normas que por parte do dono da Empresa, isso está a ser feito, não só pelo Governo, na qualidade de credor, como por parte do Sindicato na defesa dos seus trabalhadores e os processos estão-se a desencadear nessa matéria, acho que mais do que isso, nesta altura, penso que é uma mera demagogia, e de uma visão de Governo estetizante que não se coaduna nesta matéria, nós fazemos mais sobre isso, agora, o pior que muitas vezes acontece, é quando alguns Partidos até defendem que perante esta situação, o Governo até deve ter uma situação de benesses e no fundo de perdão de dívida, perante pessoas que não cumprem com as suas obrigações, e aqui quem não cumprir com as suas obrigações, foi, necessariamente, o dono da empresa que assumiu compromissos perante os trabalhadores, e não cumpriu, agora, diferente é a situação que o Senhor Deputado agora resolveu introduzir, relativamente aos funcionários da Administração Pública, os funcionários da Administração Pública com base num diploma legal, aprovado pelos Órgãos da Assembleia da Republica quando têm legitimidade para tal, estão no fundo a cumprir uma norma de criar uma bolsa de super numerários para os Administradores da Função Pública, acho que isto é uma situação, que nada tem a ver com violação claras de regras contratuais, que neste caso nós assistimos, e daí estamos solidários com os trabalhadores, por parte do dono de uma empresa, que não cumpre minimamente com aquilo que foi acordado com os trabalhadores, ao no fundo celebrar os contratos, e pior que isso, como sabem, ele despediu um conjunto de trabalhadores, houve uma acção em tribunal sobre essa matéria que obrigou, aliás, à sua reintegração, e a partir daí é que ele não cumpriu, por isso, estamos perante um agente, ou um cidadão, ou um empresário, ou o que é que chamamos disto, infelizmente o país está cheio disto, que obviamente não cumpriu, agora há aqui outro problema de fundo, o problema de fundo nesta matéria que nós temos que olhar, é que essas empresas, estas micro empresas neste sector, de mão de obra pesada e com pouca qualificação, hoje em dia, na economia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

global e na economia nacional, facturam ser completamente atrocidades por grandes grupos que são criados que obviamente roubam qualquer tipo de competitividades de empresas, isto é outra matéria, que obviamente nós assistimos com preocupação, mas faz parte, obviamente da evolução da economia e do mercado, que cada vez mais evolução, em que há grandes grupos e grandes cidades que se criam, e que obviamente limitam a capacidade e a sobrevivência destas empresas, mas isso é outro problema.”-----

Senhora **Deputada Patrícia Ferreira**: “Boa noite, eu venho aqui só para fazer uma chamada de atenção, que deve ter sido um mero lapso dos serviços, em que a listagem numero setenta e três C de dois mil e sete, publicada a trinta de Março de dois mil e sete no DR, onde constam adjudicações de empreitadas de obras públicas, mencionam dois processos, que é o numero trinta e o numero vinte seis, que não constam nas informações escritas à Assembleia Municipal da Amadora, nós achamos que deve ser um mero lapso dos serviços, mas gostávamos de chamar à atenção para esse pormenor, obrigada.”-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Vou tentar cumprir rapidamente, é difícil, mas pronto, vou tentar, vou passar por cima da questão das importações se a Amadora estava pior se estava melhor, cada um tem a sua interpretação, digo rapidamente que a CDU teve dezoito anos a gerir em conjunto com outros Partidos este Município, o PS, penso que neste momento está no seu terceiro mandato, veremos até quando, o CDS e o PSD ainda não estiveram, durante vários anos a CDU teve a confiança da população, ponto final, e deixemos dessas coisa, durante muitos anos a CDU teve a confiança, deixemos dessas coisas, se ofereceu material, se não ofereceu, durante esse dezoito anos teve a confiança, como neste momento o PS está no seu terceiro mandato, mas não tenho tempo para mais, queria aqui referir a questão do Mercado da Reboleira, Senhor Presidente, e o Mercado da Reboleira integra-se, integra-se Senhor Presidente, naquilo que já falámos aqui algumas vezes sobre os Mercados Municipais, o Senhor Presidente fez um desafio, que era fazer um estudo, Senhor Presidente, eu também lhe peço que não volte para o passado, o Senhor Presidente, não tenho tempo para lhe responder Senhor Presidente, o Senhor Presidente fez um desafio a esta Assembleia para se fazer esse estudo, e é isso que eu estou a responder, ao presente, a gente pode falar no passado, agendamos um ponto da Ordem do Dia para a próxima Sessão, não temos problemas nenhuns, Senhor Presidente, mas o que eu pretendo neste momento é saber

o que é que se pretende com aquele Mercado, tanto o Senhor Presidente como eu sabemos, como alguns de nós, sabe que aquele Mercado tem muito poucas bancas abertas a funcionar, poucas lojas a funcionar, e é isso que eu pergunto, acho que é legítimo perguntar hoje, antigamente era pior, Senhor Presidente, é a sua opinião, com certeza que é a sua opinião, com certeza, agora a Câmara tem alguma responsabilidade no contrato com os comerciantes daquele mercado, tem alguma responsabilidade com os utentes daquele Mercado, e é isso que eu gostava de saber, o que é que pretende fazer com aquele Mercado, depois queria, rapidamente também, penso que está no final o tempo, sublinhar, também sem notas vitoriosas ou de derrotas, relativamente às eleições dos Bombeiros, o que eu pretendo aqui é dar uma nota de, que seja reforçado o protocolo entre essa Associação, que é a maior da Amadora, das maiores do país, que seja reforçado esse Protocolo de colaboração que tem havido, sublinho, que tem havido, que seja reforçado esses protocolo, independentemente das direcções que estejam lá, independentemente dos vencedores e dos vencidos, muito obrigado Senhor Presidente.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Deputado António Tremoço, duas coisas, uma, Pereira da Costa, aliás eu pedia ao Senhor Presidente da Assembleia se possível, buscar uma Acta, salvo erro de ano e meio a esta parte, em que tem uma intervenção do Senhor Deputado António Tremoço sobre a matéria, nomeadamente, sobre aquilo que na altura acusou, que o Governo, nomeadamente, que era uma Entidade, uma forma que tinha de viabilizar uma empresa ou de não viabilizar uma empresa, contrariamente aos Bancos, e não deixava que uma pessoa, um salvador da Pátria, este salvador da Pátria que hoje foi falado aqui, pudesse vir viabilizar a empresa, gostava que o Senhor Presidente pudesse buscar essa Acta, porque eu acho que era interessante essa parte sobre a leitura daquilo que são as pessoa e os homens em determinados momentos, bom, outra questão que vos queria dizer sobre a Bombardie, Senhor Deputado, eu sobre a Bombardie vou dizer o seguinte, eu não estou mais disposto em fazer um papel, que o meu amigo parece que quer que eu faça ou que costuma fazer ou alguém que quer que você faça, que é, por um lado, procurar junto de mim uma informação, por um lado ir aos Serviços, por outro lado ligar para a Secretaria de Estado, por outro lado fazer disto coiso, para mim não dá, maneira que eu disse ao chefe de gabinete do Senhor Secretário de Estado, que a partir de determinado momento, só faria reuniões quando estivessem marcadas com todos os

presentes, ponto final, é isso que eu estou à espera, depois da aprovação foi feita, daquele destaque por parte da Câmara, estou à espera que marquem a reunião, e isso que é bom para todos, que de uma vez por todas que houvesse uma reunião, para que toda a gente saiba as regras do jogo, eu não sei o que é que compraram, sem o pedido de destaque, não sei qual é o valor, nem sei quais são os objectivos, e aliás, uma vez disse-lhe, e disse aqui, e volto a repetir, a mim nunca foi dito, nunca me foi dito a mim, pessoalmente, contrariamente ao que foi dito ao Senhor Deputado, que iria continuar a haver produção material circulante naquela zona, naquele espaço, a mim nunca me foi dito, aquilo que foi dito, e eu acredito que tenham dito, a mim nunca me disseram, e por isso era bom que houvesse uma reunião, entre todos, para a gente perceber o que é que se vai passar ali, bom, é isso, bom, Senhor Deputado Castanheira, sobre a questão do Bairro do Casal da Mira, eu tive oportunidade de ler aquela notícia, e é evidente que isto não se justifica, como é obvio, agora, o que nós na altura assinámos, não fomos nós que assinamos, foi a assinatura entras a Federação Portuguesa de Futebol, e o Instituto de Desporto, e Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, num Protocolo que envolvia a construção de cem campos daquela natureza, sintéticos, no âmbito dum programa da FIFA, e aquilo que na altura disseram, depois abriam candidaturas, bom se vêm fazer a Amadora, isso, bom, então o primeiro não pode contar já a conta a esse da Amadora, e foi esse o Casal da Mira, todo aquele processo, foi um processo que a seguir se discutisse muito se tinha que haver um concurso público ou não um concurso público, tendo em conta a adjudicação dos tais cem campos, e se um processo correu fora da Câmara, que a Câmara não tem nada a ver com isso, a Federação, a Secretaria de Estado, o Instituto de Desporto, a FIFA, e parece que só agora, só agora, à pouco tempo, tive agora oportunidade de receber um telefonema do Secretário de Estado, dizendo que finalmente estavam criadas as condições para puderem então construir o campo, e aquilo que disseram à Senhora Vereadora, estou a dizer que disseram à Senhora Vereadora, e eu disse à Senhora Vereadora que acredito quando vir, que até final do mês estava construído, bom, não sei qual é o mês, este mês é difícil, se for para o mês que vem é possível, por isso, nós temos que fazer as infra-estruturas, e nós vamos fazer a nossa parte de infra-estruturas, ele há um conjunto de infra-estruturas que temos que as criar, o Senhor Vereador Gabriel Oliveira já tem isso tudo preparado com os serviços no sentido de podermos fazer as infra-estruturas, não sei, não é por nossa causa que o campo não vai ser feito, estamos a deixar as infra-estruturas feitas, para então eles possam, parece que já foi adjudicado, parece que já foi escolhida a empresa da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

adjudicação, não sei se é um concurso novo, isso não é um problema que é nosso, mas já está escolhida a Empresa para começar a fazer esse campo, esse campo não faz parte de nenhum Protocolo, porque nós próprios também temos a intenção, como manifestámos na altura, temos a necessidade de termos mais dois ou três campos noutras zonas no Concelho, tendo em conta que seria um elemento de ocupação dos jovens em vez de andarem noutros caminhos desviantes, como a partir montras de lojas e outras coisas afins, D. Patrícia, sobre a questão agradeço essa nota, já tinha, o Senhor Vereador Carlos Reis feito a mesma nota na Reunião de Câmara, bom, não sei se é o erro da Câmara se é o erro do próprio DR, alguém cometeu este erro, de facto, não está de acordo com aquilo que é o valor, e verificámos isso e por isso é uma questão que iremos apurar, se o erro foi nosso, naturalmente, temos de pagar a publicação, se o erro for deles, é evidente que não temos de pagar a publicação, tendo em conta que o erro não foi nosso, Senhor Deputado Carixas, eu tenho pena, digo-lhe isto com toda a franqueza, tenho pena que não esteja aqui o Vereador João Bernardino, bom, mas já que chegou já posso falar, ok, o Senhor Vereador ou foi jantar ou foi ouvir o Primeiro Ministro, exactamente, bom, eu tenho pena que é assim, porque é assim, não vale a pena porque nós, aliás, eu tive a oportunidade de ler um comunicado da CDU da Reboleira, em que além de brindar a actual Câmara e o Presidente da Câmara, brindava também o Senhor Vereador que durante quatro anos teve a responsabilidade da zona dos mercados, brindava, aliás, está recordado dos parágrafos, e um dos parágrafos, directamente, não tinha lá o nome, mas era directamente para o Senhor Vereador, ou seja, que há seis anos não se fazia hastas públicas de bancas, de lojas, etc., e por isso, eu acho que em relação ao Mercado, como sabe, aquele mercado tem deficiências desde início, é um Mercado, enfim, é pá, é aquele monstro que saiu, paciência, não interessa, não foi, seguramente, nem o Senhor Deputado, nem nenhum de nós que escolheu aquela concepção e aquele estilo, foi o que foi, pronto, tendo aqueles problemas todos, logo de projecto depois de construção, e aquilo que acontece, como sabe, é um Mercado que ao longo dos anos tem vindo a degradar, e ao longo dos anos, inclusivamente, os próprios produtos daquele mercado, não são os produtos mais frescos, como sabe, e aquilo, naturalmente, leva também, a que muitas pessoas não vão ao mercado, o que leva também a que muitas pessoas que deviam de vender no mercado, também deixam de vender porque não têm clientes, bom, e por isso, nós em relação àquele Mercado, em determinada altura, e o Senhor Vereador está recordado disso, chegámos a equacionar uma intervenção de grande profundidade, e bom, chegámos a equacionar uma intervenção de

grande profundidade, pode ser que isso salve o mercado, ou não, e na altura, bom, digo vamos fazer em fases, primeira fase, vamos atacar aquilo que é mais urgente, e sobre isso, nomeadamente, até no orçamento do ultimo Mandato, do ultimo Orçamento, puseram uma verba de, salvo o erro, de cento e cinquenta mil euros, para uma primeira intervenção no Mercado da Reboleira, bom, o que não foi efectuado, eu não sei se não foi efectuada por uma questão de máquina, ou se não foi efectuada por uma questão de dizer se vale a pena fazer aquela intervenção, ou vale a pena pensar melhor em relação ao mercado, e eu digo-lhe, eu acho que vale a pena pensar melhor em relação ao mercado, será que se justifica, e se aquele mercado serve a população, ou não?, é uma discussão que temos de fazer, e é uma discussão que, naturalmente, os serviços estão a preparar e estão a pôr os elementos que nos permite tomar uma posição sobre essa matéria, porque nós queremos o mercado, mas que o mercado sirva bem a população, e que sirva do ponto de vista de qualidade, como é evidente, nós somos contra aqueles mercados que não têm qualidade nenhuma, eram mercados, tivemos que fazer isso com os Moinhos da Funcheira, como sabe, em nomeadamente, em relação ao peixe, em que o peixe era colocado na banca com gelo, depois era posto no frigorífico, depois era posto em cima, e andava ali, mesmo dias e dias, é obvio que não é recomendável, até do ponto de vista de saúde esse tipo de coisa, e por isso tivemos de tomar uma atitude, já em relação ao mercado dos Moinhos da Funcheira, que vai seguir outro caminho, em relação ao mercado da Reboleira, aquilo que naturalmente estou à espera, que está a ser trabalhado pelo serviço, é que venha, também a proposta, qual é a proposta que vamos fazer em relação ao mercado, é para intervir, é para acabar, ou não é, aquilo como está, é que não é nada, como toda a gente sabe, nem ser uma coisa, nem ser a outra, e temos também, se for uma proposta no sentido de extinguir aquele mercado, é evidente que temos de criar condições para que os próprios, que ainda resistem, que são os vendedores que lá estão, encontrarmos forma de integração noutros espaços e noutra área, que neste momento estamos a funcionar, e noutros possíveis que iremos pôr a funcionar, por isso era isto que eu lhe queria dizer, não tem nada a ver com o que o Senhor Deputado pensava que eu ia fazer não sei o quê, de maneira que, não, eu tenho algum orgulho nalgum passado, quero-lhe dizer, como o Senhor Deputado sabe, é evidente, agora também dizer uma coisa, dizer uma coisa que é assim, dizer que se vive melhor agora, como dizia o Tremoço, vive-se melhor agora, agora é mais fácil de encontrar casa, há quinze anos era mais fácil de encontrar casa para quem?, para jovens?, eu não vi, eu não vi, bom, mas não, Tremoço, deveremos chegar lá a essa fase da discussão, quando



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

formos à discussão, daquele ponto que vem a ser o Ponto n.º 5, nessa altura vamos fazer essa discussão toda, não é agora, senão gastamos as baterias sobre isso, Senhor Deputado Carixas, eu quero dizer uma questão que é isto, eu sobre a questão dos Bombeiros, dizer que nunca tomei nem fiz política com os Bombeiros, e sempre tive em relação aos Bombeiros a mesma atitude, quer esteja lá o António, o Manuel ou o Joaquim, sempre tive, e aquilo que eu espero, é que a atitude que eu tenho, por essa Instituição, não é pela Instituição, é pelos dirigentes da Instituição, porque a Instituição, não é ela que me ofende, nem seguramente me irá provocar em nada, é que seja a mesma atitude que os dirigentes venham a ter comigo, é só isso, e se estivermos assim, tudo bem, é só isso, mais nada, não quero dizer mais do que isto, e sobre este aspecto, porque eu acho que a Instituição merece todo o respeito, as instituições é que ficam, os homens passam, como é obvio, e por isso às vezes não é problema um homem tomar uma atitude menos correcta que a gente vai pôr de lado uma Instituição, não é essa a minha atitude, e não será a minha atitude em relação à Cooperação dos Bombeiros Voluntários da Amadora, com sabe, enfim, teremos tempo de discutir essas matérias, de aprofundar essas questões, e como é obvio, mas também, naturalmente, com ponderação, com os pés assentes no chão, e não com base em utopias, porque essas coisas são como são. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Senhor Presidente obrigado, Senhor Presidente, era para voltar à questão do Casal da Mira, é porque uma das questões que vem referida naquele referido Artigo, é a questão do preço das lojas, isto está directamente relacionado com os actos de vandalismo que eles praticam sobretudo sobre essas lojas, a questão que eu aqui deixava, tem a ver com o preço, que me parece relativamente proibitivo, e que não vem explicado, até porque eu não tenho conhecimento do mecanismo que levou à definição daquele preço, e é saber se aquele preço que lá está referido é efectivamente o preço em que as lojas estão à venda, porque se é, ele é efectivamente proibitivo, e se existe, se a Câmara tem pensada outro tipo de estratégias para a aniquilação ou aluguer daquelas lojas, que permita que elas sejam ocupadas, porque, efectivamente, uma das coisas que nós verificamos, é que nos bairros degradados, naqueles que ainda existem, uma das matérias que cimenta a população é a existência de lojas, lojas que são muitas delas relacionadas com a própria cultura dessas populações e com a natureza dos hábitos dessas populações, a existência de lojas, nomeadamente, nem que seja um mero café, em bairros desta natureza é fundamental, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

não existe nenhum, e esta questão do preço que vem referido neste artigo e que tem sido tão propalado, era uma questão importante de tratar, e uma questão fundamental de esclarecer, era este o pedido de esclarecimento que eu fazia.”-----

Senhor **Deputado António Tremoço**: “O meu pedido de esclarecimento tem a ver com a M.B. Pereira da Costa, que o Senhor Presidente aqui falou, eu não percebi o que é que o Senhor Presidente queria dizer com aquilo da Acta, gostava de ver a Acta, o que é que isso diz na Acta, se é o que se diz na Acta, que na altura os trabalhadores lutaram pela viabilização da Empresa, se é isso que se diz na Acta, e fizeram bem, porque o que estava em causa era o posto de trabalho, se foi isso, encantado da vida, o que lá está na Acta de certeza que é o contrário, não é nada diferente, gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse o que é que há de contraditório, porque o Senhor Presidente o que referiu em relação à M.B. Pereira da Costa foi nada, foi zero, hoje aqui o que disse em relação à M.B. Pereira da Costa foi zero, e mandou uma atoarda para o ar com uma Acta que eu nem conheço nem sei o que é, gostava que me esclarecesse em, relação a isso.”-----

Senhor **Deputado António Santos**: “O Senhor Presidente da Câmara não se pronunciou sobre o Hospital Amadora/Sintra, é porque não se quer pronunciar, ou porque faltou à última reunião da Assembleia Municipal, não está dentro do assunto, ou, qualquer coisa.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado, Senhor Deputado Luís Guarita, vamos lá a ver, nós temos em relação àquela questão das lojas, as lojas como sabe foram postas em Concurso Público que ficou deserto, e aquilo que nós temos já definido, está a ser preparado, primeiro é lançar um procedimento que permita direccionar um conjunto de lojas para um conjunto de áreas de comércio, ou seja, por exemplo, um café, a padaria, é pá, enfim, um conjunto, um cabeleireiro, um conjunto de lojas que tem a ver com a actividade importante e fundamental que existem nos bairros, bom, e agora o nosso objectivo, é isso que também estamos a tratar, não sabemos ainda como é que vamos fazer isto, para não sermos aqui acusados de termos escolhido uma entidade que possa fazer o crédito, não é, um micro crédito, para que possam também ajudar um conjunto de pessoas, preferencialmente as pessoas que vivem lá, poderem montar a sua actividade comercial, primeira questão em relação a um grupo de lojas, em relação ao outro grupo de lojas, é evidente que não é todas as

lojas para esse tipo, ou seja, há um conjunto de actividades evitar haver num bairro, mas há depois um conjunto de outros que não, e o que vamos fazer, neste momento estamos a avaliar aquilo que são os valores em que devemos por as lojas, no sentido de baixar os valores para permitir que elas possam ter saída, primeiro, porque é necessário ter actividade, ocupação, e em segundo lugar para não haver degradação e o partir das lojas, mas o partir das lojas não tem a ver a não venda, como sabemos, bom, são coisas diferentes, não é?, por isso vamos fazer estes dois mecanismos, um mecanismo, direccionar um conjunto de lojas para um conjunto de actividades, e o outro mecanismo tem a ver com o lançamento de nova hasta pública, que o temos que o fazer, com um preço muito mais baixo, no sentido de permitir que elas possam ter saída, bom, sobre o, Senhor Deputado Tremoço, eu o que eu disse, o Senhor Deputado deve, pela maneira como ficou, deve estar bastante irritado, ou deve-se recordar daquilo que foi dito há um ano e tal, o que eu disse foi, eu gostaria que o Senhor Presidente da Assembleia me pudesse fornecer a Acta de há um ano e tal ... (mudança de cassette) ... isso são coisas que não me prenuncio, como deve de imaginar.”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Muito obrigado, está esgotado o Ponto, entretanto, temos esta Recomendação, que com aquelas reticências que eu fiz, vou para a votação no Período de Antes da Ordem do Dia, a recomendação da CDU, que foi distribuída.”-----

A Moção da CDU foi aprovada por maioria com 10 votos a favor e 20 abstenções (Documento anexo à presente Acta).-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Antes de passar à Ordem do Dia, e dado que fui interpelado pelo Líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre posição que aqui referi sobre esta matéria, chamava à atenção para os Artigos 84 da Lei, para os Artigos 86 da Lei, para os Artigos 87 da Lei e mais não interpreto, 84 da Lei 169, para o Artigo 84 n.º 6 e 7 conjugada com o Artigo 86, com o Artigo 87 com o Artigo 46 A, penso eu, 46 A n.º 1 Alínea c), e façam cada um as suas interpretações, vamos passar ao Período da Ordem do Dia, primeiro ponto.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 3 do Artigo 53º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C. M. A. relativa a “*Carta Educativa do Município da Amadora (Proposta n.º 112/2007)*.”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “A Comissão de Educação Cultura e Juventude reuniu em vinte e nove de Fevereiro, para análise da proposta da Câmara, e não emitiu Parecer, o período de discussão estabelecido em Conferência de Líderes foi de quarenta e cinco minutos, distribuição Regimental, dou a palavra, penso ao Senhor Vice-Presidente para apresentar a Proposta.”-----

Senhor **Vereador Gabriel Oliveira**: “Senhor Presidente, sendo a Proposta da Carla Tavares, eu ia passar a palavra para a Carla Tavares para apresentar esta Proposta.”-----

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Muito obrigada Senhor Presidente, Senhores Deputados muito boa noite, Senhores Múncipes, o documento extenso que hoje vos é proposto para apreciação e que é, como já falámos a chamada Carta Educativa, que todos vamos conhecendo, é um instrumento de planeamento educativo relativamente ao Concelho, penso que relativamente ao Concelho da Amadora todos os Senhores Deputados têm conhecimento que já existia no Município uma Carta Escolar, por isso, isto há processos relativamente a estes instrumentos diferenciados nalguns Concelhos da área metropolitana, nós, no nosso caso já tínhamos uma carta escolar, Carta Escolar essa que é um instrumento que tem também balizado toda aquela que tem sido a intervenção nesta área da educação, quer em termos da rede, quer em termos da construção e requalificação de equipamentos, Carta essa Escolar, que como um documento destes exige, e como a Carta com a Carta Educativa também irá acontecer, são documentos que não são documentos fechados, são documentos evolutivos, atendendo também àquilo que é o seu horizonte temporal, e são documentos que, pelo menos uma vez por ano têm de ser monitorizados no sentido de ser feito também o seu acompanhamento e a sua avaliação, em termos, muitas vezes até da execução e do cumprimento de um conjunto de matérias que estão vertidas no documento, relativamente à Amadora, nós temos, e relativamente a este documento uma situação que é importante que os Senhores Deputados também tenham dela conhecimento, não tínhamos a intenção de priorizar enquanto documento, até porque penso que têm conhecimento também,

que é um documento, e relativamente ao Concelho da Amadora, que é elaborado internamente, pelos nossos serviços, felizmente temos condições de o fazer internamente, penso que qualidade, sem termos de facto de recorrer a uma prestação de serviço, acontece que foi solicitado a todas as Câmaras Municipais da área da Direcção Regional de Educação de Lisboa, e penso que das outras DREs terá acontecido exactamente o mesmo, no sentido de se apressar toda a elaboração deste Documento, uma vez que por via do CREN, haverá, eventualmente, possibilidade de atribuição às Autarquias, de algum tipo de apoio financeiro, nomeadamente ao que ao 1º Ciclo diz respeito, em termos de construção e qualificação do Parque Escolar, como também os Senhores Deputados têm conhecimento, essa tem sido uma prioridade do Executivo Municipal, e entendemos que, mesmo correndo o risco de não ter sido feito uma ampla discussão, conforme foi colocado pelos Senhores Deputados, não faria sentido, não tentar aqui cumprir os prazos e entregar um documento, e é isso que está presente aos Senhores Deputados, ou foi presente também ao Concelho Municipal de Educação, está entregue já na Direcção Regional de Educação, para que possa ser avaliado, e esperamos que posteriormente homologado, se tiveram oportunidade de ver, apesar da extensão do documento, ele de alguma forma espelha em termos daquilo que é a requalificação do Parque, aquilo que já tivemos oportunidade de discutir aqui, na Assembleia Municipal, aquando da discussão das Grandes Opções do Plano de dois mil e sete, por isso, o que está vertido em termos de planeamento de construção, é aquilo que já tivemos oportunidade de discutir aqui, nesta mesma Assembleia, e de partilhar, aqui nesta mesma Assembleia, e tem também, como é natural, todo aquilo que é a questão da rede e da constituição de agrupamentos, volto a dizer que estes documentos, e penso que os Senhores Deputados terão noção disso, não podem, nem são documentos fechados, são documentos evolutivos, como não poderia deixar de ser, a educação não é um processo estático, fechado, a determinado momento não é possível trabalhá-lo e encará-lo dessa forma, e por isso, estaremos, como sempre estivemos relativamente à Carta Escolar, e como sempre temos estado, relativamente a estas questões da educação, perfeitamente disponíveis para uma discussão séria, e para aceitar ao longo deste tempo de validade do documento, que falamos aqui no horizonte até dois mil e onze, todas as sugestões que vão sendo também bebidas e partilhadas com aquilo que é, o sentir também da comunidade educativa, por isso, Senhor Presidente, neste momento, e pela minha parte é só relativamente a este documento, muito obrigada.”-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhora **Deputada Dulce Pereira**: “Boa noite, a Carta Educativa é claramente um compromisso que os Municípios e o Ministério de Educação assumem perante a população, com o objectivo de projectar o futuro das nossas escolas até dois mil e onze, tendo como base no estudo de vários factores, nomeadamente económicos, sociais, geográficos e clara monitorização e avaliação da já existente Carta Escolar, a criação de pólos escolares, bem como de novos agrupamentos e a integração dos vários graus de escolaridade num todo, procuram criar uma oferta mais integrada e afectiva, que vai certamente influenciar os resultados do sucesso escolar, algumas das medidas mencionadas na Carta Educativa, já estavam previstas em estratégia de construção de equipamentos, pelo que a Carta Educativa não traz grandes alterações à política prevista para a Amadora, ao contrário de muitas Autarquias, a Amadora não vai encerrar escolas, o investimento que foi, e continua a ser feito em equipamentos escolares da nossa cidade, permite-nos não só manter as escolas existentes, como também melhorar e adquirir novos equipamentos, e ainda prevê a criação de novos estabelecimentos de ensino, incluindo as creches e o pré-escolar, para finalizar, lembro que este é um documento evolutivo, monitorizada anualmente, e que este processo está disponível para participações e sugestões construtivas, tal como foi aqui dito pela senhora Vereadora Carla Tavares, não podemos deixar de elogiar o trabalho notável efectuado pelos técnicos envolvidos no processo que foi inteiramente executado nos Serviços da Câmara, não sendo necessário recorrer a empresas especializadas, tal como já tinha acontecido quando se fez o trabalho com a Carta Escolar, tenho dito, obrigada.”-----

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “Boa noite Senhor Presidente, Senhores Secretários, boa noite ao Executivo, aos Colegas Deputados, e ao público presente, sendo a Carta Educativa um instrumento de planeamento que para além se debruçar sobre a realidade existente sem ter-mos dos tradicionais equipamentos educativos agrega também outros equipamentos sociais, e tendo em conta as pessoas que quer servir no futuro, vai detectar as respostas mais eficientes aos anseios dessa população, ora, se este instrumento quando elaborado não considerou indispensável a opinião de toda a comunidade para enriquecimento das propostas, não tendo sido feitos questionários para saber se por exemplo, os pais sentem falta de algum estabelecimento de ensino na sua área, qual a avaliação relativamente à capacidades escolas nessa mesma área, se considera se existem carências ao nível de infra-

estruturas lúdicas nessa área, se considera que existem carências ao nível de infra-estruturas culturais educativas, qual a avaliação que fazem relativamente à rede de transportes, acessibilidades aos estabelecimentos de ensino, como é que avaliam a articulação do sistema de ensino regular e a formação profissional, qual a sua avaliação relativamente à articulação entre o sistema de formação profissional e as necessidades do mercado de trabalho, como é que avalia a oferta de formação ao longo da vida, entre outros, por outro lado, também a comunidade educativa não expressou a sua opinião formalmente, sobre o estabelecimento de ensino em concreto, ou onde exercem a sua actividade, sobre questões como o estado de conservação das instalações, o estado de conservação do mobiliário, do equipamento, o estado de conservação dos espaços exteriores, a dimensão e capacidade, a facilidade de acesso a pé e de transportes, qual a adequação de recursos e equipamentos didácticos e educativos, como as bibliotecas, a ludoteca, uma sala multimédia, salas de estudo, salas de informática, bar, cantina, recintos desportivos cobertos, campos de jogos ao ar livre, como é que funciona em termos de segurança no interior e exterior da escola, etc., etc., este questionário foi feito noutras Câmaras, e é certo que este documento vai permitir à Autarquia até dois mil e onze, como também disse dois mil e onze, dois mil e doze, programar a construção de novos equipamentos, tomar decisões, definir prioridades, mas perguntamos, com base em quê, relativamente àquilo que a Senhora Vereadora disse, que de facto não é um documento de estaque, não é, mas o que a lei diz, a Lei 7 de 2003 no Artigo 20, no que toca à revisão, no ponto 3 diz que “O Ministério da Educação e as Câmaras Municipais, reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos”, portanto, não é bem a qualquer momento, a necessidade da Carta Educativa, portanto, o que nós gostaríamos de perguntar numa primeira fase, é se não consideraram indispensável fazer a auscultação dos principais interessados, e em segundo lugar, posta esta questão que está na lei, que de facto a revisão é de cinco em cinco anos, portanto, como é que vamos fazer, então os imputes que vão sendo dados antes desse tempo, obrigada.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros Colegas Deputados, senhores munícipes, em primeiro lugar, nós queremos saudar à apresentação desta proposta, desde sempre, há muito tempo, pelo menos, que consideramos que falta visão estratégica, já o temos dito várias vezes, falta visão estratégica à gestão municipal, e portanto, quando temos para apreciação um documento que tem esse

horizonte e tem essa vocação, é evidentemente um facto de salientar, todavia, é pena que a maioria do Partido Socialista não tenha tratado este Documento em consonância com a sua natureza, ou seja, tratando-se de facto de um Documento de Planeamento, tratando-se aliás, de uma componente fundamental do Plano Director Municipal, que a maioria do Partido Socialista não tenha dado a este Documento a dignidade que ele deveria ter tido, ou seja, que ao invés, e aliás, saudamos também o facto de o Partido Socialista ter agora, ao fim de tantos anos concluído que afinal existem técnicos na Câmara Municipal, Serviços Municipais com competências, capacidades para elaborar estes, e muitos outros estudos, propostas, etc., Senhora Deputada, isto já tem muitos anos, muitos anos, mas, havia aqui duas soluções, ou este Documento era elaborado no quadro de um trabalho largo, intenso, rico, criativo de envolvimento de todos os parceiros, com a produção de instrumentos de planeamento, de auscultação de opinião, de discussão, com as escolas, com associações de pais, com entidades das mais diversas, este era um caminho, o outro caminho, era entregar o trabalho a um técnico, que no seu gabinete produz o Documento, o problema foi que a Câmara Municipal escolheu este segundo caminho, e do nosso ponto de vista, este segundo caminho, é um caminho contrário à vocação, e à natureza deste Documento, este Documento, a Carta Escolar precisava de ter tido outro trabalho de discussão, de participação, ou até mesmo, até mesmo dentro da Câmara Municipal, Senhora Vereadora, porque ficou claro na nossa Comissão, que nem sequer dentro dos Serviços Municipais este documento resultou de um trabalho profundo de articulação entre os vários Serviços Municipais, porque, em determinado momento também foi claro, que da parte, por exemplo, da Divisão Sócio-Educativa não tinha havido grande iniciativa, ou grande contributo para além daquele que episodicamente foi sendo solicitado pelo Serviço que estava com a mão na massa, mas digamos, não foi politicamente entendido, necessário promover a construção de inquéritos, de auscultação de opiniões, de mecanismos de discussão pública, que enriquecessem este documento, e esse é, em boa verdade, o seu grande pecado, porque sempre poderá dizer a Senhora Deputada que isto é um documento sempre em actualização, sempre monitorizado, etc., bem, quer dizer, mas não tanto, mas não trôpego, porque em boa verdade, aqui são tomadas decisões, é um primeiro dado, e o segundo dado a Senhora Vereadora diz, bom, sempre estamos disponíveis, mas em boa verdade, é que também não aparece aqui nenhuma Proposta concreta, podia-se dizer assim, bom, por razões da pressão do Governo foi necessário provar isto, mas nós temos agora, aqui uma Proposta concreta de discussão com os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

parceiros, etc., não apareceu nada, nem na Comissão, nem a Senhora Vereadora aqui acrescentou nada, ou seja, de facto, a Câmara Municipal não tem essa perspectiva, e, de facto, este é um bom exemplo da diferença, de toda a diferença no Governo da cidade, ou se entende que o Governo da cidade é um Governo participado, é um Governo em que as pessoas não se limitam em votar de quatro em quatro anos, mas têm uma palavra, ou é um Governo que se fecha nos gabinetes e que vai decidindo umas coisas, cumprindo o calendário, como esta Acta, Senhora Vereadora, esta Acta do Concelho Municipal de Educação, francamente, é que o Concelho Municipal de Educação teria merecido uma Acta que reflectisse com mais propriedade a discussão que houve, porque das duas uma, ou o Concelho Municipal de Educação não discutiu profundamente a matéria, como a Acta revela, ou então discutiu, mas a Acta não reflecte, seria importante conhecer-mos um pouco melhor qual é que foi a natureza da discussão no Concelho Municipal de Educação, tanto mais que alguns dos membros do Concelho Municipal de Educação expressam alguma incomodidade com o facto de não terem condições para discutir o assunto em profundidade, portanto, é esta a consideração de fundo que queria deixar em relação à Carta Educativa, mas eu de todo o modo não queria deixar de sublinhar um aspecto, que eu julgo que deve merecer a atenção do Município, dos Órgãos do Município, é porque a Carta Escolar adianta um conjunto de informações, que eu julgo que são extremamente preocupantes, assim, por exemplo, nós ficamos a saber de acordo com este documento que, nós vivemos num Município que tem uma gritante desigualdade social, uma gritante desigualdade social, desigualdade social essa que se tem vindo a agravar nos últimos anos, nós temos um nível de instrução da população residente que é inferior ao nível médio da região, temos uma percentagem de população que vive da Segurança Social que é altamente preocupante, quer dizer, é um sintoma claro do caminho para onde estão a levar as políticas dos últimos Governos, do PS, do PSD, etc., peço desculpa, a Carta educativa não tem um ponto que diz, caracterização sócio-económica? Então e nós quando apreciamos, e quando avaliamos a questão, não temos que discutir também o diagnóstico sócio-económico?, não, é porque um Documento de Planeamento desta natureza, tem de sugerir da parte dos Deputados, dos Vereadores, das pessoas que têm responsabilidade política deste Município, uma reflexão séria sobre o Município que têm para gerir, e evidentemente, se eu tenho um documento à minha frente que me diz que nos últimos anos a desigualdade social se tem agravado e se tem acentuado neste Município, eu não posso passar por isto silenciando, fazendo contas, assobiando para o ar, não pode ser,

-----  
muito obrigado Senhor Presidente.”-----

-----  
Senhor **Deputado Rafael Evaristo**: “Bem, sobre a Carta Educativa não há qualquer dúvida que o trabalho que era necessário, o mínimo exigível que era necessário ser feito, foi, o mínimo exigível em relação àquilo que é a Legislação, em relação àquilo que é o planeamento da localização de infra-estruturas, mas eu penso que para planear é necessário mais além, é necessário conhecer-mos profundamente aquilo que são as estruturas sociais, aquilo que são as estruturas de relacionamento, aquilo que são também as próprias ambições, o que são as próprias ideias das pessoas que estão, e penso que esta Carta Educativa não reflecte isso, necessariamente não o teria que o fazer, é possivelmente um trabalho que vai existir, eu só espero que a Senhora Vereadora nos vá dizer exactamente isso, porque não entendo que esta gestão possa ser feita apenas baseada na localização de escolas, porque como discuti outro dia com algumas pessoas, o que aqui acontece, é que o grupo de relação social tende a ser o mesmo, ou seja, aquilo que efectivamente temos no bairro acaba por ser o mesmo que temos na escola, e como nós sabemos, na Amadora existe uma questão, que é a questão do relacionamento, é preciso criar laços que vão um pouco mais longe do que isto, é preciso alargar os grupos, é preciso quebrar mesmo alguns grupos e misturar, e por isto esta situação é importante pensar, é importante repensar isto, e para isto nós só podemos fazer, escutando quem está no terreno, questionando, fazer um trabalho de investigação sobre este processo, isto é um trabalho mais profundo, possivelmente que uma Carta, é muito mais profundo, com certeza, que dividir um pouco a população e ver se se adequa ou não se adequa aquela zona, a escola com certeza que é muito mais profundo que isso, mas estou certo que só pode ser assim, que de alguma forma se pode planear a escola, que a escola, como dizia a minha professora da primária, a professora Floripes, que ainda hoje lembro, com muito carinho, a escolas é mais que simplesmente aprender coisas, é aprender a ser alguém, é aprender a ser um homem, e é isso que precisamos, é de escolas que nos ensinem a sermos pessoas, a relacionarmos em sociedade, e isto não pode acontecer de outra forma que não seja estudando as relações sociais que existem nas escolas, por isso eu gostava de saber quais são os planos, como é que isto está pensado, como é que isto vai ser feito, muito obrigado.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Muito obrigada Senhor Presidente, começando se calhar em primeiro pela Senhora Deputada Cláudia, colocou aqui um conjunto de considerandos relativamente à metodologia utilizada, nomeadamente um exemplo que aconteceu na Câmara de Lisboa, que foi a utilização de questionários para a elaboração da Carta Educativa, eu penso que a Senhora Deputada terá com certeza consciência de que falamos aqui de duas realidades completamente diferentes, muito mal estaria esta Câmara Municipal quando não conseguisse no seu dia a dia, e com dez agrupamentos criados isso em escolas do ensino secundário manter uma relação de proximidade com a área tão pequenina que temos em termos geográficos, ainda que densamente povoada, conseguisse manter uma relação de proximidade e de circulação de informação permanente com essas escolas, permite quer aos técnicos das mais diversas áreas, quer a mim própria enquanto Vereadora, e eu sei que vários colegas meus na área metropolitana terão essa vantagem, porque é uma vantagem de conhecer todos os rostos dos Conselhos Executivos, e de conseguir conhecer e saber acompanhar com uma proximidade do que vai acontecendo nas escolas, apesar desta ser a minha obrigação enquanto Vereadora, e conhecer as pessoas pelos rostos e pelos nomes, porque permite de facto uma área tão pequena e com tão pouco número de escolas, nós temos trinta escolas de primeiro Ciclo, por exemplo, temos Concelhos aqui ao lado que tem cento e uma e noventa e sete, já para não chegar a Lisboa que tem uma realidade completamente diferente, e por isso essa partilha de informação é, nós por exemplo, e para lhe dar um exemplo relativamente a este processo, até para nossa organização interna e porque isso é determinante para sabermos a evolução também de tudo o que vai acontecendo na escola, desde o número de auxiliares ao número de professores, bem, um conjunto de mais variado de situações, elaboramos, ante pedimos ou solicitamos anualmente às escolas que nos remetam, através de questionários muito simples, um conjunto de informação que passa pelo estado do equipamento, de todo o espaço físico quando do segundo e terceiro Ciclo falamos, porque temos menos acesso a essas áreas, ou seja, isto para lhe dizer o quê, que nós de facto conseguimos, não só pela representatividade da AP8, uma vez que a Câmara está sempre presente nessas reuniões, mas essencialmente pelo aquilo que é a característica do nosso Concelho manter de facto, um relacionamento de grande proximidade com as escolas, conhecendo como, deve de imaginar, através das diversas tutorias também, tudo o que diz respeito ao espaço escolar, procurando dessa forma também ter sempre, não sermos sempre reactivos e conseguirmos muitas vezes reagir antes, antecipando muitas vezes um conjunto de situações que é normal e que acontecem em termos de espaço escolar, e por isso

independentemente, e eu volto a frisar isto, porque é de facto uma realidade, ou seja, nós não tínhamos, independentemente de ir-mos avançar com este processo da Carta Educativa, apesar de termos Carta Escolar já, um Documento estratégico que nos tem acompanhado ao longo destes anos, o tão curto espaço de tempo e porque não faria sentido dizer neste momento, bem, vamos então continuar um trabalho mais detalhado com mais tranquilidade até ao final do segundo semestre deste ano, isso não faria sentido quando à partida existe alguma possibilidade de financiamento, que não faria sentido à Autarquia perder essa oportunidade, e que naturalmente serão avaliadas em termos de distribuição mediante aquilo que é um documento orientador, ou seja, não sinto sinceramente que relativamente àquilo que são as características do Concelho da Amadora, que essa ausência de inquéritos e essa ausência de um conjunto de questões que a Senhora Deputada colocou aqui, que entende que nós não temos conhecimento delas ou que temos ausência enquanto Câmara Municipal dessa realidade, não é um facto, e como deve de imaginar não é possível ser de outra forma, e saberá com certeza que isso não é um facto, não entendo que seja, nem entendemos que seja, que corte a validade e a importância de um documento destes e o realismo com que se procurou fazer, relativamente, falamos aqui em questões diferentes, não é, o Ministério de facto fala num certo dois mil e três em questões de avaliação, nós, monitorizar a carta é perfeitamente natural, se está recordada, e admito que tenha e conhecerá com certeza a Carta Escolar do Município da Amadora, dois volumes, se não conhece terei todo o gosto em fazer-lhe chegar, havia por exemplo algumas constituições de agrupamentos que não estavam em termos de Carta Escolar definidas como depois na prática acabaram por acontecer, por isso não foi impeditivo de que todos fossemos evoluindo no momento dessa constituição, para aquilo que eram as realidades em termos de território e até em número de meninos nas escolas mais realistas no momento da constituição dos agrupamentos, por isso essa disponibilidade existe, tem de existir sempre de parte a parte, não poderá ser de outra forma relativamente a todo este processo, o Senhor Deputado Carlos Almeida colocou aqui algumas questões, que começa por saudar a visão estratégica que finalmente o Município tem, e eu terei todo o gosto, e amanhã de manhã far-lhe-ei chegar os dois volumes da Carta Escolar que tem sustentado toda a intervenção do Município desta área, tenho a certeza que o Senhor deputado vai ficar agradavelmente surpreendido, e que terá aqui na Assembleia oportunidade de o reforçar por se rever com certeza num documento que hoje em termos de terreno é uma realidade, em termos daquilo que foi a requalificação e que foi a construção do parque escolar, e por isso amanhã mesmo farei os possíveis os dois volumes que são indicativos da falta de visão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

estratégica que existiu ao longo deste tempo, depois colocou um conjunto de questões relativamente à não discussão, à ampla participação, penso que o que disse à Deputada Cláudia eu já lhe fui respondendo a essas questões, sei que conhece bem a realidade do Concelho, não pode ser comparada, isso eu acho que é uma sorte que a Amadora tem, como já referi a outras realidades em termos da área e de escolas, que de facto isso é uma vantagem que o Concelho tem, no meio de outras tantas situações com que se depara no dia a dia em termos daquilo que é a realidade escolar, e que não poderiam deixar de estar espelhadas, nós sabemos que temos um conjunto de situações, outros Concelhos também têm mas nós temos é que nos preocupar com o nosso, é uma realidade de crianças que a única refeição que têm é na escola, é um facto, é uma realidade, é a cidade que temos, não temos de nos envergonhar disso, temos de procurar é dar a essas crianças condições para que se sintam melhor na escola, e consigam dessa forma adquirir a aprendizagem e os graus de sucesso que se deseja, e é isso que se tem procurado fazer, nós não podíamos espelhar em termos daquilo que é a introdução da própria Carta Educativa aquilo que é uma realidade do Concelho, e por isso, bem ou mal, pode ser discutível, o Senhor Deputado pode não concordar que se tenha feito um investimento de que todas as escolas tenham um refeitório, pode não concordar que o próximo concurso internacional, que foi já lançado e que com certeza virá depois à Assembleia, preveja já, por causa das questões das actividades de enriquecimento curricular, o lanche, porque entendemos condições e que não é possível manter os meninos da escola até às cinco horas e trinta e defender as actividades de enriquecimento curricular por um lado, sem permitir que as crianças tenham acesso ao lanche, com certeza que nos moldes que a Acção Social escolar prevê, a Autarquia suportará as crianças carenciadas e os pais dos meninos suportaram relativamente ao escalão dois virgula cinco por cento, e relativamente ao escalão C os cem por cento e por isso penso que relativamente a todo este processo, é a cidade que temos, eu pessoalmente orgulho dela, nasci cá, cresci cá, e tenho a certeza que o Senhor Deputado também porque é uma pessoa de cá, e por isso não o podemos esconder, não fazia sentido naquilo que é a introdução da Carta Educativa e dizer que cá é tudo uma maravilha, corre tudo bem, não temos essas situações, e é isso que temos feito e temos tomado medidas, como sabe, basta na questão da educação olhar para o esforço que tem sido feito em parceria com a comunidade educativa, em parceria com os pais, em parceria com as associações que estão no terreno, relativamente a um conjunto de questões, tivemos a preocupação desde a primeira hora de em escolas em regime normal conseguir ter uma componente de apoio à família, diga-me quantas escolas ou quantos Concelhos na área metropolitana o conseguiram fazer, não o fizemos

sozinho, com certeza que não, fizemo-lo com a comunidade educativa e essencialmente fizemo-lo com o movimento associativo, com as Juntas de Freguesia que estão na cidade, por isso penso que relativamente a essa matéria temos feito aquilo que entendemos, discutindo com a comunidade educativa que é o melhor para todo este caminho e para todo este longo desafio que são as questões da educação, eu pessoalmente acho que o documento, e tive oportunidade, por simpatia de outros colegas, de outras Câmaras das mais variadas forças políticas, ter acesso a outros tantos, é discutível, poderíamos tê-lo feito fora, entendemo-lo fazer no ciclo da Câmara, já tínhamos feito a Carta Escolar, como sabe, e acho que a opção que fizemos foi a mais correcta, há uma partilha de informação que acontece sempre porque todos os dados que nos foi enviados pelas escolas anualmente, independentemente de haver ou não preparação de Carta Escolar, tem que ser remetidos ao CIG para ser carregados no CIG como imagina, porque senão não há cruzamento de informação, e por isso a falta da questão de articulação que reforçou, que realçou entre os Serviços é como o Senhor Deputado sabe uma falsa questão, e é com certeza também da sua parte alguma desinformação porque existe essa partilha de informação, tem que haver porque ela é descarregada no CIG, Senhor Deputado Rafael Evaristo, colocou algumas questões relativamente a criar laços nas escolas, foi isso que percebi, pelo menos, penso que foi isso que entendi relativamente, que é importante repensar em investigar, eu acho que não é necessário investigar Senhor Deputado, desculpe que lhe diga, é importante agir, e é isso que temos procurado fazer ao longo do tempo, temos agido nas mais diversas áreas naquilo que é a intervenção no espaço escolar, por isso, temo-lo feito como já referi na ultima intervenção e acho que isso é o fundamental, chega de investigar é preciso é agir e foi isso que começamos a fazer relativamente a todas estas questões de educação, muito obrigada Senhor Presidente.”-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhora Vereadora, eu, não me parece que a intervenção do Deputado Carlos Almeida fosse nesse sentido que a Vereadora agora, disse o meu vai pedir-lhe esse esclarecimento, eu admito, não me custa nada admitir a proximidade que a Câmara, os Serviços, a Vereadora tenha com as escolas, não ponho isso em causa neste momento e se calhar noutros momentos, não ponho em causa, não estou a pôr em causa neste momento o trabalho que foi feito, o esforço que foi feito, aliás já o disse aqui noutra ocasião sobre as questões da educação, agora neste caso concreto peço desculpa, mas não me parece que tenha havido essa discussão que tenha participada, não me parece, o meu pedido de esclarecimento é este: a Senhora Vereadora sabe que há parceiros nas escolas que estão descontentes, agrupamentos que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

estão descontentes, porque não houve discussão suficiente, não houve discussão suficiente, Senhora Vereadora, dada à sua proximidade com as escolas deve de saber isto, porque não houve participação suficiente, eu penso que tenho, penso, tenho porque o documento não foi, aliás provavelmente a maior parte dos parceiros não conhece o Documento, e aliás pergunto também ao Senhor Presidente, peço desculpa, não é uma critica, sabe que não é pessoal, mas pertencendo ao Concelho Municipal da Educação, recebendo o Documento, eu pergunto qual é a legitimidade para aprovar o Documento desta natureza, pergunto, se fosse para uma coisa menor entre aspas, com certeza, a democracia representativa é isso mesmo, mas nós também defendemos a democracia participativa, os representantes que nós elegemos aqui na Assembleia, e eu já o disse aqui na eleição de alguns representantes, parece que têm que prestar contas à Assembleia, não é só votar nos Representantes, dada à natureza deste Documento, parece-me Senhor Presidente, é o meu pedido de esclarecimento, não acha que este Documento não devia de ter sido aprovado assim numa primeira reunião, sem uma Comissão, a Comissão da Assembleia instituída, poder aprecia-lo em profundidade, parece-me que sim, não acha legítimo Senhora Vereadora, agora que os Vereadores da oposição recebam poucos dias antes um Documento desta natureza para apreciar? Não acha pouco? É que este Documento faz parte do Plano Director Municipal, é um complemento ao Plano Director Municipal, é ou não é? Se é devia de seguir as normas da elaboração da aprovação do Plano Director Municipal, eu já não falo na exposição pública, não falo nisso, mas falo num outro tipo de participação, e não falamos só nos professores, falamos nos encarregados de educação, falamos nas associações que estão aqui mencionadas, o Senhor Deputado não está ali mas a Senhora Vereadora sabe, peço desculpa, não tenho tempo peço desculpa.”-----

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “ Sim, para pedir à Senhora Vereadora, também não ponho em causa, evidentemente, que haja esse contacto permanente com os responsáveis das escolas, mas para este Documento, um documento estratégico a tão longo prazo, essa auscultação então, poderia estar reflectida neste Documento, e também a comunidade em geral, portanto os pais, encarregados de educação, e tratando-se do secundário porque não os próprios alunos, portanto, se existiu de facto esse intercâmbio de informação, então deveria constar também deste, para dar mais credibilidade ao Documento, era este.”-----

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Muito obrigada Senhor Presidente, assim tento ser muito rápida às questões colocadas começando pelo Senhor Deputado António Carixas, falámos numa

questão em concreto, que todos sabemos qual é, é a constituição do agrupamento da Escola Secundária Mães D'Água, claramente, até por não há, Senhor Deputado desculpe mas não há mais nenhuma constituição de agrupamento, se o informaram de outra forma, informaram-no mal com certeza, até porque já foi à Câmara e a Câmara já deliberou sobre uma única constituição do agrupamento, e é natural, os Senhores Deputados sabem, já acompanhamos aqui, ainda que a Assembleia não tenha competência ou que não tenha directamente que deliberar sobre a constituição dos agrupamentos, todos nós sabemos que quando há a constituição de agrupamentos, e eu já como Vereadora tive a oportunidade de acompanhar a constituição de todos eles, só havia dois como estamos todos recordados, Almeida Garrett e Alformelos, são sempre processos complicados, uns mais fáceis do que outros que já era um contentamento na comunidade educativa, descontentamento noutra, eu recorde-lhe um processo que tivemos o ano passado, como sabem tínhamos tudo verticalizado com excepção de um agrupamento, tínhamos um agrupamento horizontal, os Senhores Deputados conhecerão, formado pelas escolas básicas Alice Vieira e Cova da Moura, na altura a própria Autarquia juntamente com a Direcção Regional de Lisboa, entendi que devia ser feita essa excepção atendendo à zona, bem, é um conjunto de factores que os Senhores deputados também conhecem, com o tempo todos percebemos que não era de nenhuma mais valia para o percurso educativo daquelas crianças, e o ano passado verticalizou como todos os agrupamentos, não foi o segundo processo fácil como o Senhor Deputado sabe, hoje está a funcionar, e este processo que estamos a falar em concreto, e sobre o qual a Câmara já deliberou e é o único que irá acontecer no próximo ano lectivo relativamente à constituição dos agrupamentos, é um processo que tão naturalmente como os outros entrará no seu círculo normal, tem uma parte da comunidade educativa com certeza favorável, tem outra menos favorável mas é normal nestes processos, não podemos é deixar de o fazer por causa disso, aliás como sabem, eu pessoalmente enquanto Vereadora, e não tenho nenhum problema em afirmar que defendo que a constituição dos agrupamentos devem constituir o Ensino Secundário, no nosso Concelho não faz sentido que isso não aconteça, nós temos capacidade instalada no secundário como todos sabemos para receber o segundo Ciclo, e a Azevedo Neves é uma prova de uma experiência que está a funcionar há um ano bem conseguida em que o primeiro Ciclo se integrou perfeitamente, em que há uma sequência pedagógica daquelas crianças e por isso, estas situações eu penso que naturalmente acabaram por acalmar e cá estaremos também para ajudar no que for necessário em tudo aquilo que nos for solicitado, entendemos que estão de facto nesta rede e nesta zona criadas as condições para a constituição do agrupamento e relativamente a essa matéria não tenho também nenhuma dúvida, o Senhor Deputado colocou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

também o momento de receber o Documento, eu já digo isso claramente o Documento ficou pronto um dia antes do Concelho Municipal de Educação, é um Documento extenso, foi trabalhado pelo, e já expliquei aos Senhores Deputados com a maior das sinceridades e sem nenhum problema, nós temos uma Carta Escolar, neste momento entendeu-se que havendo possibilidade de financiamento por parte do CREN, eu penso que nenhum dos Senhores Deputados se estivesse sentado deste lado, bem, deixem lá isso e depois logo se vê, ninguém pode fazer isso de boa fé como é óbvio numa atitude responsável, e o que se entendeu foi que faria sentido fazer um esforço, os serviços, o CIG, nomeadamente, tem já experiência nesta matéria no sentido de apresentar um documento que pudesse ser analisado pela tutela, tão somente essa questão, tanto tendo total disponibilidade para todas as alterações que se entender ou melhorias que se entender ao Documento, digo-lhe já que a não constituição dos agrupamentos não é uma política do Município, nem deste nem de nenhum ou que se saiba, por isso é uma questão que nem sequer se coloca da nossa parte, nem existe, existe disponibilidade para a discutir, não existe disponibilidade porque estou convicta, perfeitamente convicta que estamos a fazer o melhor indo por esse caminho, a Senhora Deputada Cláudia colocou também um conjunto de questões relativamente ao intercâmbio da informação que é feita, se isso não deveria estar aqui reflectido, Senhora Deputada, ao elaborar um Documento desta densidade e acredito que tenha tido oportunidade de analisar os quadros, de analisar um conjunto de dados que estão aqui vertidos, se não teve terá com certeza oportunamente toda a disponibilidade de lhe prestar os esclarecimentos que desejar, «é natural que isso está aqui reflectido, não é possível que isso não esteja quando nós temos aqui vertidos um conjunto de dados, agora, vai-me dizer, bem não temos aqui um conjunto de recomendações das associações de pais, não, não temos, não está vertido aqui nenhum Documento, nem faz parte de anexo de um, Documento desta natureza, e quando nós trabalhamos por exemplo na constituição de agrupamentos, é claro que os pais estão envolvidos no processo, recorde-lhe outro processo, constituição do agrupamento da José Cardoso Pires, constituição do agrupamento Miguel Torga, um processo complicado com o primeiro Ciclo com as associações, não é diferente, as cartas espalham também todos esses processos, não é um único documento quando nós avaliamos a construção e a priorização de construção de equipamento, não é só porque a Câmara se lembra de que há-de ser no sítio a e não há-de ser no sítio b, todos os factores quando se decide por exemplo, como está aqui vertido na carta, neste momento uma básica integrada na Serra de Carnaxide, e priorizar por exemplo na Atalaia uma creche, jardim de infância e 1º ciclo, acha que todos esses factores não foram avaliados? E não foram tidos em linha de conta? Não é porque de repente apeteceu à Câmara, não é essa a forma nem pode ser de trabalhar esses



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

processos, muito obrigada Senhor Presidente.”-----

Não havendo mais intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 26 votos a favor, 3 votos contra e 8 abstenções (Documento anexo à Acta).-----

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53º. Da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Projecto de Regulamento do Parque de Estacionamento do Fórum Brandoa/Centro Cívico (Proposta n.º 96/2007)”*.-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “A Comissão de Urbanismo, Habitação e Ambiente, Transportes e Comunicação reuniu a dois de Abril analisou a proposta da Câmara, houve Parecer que foi distribuído, mas que é lido também nos Termos Regimentais (Documento anexo à presente Acta).”-----

Senhor **Deputado António Andrade Silva**: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros da Câmara Municipal, o Bloco de Esquerda não esteve presente na Comissão da Assembleia que analisou a Proposta de Regulamento, e daí não teve oportunidade de se pronunciar sobre de algumas das suas insuficiências, e algumas das suas contradições que levam que o Bloco de Esquerda por princípio vá votar contra neste Regulamento, este Regulamento vem criar dois regimes, um regime que considera, o que denomina como regime tarifário normal, e um regime que denomina como um regime tarifário especial, depois fica-nos a dúvida do que é que quer dizer o regime especial, se também quer dizer especial, se também se refere a um outro regime ou outra espécie que não o tarifário especial, depois, diz que o regime especial, vamos aqui interpretar este regulamento como se fazendo referência ao regime tarifário especial, será destinado aos residentes da Freguesia ou, e às associações sedeadas no centro cívico, ora bem, a partir daqui o Regulamento não estabelece nenhum outro critério, que nos permita que este regime especial venha a ser respeitado, venha a ser correctamente e justamente aplicado, primeira insuficiência que nos leva a ter dúvidas este Regulamento, depois por uma questão de princípio, entendemos que estamos perante um equipamento público construído com dinheiros públicos, logo a sua utilização deve ser feita com uma base gratuidade, mito obrigado.”-----

Senhor **Vereador Gabriel Oliveira**: “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente da Assembleia, relativamente aqui ao regime tarifário normal e o regime especial, acho que não é mais do que fazer realmente uma decisão positiva dos moradores da Brandoa, como aliás aqui referido, e das associações que lá estão instaladas de outra forma teriam custos mais elevados, segundo, todo este tipo de equipamento, que realmente foi feito com o dinheiro público, tem que ter manutenção, não vamos deixar ao abandono, e a manutenção tem custos, e são os custos que nós estamos a imputar aqui para quem lá estaciona o carro é para pagar esta manutenção diariamente, que vai implicar segurança vinte e quatro horas por dia, a pagamento da limpeza, electricidades, consumos, etc., espero que com a abonação agora do regulamento, na Assembleia Municipal e depois, com certeza, na Junta de Freguesia da Brandoa, que resolva os problemas de estacionamento da área envolvente que neste momento são elevados, é o que eu tenho a dizer, Senhor Vice-Presidente, obrigado.”-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Muito obrigado, a resposta agora do senhor Vice-Presidente, levantou-me aqui uma questão, que ele disse que havia uma discriminação positiva, é de facto, é verdade, é uma discriminação positiva, com certeza que é, mas há aqui uma pequena distinção, é que as associações têm lá Sede, no Fórum, são residentes, analogamente aos residentes qualquer habitação, são residentes, há aqui uma pequena distinção Senhor Vice-Presidente, ou não há, e, eu não estou a dizer que seja gratuito, agora há aqui uma confusão, da intervenção do Senhor Vice-Presidente, não podemos pôr ao mesmo nível, é que uma coisa é o morador, e bem, é discriminar o positivamente que vai lá, estaciona o seu carro lá, mas outra coisa é, quem vive lá, tem lá a sua Sede, tem a mesma do morador, não é a mesma coisa Senhor Deputado, eu não estou a dizer que seja gratuito, eventualmente até podia ser gratuito, mas pronto, admito que tenha uma verba, mas está a pôr ao mesmo nível quem está sedeadado, tem sede, reside analogamente, e aqueles que vão lá, vão ser utentes, digamos, muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado Armando Paulino**: “Muito obrigado Senhor Presidente, só ajudar ao esclarecimento em si, não tenho dúvida nenhuma de que as colectividades são residentes no contexto temporário do dia, quer dizer, não podemos estar a abrir de uma forma discriminada o estacionamento às colectividades, partindo do princípio que eles não se são residentes o ponto de vista permanente, não podemos pô-los em igualdades de circunstâncias com um morador que chega à Freguesia às seis horas da tarde e tem que guardar o seu carro, ou estacionar o seu carro, neste caso, criar condições primárias que se trata, ainda que é condições muito especiais, guardado,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

vigiado, enfim, mas tem necessidade absoluta de aparcas o seu carro para ir à sua vida, e no outro dia voltar ao trabalho, a colectividade, quanto muito terá um dirigente que vai à colectividade, ou um dirigente que esteja de serviço na colectividade, mas está na colectividade três ou quatro horas por dia, e aí, com certeza, terá alguma condição, ou um dirigente, ou um único dirigente, ou um único por colectividade, como é lógico, para poder aparcas o carro, enfim, numas condições que não serão as mesmas de quem vai no final do dia de trabalho, vai para casa, enfim, e precisa de levar os meninos e essa coisa toda, não é, há aqui de facto, uma preocupação que é essa, as colectividades, terão de estacionar, naturalmente, mas também estacionar no contexto que é a ocupação que fazem do espaço, quando diz que as colectividades são residentes, é residente muito relativo, porque há o residente temporário, não dormem lá, que eu saiba, embora haja lá, pessoas, que enfim, se dedicam muito ao movimento associativo, e passam lá maior parte do seu tempo, mas são residentes temporário, se quisermos, não é.”

Senhor **Deputado António Silva**: “Eu estou a usar um pedido de esclarecimento ao orador anterior, aonde é que aqui está, neste regulamento, que, por exemplo, as associações sedeadas no centro cívico, pode criar uma certa discriminação negativa com associações não sedeadas no centro cívico, a não ser que se entendam que são associações da Freguesia, portanto, portanto, obriga-nos também a este esforço, mas aonde é que está aqui neste regulamento, que de facto é um cartão de cada dirigente da associação, não está, imaginem lá, Senhores Deputados desta Assembleia, que a esmagadora maioria dos cidadãos residentes na Freguesia da Brandoa vem pedir um Cartão de acesso, e não vai haver Cartão de acesso para todos, quais são então os critérios que são ser utilizados, o regulamento é absolutamente omissivo, é insuficiente, uma razão mais que suficiente para pôr em dúvida e em causa este regulamento, explique-me lá onde é que está isso que acabou de dizer e porque de certeza que não encontra.”

Senhor **Vereador Gabriel Oliveira**: “Só duas pequenas questões, relativamente à discriminação positiva, é importante que isso exista, como foi referido, e mais, as próprias associações fazem parte do contrato que aceitaram para ir para aquele espaço, têm que pagar custos de manutenção, têm de pagar os custos de funcionamento daquele espaço, portanto, essa questão, eles próprios aceitaram, a segunda questão, a maior parte, e espero que sim, espero que assim seja, a maior parte das pessoas que utiliza as associações que estavam à volta do Largo 1º de Maio, são de moradores, são de pessoas que estão e trabalham que ali moram, portanto terão também direito a esses cartões de

residentes, e como em qualquer coisa, penso que o Senhor Deputado sabe disso, nisto de estacionamento usam sempre as taxas de ocupação, nem toda a gente estaciona ao mesmo tempo, nem toda a gente ocupa o mesmo lugar, e portanto, com os trezentos e cinquenta e três lugares que nós temos disponíveis, segundo o outro parque que existia e era gratuito à superfície, anteriormente, onde agora está o Parque Luís de Camões, vamos ter capacidade que sobra para as necessidades, portanto não esteja preocupado com esse factor, muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 31 votos a favor, 3 votos contra (Documento anexo à Acta).

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Artigo 53. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C. M. A. relativa a “*Constituição da Agência para a Promoção da Amadora (Proposta n.º 110/2007)*”.

Senhor **Presidente da Mesa**: “A Comissão de Desenvolvimento Económico de Finanças e administração reuniu no passado dia vinte e oito de Março, vou passar a ler o respectivo Parecer (Documento anexo à presente Acta).”

Senhor **Vereador Gabriel Oliveira**: “la passar a palavra à Senhora Vereadora Rita Madeira, mas já agora gostava que ficasse uma coisa corrigida, o nome da Agência é Agência para a Promoção e Valorização Comercial do Centro da Amadora, é só que ficasse registado.”

Senhor **Deputado António Lourenço**: “Boa noite, muito rapidamente, três pontos que se colocam aqui, no artigo quarto relativamente aos objectivos, no ponto dois há os elencardes dos objectivos que parece que podem entrar aqui nalguma discussão as competências próprias do Município, aliás o Parecer Jurídico aponta também algumas coisas nesse sentido, e portanto, gostava de ter algum esclarecimento dessa matéria, como é que esta entidade vai interagir com a Câmara Municipal, depois, no ponto quatro do artigo sexto, este ponto remete para a alínea a do Artigo décimo segundo, em que diz que os associados fundadores, não é aplicável o disposto nesse referido Artigo, e esse referido Artigo, é que, portanto, a alínea a, pagar pontualmente a participação, portanto eu gostava que fosse esclarecido, se os associados fundadores não pagam, ou não pagam pontualmente, e portanto não sei se isto serve de incentivo a existência de associados fundadores, de qualquer





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

forma, parece-me que um incentivo que vai no sentido de cobrar o pagamento, não é o melhor sentido, depois, relativamente ao centro da Amadora, também era necessário sabermos aqui do que é que estamos a falar, quando estamos no centro da Amadora, concretamente, qual é área que corresponde ao centro da Amadora, muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado António Silva**: “Muito obrigado, em apreciação prévia do Documento que está aqui em causa, bom, o que é que esta Agência vai fazer pelo Município da Amadora, que os actuais serviços da Autarquia já não possam fazer, o que é que esta Agência vai fazer pelo Município da Amadora, o que as actuais associações comerciantes do Município da Amadora não possam fazer em colaboração ou não com os serviços da Autarquia, isto de facto coloca-nos aqui uma velha questão e uma velha preocupação, que é a criação de agências, de institutos de serviços autónomos, criam-se mais alguns lugares para uns quantos desempregados políticos, ou criam-se mais alguns lugares para se satisfazerem mais umas quantas disputas de empregos políticos, e ficamos sinceramente preocupados, se nos disserem, se nos demonstrarem que esta Agência vai fazer algo mais, ou pudera trazer algo de novo que os actuais Serviços da Autarquia não possam realizar, ou que não estejam em condições de realizar, ou que as actuais associações comerciantes, ou as actuais associações dos agentes económicos, ou associações dos consumidores do Município da Amadora não possam realizar, por si só, ou em colaboração com os Serviços da Autarquia, se nos demonstrarem que esta Agência, trará isso para a Amadora, trará essa mais valia, esse benefício, nós reponderaremos o sentido devoto que temos para já, que é de votar contra, senão, é mais de facto mais do menos, mais do que todos nós já conhecemos e vamos conhecendo, infelizmente pela política portuguesa, muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado Luís Costa**: “Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos os presentes, realmente é um pouco difícil de entender, às vezes o teor das intervenções do Bloco de Esquerda, tendo em conta que o teor que foi transmitido em Sede de Comissão, foi exactamente o oposto daquilo que o Senhor Deputado aqui transmite, foi que nada havia contra este ponto em particular, ainda que houvesse, como é óbvio, uma posição de princípio face a este tipo de parcerias, isto foi o que foi dito em Comissão, portanto, não dá para perceber muito bem, às vezes no teor, e alguma dificuldade em perceber qual é a parte da promoção do comércio tradicional, qual é aqui toda a dinâmica que se pretende envolver os agentes que estão no terreno, nomeadamente todos os agentes do comércio, naturalmente, qual é a parte que os Senhores não entendem, porque relativamente a

esta experiência, é uma experiência extremamente positiva em várias áreas, não apenas no comércio, no turismo, etc., em várias cidades, em vários países, teve sempre resultados extremamente positivos na dinamização porque envolve directamente os agentes económicos, os agentes, aqui neste caso, os agentes do pequeno comércio, que é aquilo que se pretende, criar uma dinâmica que lhes permita ter um maior sucesso e uma visibilidade da própria cidade, e ter uma posição do princípio, contra, havendo estas dicotomias, sinceramente não dá muito para perceber, logicamente nós damos aqui todo o apoio a esta medida porque achamos que é extremamente proveitosa para a cidade da Amadora, e vai de alguma forma envolver aqueles que são os agentes fundamentais desta área específica, obrigado.”-----

Senhor **Deputado António Santos**: “Duas questões muito breves, em primeiro lugar o Bloco de Esquerda em todas as Sedes de Comissão, sempre o disse, que entre a discussão na Comissão e na Assembleia podia efectivamente mudar de posição, e isso é uma atitude saudável, evidentemente que nós não pertencemos a um Partido em que, ah, não Senhor este Senhor é engenheiro, não, não, não é engenheiro, por isso isto não é, portanto não pertencemos a um Partido que tenha esse tipo de comportamento inteiro, que não permita que a mudança de posição seja possível através do debate entre os Deputados que existem e que constituem o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, portanto sobre essa matéria, nem sequer entramos em discussão, a nossa organização, a nossa democracia interna e discussão e tomada de posição, é uma questão que nos orgulha, e não é uma questão sequer que vos possa afectar ou criar qualquer tipo de embaraço, a segunda questão, não respondeu à pergunta concreta que o meu camarada lhe colocou, que é: onde é que estão os benefícios, o que esta Agência pode fazer que os serviços não podem fazer? Mas, eu não me vou esquecer deste pormenor, não me esqueço dos pormenores, não me esqueço das questões que levanto em períodos anteriores e isto eu não me vou esquecer daqui a um ano, vou perguntar, vou pedir à Câmara Municipal da Amadora que faça um balanço rigoroso dos benefícios que esta Agência trouxe ao Município da Amadora, teremos muito gosto em discutir a diferença, a mais valia que foi criada com esta Agência.”-----

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “Muito obrigado Senhor Presidente, bom, muito rapidamente para dizer que em princípio nos parece que os objectivos desta criação de Agência são louváveis, naturalmente, e pegando aqui um bocadinho nas palavras do António Santos, é evidente que nestas coisas não basta criar os instrumentos e os organismos, é fundamental perceber que de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

facto eles possam funcionar e portanto aquilo que é importante é, depois de criar a Agencia, monitorizar os resultados, e de facto, avaliar a relação de curto de benefício de que advém desta Agencia, isso é que é fundamental, e aí parece que esta Assembleia tem um papel importante, porque de facto em perceber, não sei se daqui por um ano, mas em perceber no futuro qual é que foi o papel relevante e qual foi o benefício que se colheu da criação desta Agencia, eu, basicamente tinha duas questões muito concretas para colocar, porque não tive oportunidade de colocar em Sede de Comissão, que tem a ver com o seguinte: não é claro para mim, da leitura dos documentos, pessoalmente não os li com a atenção suficiente, qual é que é o papel da Câmara Municipal da Amadora nesta Agencia para além do papel de promotor da iniciativa e da Agência, qual é que é ao longo da vida da Agência o papel concreto da Câmara Municipal da Amadora nesta Agencia, se é que existe papel, qual é que é esse papel, segunda questão é sobre o ponto de vista financeiro, e isso é uma matéria que interessa a esta Assembleia, qual é que é o peso, se é que há peso que esta Agencia vai ter para a Autarquia, ou seja, há algum tipo de contribuição ou de contributo da Câmara Municipal da Amadora para o orçamento desta Agencia?, também não é claro para mim, ou pelo menos da leitura que fiz, não ficou claro esta matéria, e acho que era importante clarifica, se de facto há algum tipo de contribuição da Autarquia para o orçamento da Agencia, portanto, são duas questões muito concretas que eu gostava de ver qualificadas, muito obrigado.”-----

Senhora **Vereadora Rita Madeira**: “Obrigada Senhor Presidente, em primeiro lugar, Senhor Deputado António Lourenço, relativamente à questão das alíneas n e p do artigo quarto, que podiam colidir com as atribuições da Câmara Municipal, essas duas alíneas foram retiradas do Regimento, n, e p, exactamente, se reparar as duas alíneas, eu posso-lhe dizer quais eram, era reforçar a segurança e limpeza urbana, e negociar contratos com as empresas responsáveis pela gestão de parque de estacionamento, e de acordo, até, com o parecer jurídico, nós também entendemos que deveríamos retirar essas duas alíneas exactamente porque podiam colidir com as atribuições da Autarquia, de facto, e tem razão numa coisa, houve aqui depois um lapso aquando da feitura dos estatutos e não se pôs as alíneas correctamente, e poderia ter levado a esta interpretação, relativamente aos associados fundadores, os associados fundadores são somente a Câmara Municipal e a Associação de Comerciantes, e não pagam nenhuma comparticipação, as comparticipações são pagas pelos associados posteriormente, ou seja, pelos comerciantes, que depois queiram aderir a esta Agência, o centro a Amadora que aqui falamos, é o centro que foi definido, o centro comercial aqui da Venteira que foi definido aquando do Projecto URBCOM, e já agora também, aproveitando para responder

ao Senhor Deputado Andrade Silva, esta Agencia advém da criação e da adesão da Câmara Municipal ao Projecto URBCOM, e é uma obrigatoriedade dessa candidatura, e é por isso que ela aparece, é uma Agencia que é uma pessoa colectiva, terá figura de uma pessoa colectiva sem fins lucrativos, e não haverá criação de lugares nenhuns, portanto, podem ficar todos descansados que ninguém vai lucrar com esta Agência, relativamente aos custos da Agência para a Câmara Municipal, penso que foi o Senhor Deputado João Paulo Castanheira que colocou essa questão, penso que já respondi para a Câmara Municipal, não haverá custos, esta Agência será financiada pelos seus associados, todos aqueles que queiram entrar para a Agencia, que são os comerciantes, o objectivo essencial, é basicamente desta agencia será a dinamização exactamente da zona comercial, e portanto a Câmara Municipal é o sócio fundador e faz parte da criação juntamente com a Associação de comerciantes, faz parte da Direcção da Agência, muito obrigada.”-----

Senhor **Deputado Andrade Silva**: “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Vereadora, de facto, não nos responderam á questão essencial, o que é que esta Agencia traz para o Município da Amadora que os actuais serviços da Autarquia e as associações dos agentes económicos e consumidores, sozinho ou conjunto não façam já, não nos deram resposta a esta questão, e esta questão é fundamental, obviamente que nós sabemos qual é a força do Partido Socialista e sabemos que este regulamento, esta Agencia, está á partida criada, houvesse ou não houvesse discussão, infelizmente é assim, por isso mesmo é que o meu camarada António Santos disse que, daqui a um ano nós gostávamos de voltar a discutir isto, para ver quem é que nesta discussão tinha razão, aqueles que se pronunciaram e disseram alguma coisa, ou aqueles que se calaram e não quiseram dizer nada, porque se calhar, não tinham rigorosamente nada para dizer em relação a isto, aliás, é de bom tom, de que em qualquer projecto público, parcerias público privadas, porque é isso que aqui se faz, haja um projecto comparativo que seja essencialmente público, que diga que este projecto não é tão eficiente e eficaz, do que é este projecto de parceria público privada, porque nós não temos aqui esta parte, e é exactamente esta a parte, que nós pedíamos que eventualmente pudesse existir, mas já sabemos também que o Partido Socialista tem aqui a força suficiente para aprovar a criação desta agencia e a criação desta associação, mas mais preocupados ficamos, e mais razões passamos a ter votar contra, porque a Senhora Vereadora acabou de transformar este projecto de criação de Agencia, ou este estatuto de associação, um contrato de adesão, que os eventuais agentes económicos vão aderir sem puder discutir, isto é um contrato de adesão, agora é assim, querem assim, muito bem, não querem assim, acabou-se, isto é o que existe,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

quando mais preocupado ficamos, quando me diz que não vai haver órgãos dirigentes, que não vai haver lugares, eu vejo aqui quais são os órgãos sociais, vejo órgãos de dirigentes, mesas das assembleias gerais, vejo a faculdade da delegação de competências, vejo a faculdade de criação directores executivos, e assessores e adjuntos por aí fora, está aqui tudo, basta ler isto com atenção para perceber o que é que vai ser a Agência, a Câmara Municipal não nos consegue explicar o essencial desta Agência e o essencial desta Associação, daí que o Bloco de Esquerda mantenha o seu propósito e inicial, mantenha tudo quanto disse sobre esta Agência e vai votar contra esta Agência, disse.”

**Senhor Deputado António Lourenço:** “Bom, eu quanto ao centro da Amadora, fiquei esclarecido, quanto aos outros dois pontos não, nomeadamente como é que esta Agência se vai articular com a Câmara, diz-me que, enfim, o ponto n foi retirado, embora ele continue aqui, não é, e depois há outros pontos que nos levantam dúvidas, nomeadamente o ponto b, garantir a animação de ruas, é a iluminação, é, como é que se garante isto, o ponto d, o ponto j o ponto n, portanto há um conjunto de pontos que nos levantam algumas dúvidas, senão estamos aqui a entrar em competências que não são do Município, efectivamente, depois, relativamente ao artigo 4º, e ao atraso no pagamento ou não pagamento, ou, também não fiquei esclarecido, e gostava de, é o ponto quatro do artigo sexto, que diz: aos associados fundadores não é aplicável o disposto na alínea a do artigo décimo segundo dos presentes estatutos, e que o artigo décimo segundo é pagar pontualmente a participação, portanto eu não sei se não vão pagar, se não pagam pontualmente, como é que isto é, obrigado.”

**Senhor Vereador Gabriel Oliveira:** “Eu vou passar a palavra à Vereadora Rita Madeira, mas gostava só de esclarecer uma coisa, é como modelo que temos aqui, não é mais nem menos do que outros modelos que existem, neste caso da Câmara de Lisboa, que foi feito na altura do engenheiro Rui Godinho, e pelo Vereador que tinha o turismo na altura, e portanto, Vítor Costa, que esse serviu de modelo para o de compra, a primeira fase do PUC, infelizmente não nos deixaram participar, na altura, só participamos nesta fase, aliás, na altura era o nome era PROCOM, penso eu, que era o nome na altura esse programa, acho estranho que era bom para Lisboa, e agora não seja tão bom para a Amadora, de qualquer forma gostaria de passar para a Vereadora Rita Madeira, para esclarecer as restantes questões.”

**Senhora Vereadora Rita Madeira:** “Obrigada Senhor Presidente, Senhor Deputado Andrade Silva, eu volto a referir que esta Agência é criada tendo por base a candidatura que a Câmara Municipal fez ao Projecto URBCOM, e é uma obrigatoriedade que advém dessa candidatura, portanto, não é nada que a Câmara Municipal resolveu agora inventar e criar para arranjar mais lugares para boys ou para não boys, deixe-me dizer também que não há lugares remunerados, o único lugar que eventualmente poderá ser remunerado, é o do director executivo, mas não sei onde é que foi buscar os assessores e outras pessoas, a Agência é dos comerciantes e para os comerciantes, não é da Câmara Municipal, a Agência vai ser construída pelos sócios que serão os comerciantes, e são esses apenas que irão fazer as participações, portanto, relativamente ao Deputado António Lourenço, aproveito já para lhe responder que relativamente ao artigo décimo segundo, tanto a Câmara Municipal como Sócio Fundador, como a Associação de Comerciantes da Amadora e Oeiras, são os dois sócios fundadores e não vão fazer nenhuma participação, relativamente à questão de animação de rua, não tem nada a ver com a iluminação, obviamente que isso é uma competência da Câmara Municipal, quando falamos em animação de rua, estamos a falar de festas, de eventos, e a Agência poderá promover, entre outras coisas, tenho dito, peço desculpa, relativamente à alínea e, aquilo que se passou é que este número dois tinha várias alíneas aqui elencadas, aliás, eu devo-lhes dizer que estes estatutos são cópia de todos os estatutos que tem vindo a ser aprovados por este país fora, não é, porque não é apenas a Amadora que está a ser criada esta Agência, o que nós fizemos foi, remeter estes estatutos, como obviamente era de nossa competência, para o gabinete jurídico, para eles apreciarem, e a resposta do Gabinete Jurídico, como podem ver aqui pelo parecer, é que haveria duas alíneas no artigo segundo que poderiam eventualmente vir a ser incompatíveis com aquilo que seriam retribuições e competências desta Autarquia, foram aquelas que eu já referi, vem reforçar a segurança e limpeza urbana, e negociar contratos com as empresas responsáveis pela gestão dos parques de estacionamento, esta seria a q e a outra seria a n e essas duas alíneas foram retiradas da versão final, aquilo que acontece, é que, quando isto foi outra vez elaborado, aqui no elencar das alíneas, houve aqui um pequeno engano, e passa da n para a o, por exemplo, que foram retiradas essa duas alíneas, essas duas alíneas que se referiu no parecer jurídico não estão aqui, eu posso lhe mostrar a base de trabalho que eu tenho com essas duas alíneas que foram retiradas, muito obrigada.”

**Senhor Deputado Carlos Almeida:** “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhora Vereadora, eu até posso compreender, mas assim eu fico sem perceber o que é que estamos a aprovar, porque em boa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

verdade Senhora Vereadora, nós temos um Parecer do Gabinete Jurídico, que diz, fala numa alínea p e numa alínea n, nem sequer transcreve o teor dessa alínea p e dessa alínea n, e portanto estamos a aprovar uma deliberação, que tem um Parecer do Gabinete Jurídico, que diz que a alínea n deve ser melhor especificada, pois parece parecer conflituada com as competências da Autarquia, Senhora Vereadora, eu acredito nisso, mas o que é facto, é que está aqui, que é o que nós estamos a aprovar, tem um Parecer do Gabinete Jurídico, que diz que a alínea n, deve ser melhor explicitada, estou a dizer, no Parecer Jurídico, peço desculpa, do artigo quarto, do número dois do artigo quarto, que diz, aliás, se bem me recordo, eu não vou jurar, se bem me recordo, inclusivamente, a leitura que a Senhora Vereadora fez do artigo n, tenho a ideia que a leitura que a Senhora Vereadora fez, dizia respeito a contratos também, exactamente, é que a alínea n do artigo quarto, refere-se novamente a contratos, contratados que mudam os associados, pois, eu acredito que sim, Senhora Vereadora, mas o que aqui está, é que nós estamos a aprovar um regulamento, que apêndice do parecer jurídico que diz que a alínea n) é incompatível, e agora fazemos o quê?"-----

Senhora **Vereadora Rita Madeira**: "Senhor Deputado, eu confesso que eu não estou a perceber qual é aqui a dificuldade, aquilo que eu lhe disse, eu tenho o Parecer Jurídico que me diz o seguinte: existem duas alíneas que eventualmente, duas alíneas podem ser incompatíveis com as competências da Autarquia, e aquilo que eu fiz, não foi explicar, porque eu também achei que era verdade, que essas alíneas eram incompatíveis com a Autarquia, e aquilo que eu fiz foi retirar as alíneas, retirei, não tenho que explicar, elas já não estão cá, não existem, se quiser, eu coloco-as cá outra vez."-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: "Senhora Vereadora, não, peço desculpa à Senhora Vereadora, para a boa condução dos trabalhos, vamos lá a ver, o que a Câmara nos está aqui a dizer, se eu estou a perceber bem, peço desculpa se estiver a perceber mal, o que a Câmara nos está aqui a dizer é que a proposta que nós temos aqui, desta proposta deve ser retirada a alínea, já percebi, Senhores Deputados, peço desculpa, o que a Senhora Vereadora nos está a dizer, e isso também era possível, a Câmara pode fazer propostas de alteração e os Senhores Deputados também podem fazer propostas de alteração como sabem, só não podemos alterar aqueles documentos que estão explicitados na Lei, e orçamento, e não sei quê, não vamos aqui explicar, a Senhora Vereadora o que nos está a dizer, é que este Parecer Jurídico referia-se à primeira Proposta de Trabalho da Câmara em que esse Parecer Jurídico diz assim: no que toca à alínea n e a outra alínea, pode conflitar com competências da Câmara, o que é que a Senhora Vereadora fez, retirou essa alínea n, e essa alínea p, e a alínea o da

versão dela passou à alínea m), que é esta que diz contratos de serviços comuns aos associados, quem é que nós temos na Assembleia, eu não tenho nada que me preocupar com as propostas que mandaram da Câmara antes de vir para a Assembleia, o que a Senhora Vereadora nos diz é que, recebido esse Parecer Jurídico, retirou essas duas alíneas, e remeteu a Proposta, que é a Proposta que está aqui em apreciação, e portanto, é sobre essa que nós temos que nos pronunciar, Senhores Deputados, não é sobre as vinte propostas anteriores, que o Executivo no quadro das suas competências burilando e foi trabalhando, nós só temos é de saber se é esta a versão que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia, a Senhora Vereadora está-nos a dizer que sim, portanto com o devido respeito, lá o Parecer se o Parecer era da versão A, da versão B, da versão C, eu só me interessa é a versão que veio para a Assembleia, e mesmo que fosse necessário conceber à alteração da versão que está na Assembleia, a Assembleia tinha competência para propor, e a própria Câmara tem competência, para aqui, em Sede de debate propor alterações."-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: "Eu já tinha percebido que tinha sido isso que tinha acontecido, agora em boa verdade, convínhamos que a Assembleia Municipal estar a deliberar as coisas nestes termos, não é muito claro, porque a Câmara Municipal poderia ter, quando no recinto dos seus considerandos quando diz: sobre a presente matéria foi emitido pelos Serviços o Parecer Jurídico, o qual se anexa à presente Proposta, poderia ter sido explicitada aqui, a alteração que tinha sido produzida sobre um documento, que aparentemente nem sequer a Câmara Municipal conheceu."-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: "Senhor Deputado, agora já é uma questão de Assembleia, o que nós temos que nos pronunciar é sobre o Documento que veio para a Assembleia, porque este Documento que veio para a Assembleia não tem nada a ver com o que o Senhor Deputado está a dizer, não tem nada a ver com isso, o Documento que está aqui, Senhor Deputado a Câmara, como sabe podia não ter enviado nenhum Parecer Jurídico para nós, apresentava só a Proposta, desculpe Senhor Deputado, tinha só apresentado a deliberação da Câmara e a Proposta para a Assembleia, não é obrigada a enviar o Parecer Jurídico, o Parecer Jurídico, o que vem aqui dizer, é que, eles pediram Parecer Jurídico sobre pessoas que trabalham do Executivo Camarário, e na sequência desse Parecer Jurídico, alteraram a versão A, ou a dois, ou a três, não sei, sabe que este processo legislativo não se cria logo a versão perfeita, ou aquela que se entende como perfeita, por isso é que se ouve os técnicos, não é, e ainda bem que o Executivo fez isso, folgo que todas as propostas que venham à Câmara, sejam suportadas, e mandar um Parecer Jurídico, agora o que está aqui em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

discussão, peço desculpa, não faça questão, porque a Assembleia só tem de deliberar sobre o texto que nos foi remetido, e o texto que nos foi remetido são estes estatutos, que estão prorrogados dessa matéria que o Senhor Deputado está aqui a insistir nela.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Eu não estou a insistir em matéria nenhuma, só estou a chamar à atenção, para o facto de a deliberação que nós estamos a aprovar ter apêndice de um Parecer Jurídico, que se remete para uma alínea n, que existe de facto.”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Senhor Deputado, mas nós não deliberamos sobre pareceres jurídicos, nós deliberamos sobre propostas que nos foram remetidas, é uma questão de legalidade, o que a gente vai aprovar é, sobre a deliberação da Câmara, ou chumbar é, a criação de Agenda e Estatutos, Senhores Deputados não há mais esclarecimentos vamos passar à votação.”-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 28 votos a favor, 10 votos contra (Documento anexo à presente Acta).-----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C. M. A. relativa a “*Cartão Municipal do Idoso – Cartão Amadora Sénior (Proposta nº. 139/2007)*”.-----

Senhor **Deputado António Andrade Silva**: (mudança de cassete) “...caros munícipes, apreciamos hoje a Proposta do Cartão Amadora/Sénior, mais uma excelente iniciativa no âmbito do Gabinete de Acção Social, de facto, trata-se de dar corpo à implementação de um projecto que não se constituindo nem com panaceia nem como novidade, visa dar resposta, a resposta possível às inúmeras carências de necessidades de um alargado conjunto de cidadãos idosos do nosso Município, proporcionando-lhes o acesso a um alargado leque de serviços, produtos, com, nalguns casos uma muito significativa redução de custos, não sendo possível por imperativos de natureza legal a aplicação do presente regulamento a todas as pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos residentes no nosso Município, optou-se por se estabelecer através da introdução de critérios económicos conjugados com o factor idade, como aliás acontece em todos os outros Municípios que já adoptaram iniciativas deste género, uma discriminação positiva que assegure

através do princípio da igualdade, um tratamento realmente diferente para situações, materialmente, por vezes muito diferentes, o espírito generoso e solidário subjacente a este projecto, releva de uma necessidade e de uma certeza, a necessidade inadiável da promoção de um alargado de conjuntos de políticas que permitam a mitigação para alguns dos problemas mais prementes, com que estes nossos concidadãos confrontam, a certeza de que a melhoria efectiva do quadro de vida desses cidadãos e dessas famílias, estará sempre intimamente relacionado com a maior ou menos capacidade que todos tenhamos para uma efectiva mobilização de esforços, passivas da alocação de um alargado conjunto de recursos e de vontades, é por isso que estamos seriamente numa dinâmica de reforço e de aprofundamento de diálogo institucional, que alarga horizontes de participação e de partilha mútua, que promova novas, no sentido de inovadoras parcerias estratégicas, que consolida já existentes, e que, sobretudo, seja capaz de induzir um maior e mais solidário o choque demográfico de há muito enunciado, que combina uma pronunciadíssima queda da natalidade com exponencial aumento da esperança média de vida, produzirá a prazos, efeitos verdadeiramente devastadores, no tecido social e produtivo de um alargado conjunto de países, a esse propósito o nosso diagnóstico social não podia ser mais claro nem mais preocupante, o nosso Município regista o mais elevado índice de envelhecimento populacional da região da grande Lisboa, muitos, demasiados dos nossos idosos são pobres, muito pobres, insultuosamente pobres, juntam-se aliás, aos quase trinta por cento de idosos portugueses que dispõem de rendimentos mensais que rondam os duzentos e sessenta euros, como se isso não bastasse, são vítimas de abandono, maus tratos, negligência, ou falta de acompanhamento familiar, só o ano passado o Hospital Amadora/Sintra referenciou cerca de dois mil idosos qualificados como casos sociais, sendo que, quase metade eram pessoas isoladas, sem recursos, sem apoio familiar e mesmo sem família, à solução das nossas responsabilidades no âmbito do quadro legal das Autarquias, no que a estas matérias diz respeito, não ilude nem escamoteia as responsabilidades do poder central no que respeita à implementação atempada de um conjunto de medidas há muito definidas que importa agora corporizar, como é exemplo o PARES, Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, programa que no nosso caso deveria consubstanciar uma forte aposta em equipamento, sobretudo no âmbito da rede de cuidados continuados e paliativos, entretanto, e perante um quadro social com tornos alarmantes que aplica níveis de discriminação e desigualdades inaceitáveis de um número significativo dos nossos idosos e pensionistas relativamente há generalidade dos mais munícipes perante um quadro em que a generalidade dos poderes instituídos carda em assumir as respostas que se impõe, perante a indisfarçável anomia de uma sociedade onde o primar de um ter, de um ter egocêntrico e agonista



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

sobreleva o ser altruísta e solidário, o poder local diz presente na Amadora, como em muitos outros municípios deste país, é por isso, que talvez não seja por acaso que apesar de tudo, seja ainda poder local e a generalidade dos autarcas que o representam os menos causticados por uma opinião pública infelizmente cada vez mais divorciada da política, e sobretudo dos políticos, disse.”-----

Senhora **Deputada Sónia Batista**: “Boa noite a todos, para além da Recomendação que foi feita na Comissão de Coesão Social, para a divulgação e sensibilização deste Cartão, nós queríamos deixar aqui também outras recomendações, relativamente ao artigo terceiro que fala sobre os beneficiários, um dos requisitos é ter idade igual ou superior a sessenta e cinco anos embora todos nós saibamos que temos muitos reformados no nosso Concelho com idade inferior a sessenta e cinco anos, que também, cumulativamente, residem no Município há pelo menos dois anos e com a média de rendimentos perca pita igual ou inferior ao salário mínimo, portanto há muita gente nessa situação, tanto mais que, voltando ainda à Carta Educativa, na síntese que foi feita um quarto da população com mais de quinze anos no nosso Concelho vive no sistema de protecção social como principal meio de vida, portanto, estes dados se calhar deveriam de ter tido em conta, eu sei que o cartão se chama “Cartão 65 Anos”, inicialmente tinha sido pensado “Cartão Sénior”, portanto vem lá na nossa documentação, portanto, acho que isto deveria se calhar abrir o leque a outras situações, deficientes que temos também no Concelho que vivem de pensões mínimas, e para além disso, iria pôr a questão, porquê residirem no Município há pelo menos dois anos, portanto isto faz-me alguma confusão, portanto para usufruir do Cartão não vimos para aqui morar, ou os nossos idosos não vêm para aqui viver, só porque vão ter esses benefícios, quer dizer, pelo menos parece que isso seja uma condição fundamental, obrigada.”-----

Senhor **Deputado Rafael Evaristo**: “Bem, tivemos oportunidade na Comissão de trocar uns, enfim, de uma forma simpática, algumas ideias sobre isto, o que eu penso que está na base e na preocupação da Câmara aqui é proteger socialmente ou agilizar através daquilo que podem ser entidades públicas e privadas, a protecção ou a redução daquilo que é o encargo das despesas de famílias, das famílias de necessidades muito própria, são famílias efectivamente carenciadas, são pessoas que estão num nível de idade já com mais de sessenta e cinco anos, muito bem, tendo em conta estas situações, tendo em conta esta situação e quilo que efectivamente foi o rácio da Câmara para realizar isto, eu penso que iria no mesmo sentido de permitir que se avaliasse não aquilo que é o rendimento, ponto 1, mas efectivamente aquilo que é o rendimento disponível, porque nós sabemos

que nestas idades e neste tipo de população, o que acontece é que existe aqui um grande gasto para aquilo que são medicamentos, para aquilo que efectivamente são tratamentos e penso que acima de tudo, se deve avaliar, penso que até existe aqui uma ficha em relação ao IRS, que se deve avaliar exactamente isso, ou seja, aquilo que é a matéria colectável no final, é fácil de avaliar, é fácil de tomar, seguidamente, tendo em conta que um dos critérios aqui avançados é a necessidade, efectivamente de estar a residir na Amadora há mais de dois anos, muito sinceramente não encontro rácio para que isso aconteça, para mim bastaria que fosse eleitor, sendo eleitor no Concelho da Amadora, quer dizer que efectivamente tem cá a sua vida, quer dizer que efectivamente mudou o seu número de contribuinte, quer dizer efectivamente que está cá, que vive cá, penso eu, e nesta faixa etária ainda mais, por isso é que não compreendo, porquê que quem se mudou por qualquer motivo, ou para casa dos filhos ou para qualquer situação há menos de dois anos não pode usufruir destas situações, depois, efectivamente, outra nota que gostaria de deixar, e que já deixámos na Comissão, a importância de levar mais entidades privadas a aderirem a este Cartão, eu penso que isto pode ser feito, mostrando aquilo que é o próprio benefício que as próprias entidades privadas tiram deste Cartão, porque a responsabilidade social hoje das empresas não é apenas visto como isso, como uma responsabilidade social, mas aquilo que pode ser alcançado, também como menisco de mercado e com possibilidades de oportunidade e de vendas, e penso que, naturalmente, embora não afastando aquilo que foi a ideia das entidades aderirem a este Cartão, e naturalmente a responsabilidade social que possam ter pensem que tenham também aqui um objectivo de e aproximar do menisco e mercado, e conseguir negócio por isto, por isso, acima de tudo, penso que era importante também fazer, qual é que é a média estimada, como é que este Cartão tem sido usado, enfim, algo que convença, futuramente, daqui a um ano, dois, três anos, mais entidades a aderirem a este mesmo Cartão, muito obrigado.”-----

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Muito obrigada Senhor Presidente, Senhora Deputada Sónia Batista em conjunto de algumas questões e reflexões que nos deixou relativamente a este processo, de facto, Senhora Deputada este cartão apesar de não se chamar Cartão Sénior e de se chamar Cartão sessenta e cinco mais, destina-se de facto à população idosa, neste caso do Concelho da Amadora sem prejuízo relativamente às pessoas portadoras de deficiência, que é uma sugestão que deixa que é muito pertinente, se poder equacionar este até pelo tipo de apoios que preconiza e que estão pensados, e que estão vertidos naquele que é o regulamento, foi de facto pensado, para a população sénior do nosso Concelho, e por isso daí o ser para pessoas com mais de sessenta e cinco anos e não

com, sabemos que entre os cinquenta, cinquenta e cinco já temos pessoas reformadas, e sabemos que isso é de facto uma realidade, sendo que a grande expressão da população sénior do nosso Concelho, e já não é a idade activa se situa nesta, conforme pode ver com certeza no regulamento a partir desta faixa etária, depois há uma questão que também colocou, quer a Senhora Deputada quer o Senhor Deputado Rafael, que é a questão do Município há pelo menos dois anos, nós, como já referi, penso que na Comissão procurava não inventar muita coisa neste processo, há um conjunto de exemplos espalhados pelo país relativamente a este processo, e como tive também a oportunidade de explicar, independentemente também do nosso desejo enquanto Autarquia que não houvesse necessidade de existir equivalências mesmo em termos de rendimento entende o legislador que tem de ser criadas em processos destes, e entende a nossa Constituição processo de discriminação positiva, e de facto este foi um dos critérios que incluímos a par da questão do rendimento, porque nos pareceu o mais razoável, e porque da prática existente relativamente a estes processos noutros Concelhos, nas mais diversas zonas do país, desde as zonas mais rurais às mais urbanas, tem sido um procedimento adoptado, porque nós também, há aqui um de algumas pessoas que chegam mais recentemente, muitas vezes a casa de familiares e que por isso pareceu-nos de facto razoável mantermos aqui a questão dos dois anos havendo possibilidade, como é natural nesses processos para depois ir avaliando, o Cartão ainda não existe, não existe nenhum Cartão emitido, só após a aprovação por parte da Assembleia vamos passar à divulgação e depois à emissão dos cartões, e por isso existindo total disponibilidade, como este tipo de regulamentos para fazer um ajustamento, se na prática, e relativamente ao Concelho da Amadora não for razoável o que está definido em termos da residência, a divulgação, claro que sim, é uma questão que nem sequer se discute relativamente a este processo, ela não está feita numa fase inicial, havia a dúvida se carecia ou não de consulta pública, e por isso ainda se avançou com uma primeira divulgação, necessitando de consulta pública todo o processo teve que parar e por isso, porque obrigou a retornar à Câmara antes de vir à Assembleia, por isso a morosidade do processo ser maior, e por isso neste momento, e após a aprovação da Assembleia iremos, e contamos também neste processo poder fazer a divulgação, e sabemos que podemos contar com essa disponibilidade, quer nas instituições que trabalham e peçam serviço nesta área e direccionada especificamente para esta função, quer nas Juntas de Freguesia e num conjunto de entidades que existem no Concelho, há também a expectativa, como é natural, nesses processos, entendendo que toda esta questão da parte farmacêutica e óptica é bastante importante, porque conforme já tivemos oportunidade de ver na Comissão, são áreas em que para os nossos idosos a possibilidade de haver um apoio via desconto, é importante atendendo àquilo que os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhores Deputados já referiram, à volutear da quantia que na maioria das situações têm que despendar em medicamentos etc., e por isso acreditamos também que com a o início do funcionamento e da existência do cartão, outras entidades e outras organizações se possam também associar este processo, sendo que, no que às associações, e diz respeito e nomeadamente aqui, e todos refiro-me em concreto a um conjunto de associações desportivas e outras que temos no Concelho, é natural, e isso também foi vista na Comissão, que depois a percentagem do desconto seja, ou do apoio seja variável consoante também a disponibilidade e a possibilidade das próprias instituições.”-----

Senhor **Deputado Rafael Evaristo**: “Muito obrigado Senhor Presidente, sou muito rápido e quero sintetizar, não compreendi a Senhora Vereadora se efectivamente há disponibilidade para já e agora mudarmos o artigo terceiro alínea c, para apenas isto: residirem ser eleitores no Município, ponto, apenas isto, e gostava de saber porquê, ou seja, se lhe pareceu bem os dois anos, porque que lhe parece mal não existir os dois anos, e parecidamente há disponibilidade para avaliar a proposta que acabou de fazer há pouco de não pegarmos naquilo que seja o rendimento, mas efectivamente o rendimento disponível em matéria colectada, não compreendi, portanto, obrigado.”-----

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Muito obrigada Senhor Presidente, Senhor Deputado Rafael, há sempre relativamente a estes processos total disponibilidade para ir voltar a avaliar, porque eles têm que ser avaliados, e fazer as alterações que se entender melhores para a prestação do serviço, neste momento e com o que existe, e volto a referir que não estamos a inventar nada de novo, estamos apenas a transferir para o Município da Amadora e aplicar o que já existe pelo país fora, estamos a aplicar aquilo que outros Concelhos nas mais variadas zonas do país, estão a aplicar relativamente a estes processos, e o Senhor Deputado teve com certeza oportunidade de analisar antes desta Assembleia até para se documentar, por isso, existirá toda a disponibilidade para as alterações necessárias, como tem que haver relativamente a estes processos depois de avaliados e depois de eles estarem em funcionamento, não estão ainda, como já referi, vai entrar posteriormente em funcionamento, neste momento à equipa técnica da Câmara esta pareceu a melhor solução, porque é a solução que está implementada, como já referi nos mais diversos locais, e é esta que entendemos reunir as melhores condições para avançar em termos do Cartão, com toda a disponibilidade para ir avaliando, mas só depois da entrada do funcionamento do Cartão podemos fazer as correcções que se entender mais necessárias.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 38 votos (Documento anexo à presente Acta).-----

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº. 1 do Artigo 87º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, de *“Proposta de Recomendação sobre a Carência habitacional dos moradores do Alto da Damaia”*.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que o ponto cinco foi um Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU e que obviamente em Conferência de Líderes sobre Proposta da Mesa foi agendado aqui nesta Ordem do Dia como quinto ponto, como disse é um Ponto que foi agendado a pedido do Grupo Municipal da CDU, e portanto dava a palavra ao representante do Grupo Municipal, ou quem entenderem para proceder à sua apresentação, o máximo dez minutos, tenha a bondade.-----

Senhora **Deputada Rita Guimarães**: “Boa noite a todos, no dia vinte seis de Janeiro a Câmara Municipal da Amadora deu inicio a uma série de demolições de casa na Estrada Militar no Alto da Damaia, uma tática que já não nos é recente na política desenvolvida por este Executivo Camarário no que se refere a matéria de realojamento e requalificação urbana, a acção do PER, Programa Especial de Realojamento encontra-se álibis para esta operação, no entanto, ao contrário do que se divulga não são apenas as habitações inscritas no PER que serão alvo das demolições, quem passar pela Estrada Militar conhece o receio dos moradores que vive os moradores da Estrada Militar, não são apenas as casa que são inscritas no PER que são contactados com o intuito de demolição, são várias as situações, desde moradores que adquiriram habitações pós PER desconhecendo toda a situação, a familiares que habitam numa casa inscrita no PER, mas que não faziam parte do agregado na altura, habitações que foram construídas pós PER, etc., todos estes casos estão excluídos de acesso a realojamento, o Partido Comunista Português não concorda com a resolução de uma situação social grave passe pela criação de situações sociais ainda mais graves de exclusão social que estas medidas estão a potenciar, a culpa não morre solteira, não podemos esquecer que o PER baseia-se no recenseamento realizado em mil novecentos e noventa e três, desde então, assistimos a várias alterações da estrutura social do Bairro e do próprio Município, e esta requalificação urbana que se pretende encontra-se alicerçada no recenseamento completamente

desactualizado e com gestões compulsivas de gabinetes de acompanhamento em inserção social, também não ajudaram, isto é necessário ter em conta, há que tomar medidas no sentido de assegurarmos a população da Amadora, o artigo sessenta e cinco do direito da habitação com o seu agrado na nossa constituição de Abril, tem de se encontrar soluções junto dos moradores, fazer o acompanhamento junto dos moradores, na nossa recomendação indicamos o PROHABITA, Programa de Financiamento para Acesso à Habitação como uma possibilidade de resolução podendo sofrer alterações através do Decreto Lei cinquenta e quatro de dois mil e sete de doze de Março, e hoje abrange situações sociais como as que se vivem na Estrada Militar os desalojados são medidas de apoio, soluções para as famílias não é alternativa ao que vivemos hoje.”-----

Senhor **Deputado Rui Lourenço**: “Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, boa noite ao Senhor Presidente da Câmara, boa noite Senhoras e Senhores Vereadores, caros colegas, ora, de tempos a tempos temos assistido aqui nesta Assembleia Municipal recorrentemente a uma série de medidas que tem acompanhado algumas acções de realojamento ou de erradicação de barracas no nosso Concelho que tem tido algum acompanhamento mediático, eu nesta Assembleia já lancei o recto e peno que o Grupo Municipal do PS está disponível para isso, para discutir a habitação no sentido transversal, no seu mais amplo sentido, porque a habitação é realmente o alicerce fundamental de toda a integração social e é um suporte dessa integração, por isso deve de ser tratado com seriedade, e mais uma vez manifesto aqui essa disponibilidade para podermos discutir a habitação nesse sentido, no sentido transversal desta temática, o que temos assistido aqui, infelizmente, é uma chamada política de fusco - fusco, são medidas que são apresentadas aqui, porque o tema estava mais mediático e andamos um bocadinho no misto de fobia pelo mediático, e um misto de tentação de queda no abismo com alguns contornos de masoquismo, porque é assim, porque de facto, se temos aqui um crescente interesse por esta área, que cada vez que os holofotes na televisão, ou jornalistas que se interessam por este tema, muito mal estamos, não estamos a dignificar a posição que devíamos de assumir aqui nesta Assembleia, e não estamos seriamente a dignificar a vida e a respeitar as famílias que estão a ser afectadas por todo este processo, tem algum carácter de masoquismo, perdoem-me os meus colegas, mas realmente Partidos que não têm propriamente um passado distinto nestas questões de habitação, onde, como já foi aqui referido, a política de habitação para eles foi a Administração Central é que tem a responsabilidade, nós o que podemos dar é umas madeirinhas, uns tijolos e uns sacos de cimento, umas madeirinhas e uns pregos, e criticar a posição da Câmara da Amadora tem assumido aqui, que no fundo é cumprir um



acordo de adesão que foi afirmada em noventa e cinco, precisamente porque quem está a criticar neste momento a aplicação desse acordo de adesão que é Programa Especial de Realojamento, assinado tarde e a más horas, assinado sem o recenseamento que devia estar, é curioso estarem a criticar agora o facto de famílias que não estão recenseadas, quando foram eles próprios que passaram o recenseamento, é curioso, deve ser mera coincidência, é engraçado que se esteja aqui a propor à Assembleia Municipal para desrespeitar a lei, para desrespeitar um acordo que foi assinado de livre vontade pelo Município, na altura comandado pela CDU, e onde foi o compromisso de edificar barracas, portanto, e realizar as famílias que estão alojadas nesses sítio, e ao actuar ao não cumprimento da reedificação das barracas e à demolição das barracas é não cumpri a Lei e o Decreto-Lei com a adesão que foi assinado de livre vontade, não podemos estar de bem a dizer e a prometer grandes habitações e assinar acordos e depois não cumpri-los, meus amigo, isto é um Estado de direito e temos de cumprir lei, e relativamente à situação das famílias eu penso que deve de ser tratado de uma forma séria, e não ajeitar responsabilidades para a Câmara Municipal da Amadora, felizmente, e embora tenha algumas imperfeições saiu mais um diploma nesta área que pode dar alguma resposta às famílias que não estão abrangidas pelo PER e, se me permitir chegar ao assunto, e o que está em causa é que agora há a possibilidade das famílias aderirem ao PROHABITA directamente, e isso que está em causa não impede o cumprimento da lei, que o cumprimento das leis é a radicação das barracas, isto felizmente ou infelizmente não temos aqui o canal memória, mas de vez em quando temos os programas que passam na televisão, e que eu recomendo que é “O Portugal Social”, e infelizmente sinto com alguma vergonha de ver as imagens do que era a Amadora há alguns anos e felizmente essa realidade está a mudar, gostava também de chamar à atenção que há uma impossibilidade legal de actualizar o PER, como vocês sabem, o PER foi fechado em noventa e três e tem que ser cumprido, o mais depressa possível, infelizmente não tem tido a sensibilidade de alguns dos Governos que passaram que deviam ter a sensibilidade para o caso especial eu é aqui a Amadora, possamos nós discutir isso com seriedade e tentar arranjar uma solução para estas famílias que estão identificadas pela Câmara Municipal, que já as ouviu que estão recenseadas, esperemos agora que esta ferramenta do PROHABITA possa arranjar uma solução para estas famílias, mas isso não será óbice à continuação do Programa Especial de Realojamento, deve ser continuado, deve ser concretizado e finalizado porque há outras famílias que estão em iguais ou piores condições, que necessitam de habitação e este Programa tem de ser cumprido, lamento mais uma vez que preocupação mediática que o Grupo Municipal da CDU neste caso, outras vezes tem sido outro Grupo Municipal, nunca tenha tido a sensibilidade e a preocupação de falar das outras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

famílias que não são abrangidas pelo PER e estão em situações de habitação tão más ou piores do que essas famílias, eu sei que é muito mais fácil ir atrás dos holofotes da televisão e trazer mediatismo e organizar aqui os números na Assembleia Municipal, é como já disse, nós temos vias de discutir a habitação de uma forma transversal e séria, mas por favor, deixem-se dessas políticas de fusco – fusco de vir cá de vez em quando, quando há um bocadinho de mediatismo e vamos atrás deles, disse, Senhor Presidente.”-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Senhor Deputado, eu pergunto-lhe onde é que está a recomendação que a CDU não quer cumprir o PER, pergunto-lhe onde é que isso está escrito, gostava que me respondesse onde é que está aqui na recomendação que a CDU não quer que se cumpra o PER, mais mediático, acha mediático a carta que o seu Grupo como qualquer Grupo desta Assembleia Municipal recebeu o que está aqui de uma moradora, acha mediático? Esta carta, eu acredito que o Senhor esteja tão preocupado como eu em termos sociais, eu não ponho isso em dúvida, não quero pôr isso em discussão sequer, agora, o seu Grupo, tal como qualquer Grupo desta Assembleia, recebeu uma carta de uma moradora, e são estes problemas sociais que nós queremos uma palavra, queremos uma palavra, não se trata aqui de falar de outras coisas, é lamentável, de faço, quem diz que quer discutir seriamente, e depois vem aqui com atordoadas completamente, desconhecia completamente a Amadora, a Ribeira da Fagueira é muito antes da Câmara da Amadora, muito antes, claro que não é com aquela dimensão, evidentemente como o Alto da Damaia também não é com aquela dimensão, claro que não era.”-----

Senhor **Deputado Rui Lourenço**: “É evidente que eu não posso dizer que se a CDU estivesse hoje na Câmara não cumpriria o acordo de desar ao PER, não é isso que eu dizia, agora o que eu posso dizer, contra factos não há argumentos, não é, de assinarem em noventa e cinco, foram os últimos a assinar e de noventa e cinco a noventa e oito, sabem quantas habitações sociais foram feitas neste Concelho? Zero.”-----

Senhor **Deputado António Santos**: “Em primeiro lugar queria pedir, no caso de existir algum repórter televisivo na sala que desligue a câmara e depois queria-vos falar de seriedade e de Lei, a discussão iniciaria que esta Assembleia tinha que ter, parte em primeiro lugar do Executivo Camarário, e o que é que é discutir seriamente a questão da habitação e da erradicação as barracas do Concelho da Amadora, sejam as casas que sejam abrangidos pelo PER ou não estejam, já é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

tempo Senhor Presidente, independentemente do juízo de valor que faça sobre o aproveitamento ou não aproveitamento que Forças Políticas da oposição à sua Vereação, independentemente do juízo de valor que faça, já é tempo perante tanta contestação, não só de habitantes como também de números desta Assembleia, o Senhor Presidente tem de apresentar nesta Assembleia várias coisas, em primeiro lugar: um levantamento exaustivo das situações existentes das barracas, estejam abrangidas pelo PER ou não estejam, quantas famílias estão envolvidas, quantas situações é que a reedificação de barracas vai criar a pessoas que não estão abrangidas pelo Programa Especial de Realojamento e quantas pessoas vão ficar sem habitação, tem que apresentar que planos é que apresentou ao Governo Central e ao Poder Central e á Segurança Social no sentido de se encontrar as soluções de todos os problemas de habitação que existem para resolver estes casos, eu estou convencido, mesmo, que a Câmara não tem, terá alguns estudos, eu sei que andou a fazer alguns estudos, pelo menos em alguns bairros sobre o levantamento da situação das famílias, e de quantas famílias estariam ou não estariam abrangidas pelo PER, lembro-me perfeitamente que o fez na Estrela d' África, e acredito que o tenha feito noutros sítios, mas é tempo disto ser tornado público, esta Assembleia tem o direito de saber quantas pessoas estão envolvidas e quantas situações de exclusão social vão ser criadas para a aplicação da sua política de erradicação de barracas, e é tempo, de facto, de se cumprir a lei em todos os seus aspectos, é preciso erradicar as barracas, e é preciso cumprir o Artigo sessenta e cinco da Constituição, em que o Estado tem que criar condições e programas habitacionais que não permitam que nenhuma família nem que nenhum cidadão que reside e trabalhe neste país, possa ficar em situações de exclusão, em situações de não ter habitação própria condigna para viver, obrigado.”-----

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “Muito obrigado Senhor Presidente, essas questões das demolições de barracas e de casas abarracadas, obviamente trazem atrás de si situações humanas complicadas, e por isso nos deviam levar a ter aqui algum respeito por esta matéria, e não utilizar permanentemente, que é isso que algumas Forças Políticas têm por hábito fazer, não utilizar estas situações cada vez que há demolições num bairro degradado para fazer show off, e para tentar arrastar as câmaras de televisão para fazer, no fundo show off político, é simplesmente isso, há aqui uma questão de responsabilidade que esta Câmara Municipal tem, a Câmara Municipal aderiu a um programa especial de realojamento e tem por obrigação cumprir esse programa especial de realojamento, e tem também por obrigação de respeitar milhares de pessoas que estão legalmente inscritas no Plano Especial de Realojamento e que esperam há anos, nos demais para serem

realojadas, e portanto essas pessoas tem o legítimo anseio de ver cumprido o seu direito de habitação, entretanto a Câmara não pode frustrar esses anseios, e nós temos de ter bem presente isto, falava-se aqui há pouco, dizia-se aqui em comentário, que não se tem em conta o crescimento das famílias, eu julgo, pelo que eu sei, não conheço em detalhe, mas julgo que a questão do crescimento das famílias é levado em conta na questão do realojamento, outras questões se podem aqui levantar, uma questão que se pode aqui levantar é que o recenseamento original, já foi aqui referido, o recenseamento original, foi feito pelo Partido Comunista Português, foi mal feito, porque deixou de fora, por exemplo, a Cova da Moura, deixou de fora os anexos, as caves e os sótãos da Brandoa, e deixou de fora sabendo que esses problemas existiam, sabendo que no futuro esses problemas iam ser levantados, esta é que é a questão original, esse é que é o pecado original da CDU, e mais atrás, todos nós sabemos, já foi aqui hoje dito, que a CDU aprovou o abarracamento deste Concelho, prometeu o abarracamento deste Concelho, e não construiu habitação social, e portanto é esta uma matéria em que claramente a CDU não devia falar, porque de facto tem um passado que não pode orgulhar, cada vez que esta matéria se discute ouvimos aqui falar, ouvir, discutir, Senhor Deputados, é preciso é fazer, coisa que os Senhores não fizeram, é preciso é fazer e não colocar entraves nesta matéria, e portanto nós temos que ter aqui alguma responsabilidade e algum bom senso, e eu não estou com isso a fazer aqui de advogado da Câmara, mas acho que é preciso haver bom senso nestas matérias, e obviamente aquilo que a Câmara não pode fazer, é promover a venda de barracas, por exemplo, é evidente que não se pode fazer isso, é evidente que se nós pensarmos que qualquer pessoa que venha que obviamente que não tenha possibilidade de fazer uma barraca na Amadora tem direito a uma habitação, nós estamos a eternizar o problema, nunca mais se resolve este problema e os Senhores têm de ter essa noção, e portanto é preciso olhar para estas questões com responsabilidade e não utilizar situações que são de facto complicadas para fazer show off político, claramente, Senhor Deputado, a carta é uma questão que eu li com muita atenção, é uma questão pessoal, o show off é o que o Senhor faz, ao ler a carta e abanar a carta, muito bem, vou concluir Senhor Presidente, desta vez, por acaso está a abanar a carta aqui na Assembleia Municipal, outras vezes, no passado houve casos que se puseram atrás das câmaras de televisão e isso é show off político, isso é aproveitamento de situações delicadas e devem obviamente evitar isso e devem respeitar as pessoas, como é evidente.”-----

Senhor **Deputado António Tremço**: “Eu penso que nós estamos aqui a discutir um assunto muito sério, e devemos todos discutir nessa base, não precisamos dos órgãos de informação, não

precisamos de televisão, até porque nem é a primeira vez que abordamos este assunto, continua-se aqui com a desculpa que nós em mil novecentos e noventa e três é que acordámos o PER, mas isto faz-me lembrar coisas levadas da breca, em mil novecentos e noventa e três, quem estava à frente aqui do Município, eram várias Forças, não era apenas a CDU, vocês recordam-se, quem é que tínhamos na Câmara todos os Vereadores tinham cada Força, ninguém se recorda, pois não? Ninguém se recorda quantos Vereadores tinham cada Força Política, bom, ninguém se recorda, bom, mas agora voltamos novamente à mesma situação, houve muitos que vocês não estavam aqui, eu estou apenas a dizer isto porque a discussão que fizeram na altura e ainda estão aqui alguns, a discussão que faziam na altura, todos nós nos batíamos, tendo em conta que a Amadora tem um problema específico, nós devíamos lutar junto do Governo para termos uma coisa diferente, todas as Forças Políticas aqui defenderam isso e concordaram com isso, portanto agora não venha agora aqui com a desculpa que não é verdade isso, todas as Forças Políticas que aqui discutiram dizendo que amanhã era específica e como tal tinha que ter um tratamento diferente, e nós na CDU também pensamos assim, pensávamos e continuamos a pensar que a Amadora devia de ser tratada diferentemente também em relação a essa situação, parece que somos só nós agora, agora são muito mais a pensar isto, até tendo em conta com o que a Amadora representava em termos daquilo que era preciso fazer, portanto não vale a pena voltarmos aqui, por outro lado esta história dos pregos, eu não me lembro dever aí o Vereador Neves a entregar pregos, vocês recordam-se que era o Vereador Andrade Neves, não recordam, pois não? Também não vale a pena, você também a entregar pregos? Não sei se se recorda se andou a entregar pregos, martelos e tábuas, deixem-se desta palhaçada, isto é palhaçada, portanto não é maneira de discutir os problemas, e sabem perfeitamente no anos sessenta grande parte dos bairros mais fortes da Amadora, dessa situação a partir dos anos sessenta, ainda há pouco tempo eu estive a folhear um livro que foi escrito por um historiador que dizia exactamente isso, quando é que nasceu a Quinta da Lage, digam lá? Foi depois dos anos sessenta ou foi depois? Que agora não são barracas, agora já são habitações, eu falo na Quinta da Lage, portanto não vale a pena, os problemas que nos põem aqui é uma outra situação, ninguém está contra nós cumprirmos o programa, o que é, dizemos, e penso que é isto o fundamental, nós discutimos aqui é que há situações que nós devemos saber como resolver, isto é que é fundamental, é que há situações gritantes, não é destas situações todas, nós sabemos que isso acontece sempre, há situações gritantes e nós temos que ver a melhor maneira de resolver e não ficar debaixo da ponte, ou irão? E aqui não é o problema do PER, aqui é um problema de negociação, novamente voltamos novamente à mesma situação que a Amadora é diferente, e tem que haver aqui da parte do Governo, do Poder Central



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

uma posição diferente para a resolução de alguns problemas, digam lá, isto é demagogia? É estarmos aqui a dizer que os órgãos de comunicação têm que vir para aqui aproveitar os órgãos de informação? Meus Senhores vamos discutir isto de outra maneira, bolas, vamos ver de facto a realidade que temos e de vermos o que é que podemos fazer, porque somos todos responsáveis, somos todos eleitos, e como tal temos todos a responsabilidade.”-----

Senhor **Deputado João Serrano** (pedido de esclarecimento): “A nossa pergunta que eu lhe faço é a seguinte: a CDU definiu uma estratégia, isoladamente sós, utilizado uma expressão mais ou menos utilizável, o que é que a Amadora lucrou com isso? Não lucrou rigorosamente nada, todos os Municípios aqui à volta desenvolveram inicialmente uma política nessa matéria, a estratégia de que o problema é da Administração Central e por isso tem de fazer um programa de excepção, foi isso que rebentou por completado todo um plano de desenvolvimento de um programa que era importante, em segundo lugar eu quero dizer aqui de uma forma muito clara, o seguinte. Eu não acredito no Programa do PROHABITA, pessoalmente não acredito no Programa PROHABITA, e gostaria também de dizer que todas as expectativas que possam criar relativamente a isto, acho que por vezes é preciso estar acautelado sobre essa matéria.”-----

Senhor **Deputado António Tremoço**: “Este pedido de esclarecimento fez-me lembrar uma fábula terrível, não é, porque, de facto, quem não está no poder está tramado, é que isto é uma situação muito complicada, quer dizer, o Senhor Deputado vem aqui dizer que a CDU ficou isolada, que estava só, o que é que quer dizer o Senhor Deputado? O Senhor Deputado, das duas uma, ou não conhece a realidade, ou há aqui qualquer coisa que não joga, então eu vou-lhe explicar, vou-lhe explicar mais ou menos, foi aprovado pelas três Forças Políticas que faziam parte da Câmara a estratégia de discutirmos o PER de uma outra maneira tendo em conta a cidade da Amadora, pelas três Forças Políticas, agora, pelo que o Senhor Deputado me está a dizer se calhar há uma outra situação, é que como a CDU não estava no Poder, e o Governo não era da CDU, entra o Governo e isolou cada vez mais, é isso Senhor Deputado? Eu não penso nada disso, eu penso é outra coisa, foi feito, não invente, Senhor Deputado o Senhor nem estava cá, vá ler as Actas, o que aconteceu, agora vou repetir novamente, as três Forças Políticas que estavam na Câmara, tomaram a decisão a estratégia, não é, estratégia tentar junto do Governo com o PER que tivesse em conta a situação real da Amadora, as três Forças Políticas, a sua também.”-----

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “Senhor Presidente, muito obrigado, eu acho que é importante que o António Tremço tenha trazido esta discussão, a questão da especificidade da Amadora, eu vou tentar explicar em traços gerais porque motivo é que eu acho que esta especificidade da Amadora é verdadeira hoje, como era há vinte anos mas não era há quarenta, mas há vinte anos eram, se nós nos recordarmos, um dos problemas centrais, que este PER seja cumprido ou que o realojamento seja feito, é o próprio PDM, é que o PDM tal como está é uma soma de direitos adquiridos, uma soma de direitos adquiridos que há vinte anos atrás que a CDU conhecia e sabia que impossibilitava no território da Amadora se pudessem realojar, naquela altura todos aqueles que na Amadora estavam a viver em barracas, donde a especificidade da Amadora donde se insere que havia uma questão que não foi acautelada por quem naquela altura, tinha para todos os efeitos a condução política deste Município atribuída pelos eleitores legitimamente, democraticamente nas urnas, a CDU, pode-se dizer à sociedade que havia três Forças Políticas tal como existem actualmente, está aqui a CDU, está ali o Partido Socialista e está ali o PSD, como tem existido, podemos estar a querer criticar uma Lei Eleitoral Autárquica que conduz a isto, mas a realidade dos factos é que a condição política durante dezoito anos nessa Câmara pertenceu à CDU, e há vinte anos atrás a CDU estava ciente que já naquela altura sem o advento da emigração maciça das antigas colónias que adveio já posteriormente cresceu muito posteriormente, sem esse advento, estava ciente, e era perfeitamente claro que não era possível realojar no território da Amadora a maioria das barracas que cá existiam, então eu pergunto-me, quem sabia disto, porquê que não acautelou no PDM e permitiu que o PDM se transformasse numa soma de direitos adquiridos, direitos privados que inviabilizam os terrenos...(mudança de cassette) ...é que não o fez, e portanto a questão da especificidade é fundamental, porque se refere e revela, que de facto a estratégia da CDU era permitir esses direitos adquiridos massificassem a Amadora, que se construísse aquilo que hoje em dia ainda se está a construir ao abrigo desses mesmos direitos adquiridos, e que não se fizesse o realojamento e que não houvesse o cuidado com a tal política social que hoje aqui vem trazer, porque isto revela que há aqui um logro, porque a CDU durante 18 anos soube dos problemas da Amadora, tal como o PSD, tal como o PS, tal como o CDS, soube dos problemas, o problema é que quando a CDU pôde aprovar PDMS que beneficiavam privados e que depois indicavam que o futuro na Amadora pudesse ser resolvido, fê-lo, e fê-lo a cobro de quê, com os interesses de quem, sobre os interesses de quem, ou aí não antecipou o problema? Meus caros amigos, mas é que a condição política não era do PS, era da CDU, foram vocês é que foram sufragados e foram eleitos como maioria que reinava na Câmara,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

não acautelaram, o PDM já não sabia o que estava a cautelar? E porque razão é que permitiram, este PDM serviu para quê? Não foi para realojar pessoas, foi para beneficiar privados que beneficiaram a vós.”-----

Senhor **Deputado Rui Lourenço**: “Obrigado Senhor Presidente, é só para dar um pequeno esclarecimento, porque parece que não havia habitação social antes do PER e de acordos de adesão que deram origem ao PER, e se a CDU tem responsabilidades desde oitenta e nove no Município, de, portanto, o que já foi aqui referido, dezoito anos, é bom saber que desde oitenta e quatro que existe o Programa que foi o pai da PROHABITA, que aqui foi citado pela CDU, permitia fazer habitação social nas condições do PER praticamente idênticas, a única coisa que tinha dito era a taxa de bonificação de juros que em vez de ser setenta e cinco era sessenta por cento, portanto, o que se trata aqui era uma oportunidade perdida, e (erro da cassette), da CDU, o que nós deduzimos, é que a CDU estava eternamente a renegociar para ver se arranjava as melhores condições, dá a impressão daquela noiva que queria casar, e estava à espera do melhor dote, coitada morreu virgem.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados, é tão velha esta coisa, a mentira tantas vezes repetida, torna-se verdade, não é? É assim, Senhores Deputados é porque a gente já discutimos tantas vezes este assunto aqui, tanta vez, e de todas as vezes os argumentos foram sempre os mesmos, foram retidos, e as verdades continuam a ser repetidas, porque, quer dizer, eu tenho que recordar-vos que o PS chegou a ter o Programa de Habitação nesta Câmara Municipal, eu tenho que vos recordar disto?, Senhor Deputado, não olhe para o lado, eu tenho que vos lembrar isto?, o Partido é outro, muda-se de Secretário Geral, ou o Partido também?, é porque a diferença, Senhores Deputados, a diferença é muito clara, e eu digo-vos claramente, a diferença sabe qual é?, a diferença é que nós somos gente de palavra, Senhor Deputado, nós assumimos a nossa responsabilidade para o bem e para o mal, e não alinhamos em campanhas de maquilhagem, sabe, não alinhamos em campanhas de maquilhagem, eu sou solidário com os meus camaradas, alguns deles que já nem sequer o são, que já nem sequer o são, eu sou solidário que no exercício das suas funções o desempenharam e mereceram a confiança da população, e sou solidário para o bem e para o mal, e assumo as responsabilidades, agora, assumam-nas vocês também, assumam também vocês que foram a maioria nesta Câmara Municipal, que tiveram pelouros, exactamente, o PS e o PSD e PP, foram maioria nesta Câmara Municipal, tiveram pelouros à excepção de um mandato, meus caros Senhores Deputados, à excepção de um mandato de maioria

absoluta da CDU, todos os outros Deputados, todas as outras Câmara Municipais, em todos os outros elencos municipais, o PS, o PSD e o PP, fizeram maioria, se tinham uma estratégia alternativa, apresentavam-na, faziam-na votar, faziam-na ir para a frente, Senhores deputados, pelo que o Senhor Deputado Luís Guarita há pouco referiu a lógica de demolições, a lógica das eleições era esta, é que os Executivos Municipais são compostos por diferentes Forças Políticas, e as Forças políticas assumem a responsabilidade do que fazem, e portanto assumam também a responsabilidade de ter aprovado o Plano de Direcção Municipal para o bem e para o mal, e terem tido condições para fazerem aprovar outra política municipal para a habitação que não fizeram, mesmo quando tiveram esses pelouros, agora entendamos uma coisa Senhores Deputados, para terminar, o que estamos aqui a discutir não é mil novecentos e oitenta nem mil novecentos e noventa, Senhores Deputados, o que estamos aqui a discutir, não é sequer como é que surgiu, não é nada disso Senhores Deputados, o que aqui estamos a discutir é a situação do Alto da Damaia, e eu não ouvi nenhum Senhor Deputado chegar aqui e dizer que algum destes quatro pontos que aqui estão, é indispensável, é incorrecto, é ilegal, é injusto, é ilegítimo, não vi nenhum, e portanto, o Senhor Deputado Rui Lourenço que há pouco veio aqui falar de, quase fazer um diagnóstico psicanalítico, deixe-me que lhe diga que esse debate me pareceu um pouco esquizofrénico, porque em boa verdade os Senhores Deputados não discutiram esta Proposta, diversificaram-se sobre outras coisas, agora sobre estes quatro pontos, eu não vi nenhum Senhor Deputado fazer um comentário, aliás, desculpem, estava-me a enganar, o Senhor Deputado Rui Lourenço até disse que o PROHABITA era um recurso, e eu por acaso até fiquei na dúvida se o Senhor Deputado vai votar este ponto cinco.”-----

-----  
Senhor Deputado Luís Guarita: “Primeira nota, efectivamente não se discute aqui nem mil novecentos e oitenta e três nem mil novecentos e noventa e quatro, discutem-se aqui as consequências do que se fez nesse ano, é isso que estamos a discutir, as consequências das políticas adoptadas nesse ano, outro pequeno esclarecimento que é importante, que a memória não esqueça os factos, não, deixe-me fazer um pedido de esclarecimento, é importante que a memória não esqueça os factos, o PSD teve efectivamente o pelouro da Habitação Social, mas não teve o PER, e nessa altura, que eu saiba, não havia Habitação Social na Amadora, portanto, não havia Senhor Deputado, o PER não pertencia, nunca pertenceu ao PSD, não, Senhor Deputado, vá ver, vá ver, quando o PER teve esse pelouro, vá ver, agora deixe ir novamente ao esclarecimento, Senhor Deputado, a CDU sabia quando fez aprovar este PDM, sabia as consequências que ele traria em relação ao ordenamento do futuro do território da Amadora, a pergunta que eu deixo, é porquê que a CDU



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

deixou ser aprovado este PDM então o impediu, porquê que não foi junto do Governo dizer. Não podemos ter PDM, nem podemos aprovar e temos que fazer com estes direitos adquiridos sejam revogados porque a Amadora tem um problema exclusivo, e não vai ter daqui a dez anos terrenos para realojar, não vai ter espaços para meter pessoas, não vai ter dinheiro para fazer, porquê que não o fez? explique-me Senhor Deputado.”-----

-----  
Senhor Deputado Carlos Almeida: “Senhor Deputado, mas porquê que o PSD não fez, porquê que o PSD não votou contra o PDM, posso acabar, Senhor Deputado, eu já disse, comecei aliás por dizer isso, assumo para o bem e para o mal deste PDM, não é retórico, assumo as boas funções e as más funções para o PDM, e deixe-me que lhe diga, que por alguma razão a revisão do PDM está no ponto em que está, por alguma razão, ainda ninguém assumiu, ninguém teve coragem política para alterar, entendamo-nos sobre este ponto, mas a pergunta devolvo-lhe na mesma, Senhor Deputado, os Senhores Vereadores do PSD e do PS eram Vereadores, podiam ter votado contra, mesmo que tivessem votado a favor, podiam também ir dizer ao Governo isso que o Senhor Deputado acabou de dizer, porquê que não disseram nada? Porquê que a altura toda a gente votou a favor?”-----

-----  
Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados, permitam-me que comece por esta recomendação, que é por aqui que eu vou começar, não é pelo PDM, porque o PDM não tem nada a ver com esta questão, por isso acho que há questões que estão atrás, esta não é a questão, seguramente que não é o PDM que resolve o problema das barracas, até porque eu não defendo que no sítio onde estão barracas façam novas casa porque vai lá ficar toda a gente na mesma, bom, vamos à questão da recomendação, eu estranho imenso que a CDU tenha a ousadia, para não chamar outra coisa, de apresentar uma recomendação quando ao fim de não sei quantos anos estamos a proceder a realojamentos e demolições só agora, por causa da Alto da Damaia venho a colocar esta questão, eu acho que de acto, permitam-me a expressão, é pá, não estiveram cá, andaram distraídos, andavam preocupados, seguramente com aquilo que se estava a passar nos Concelhos que a CDU tem a Presidência, tem essas mesmas atitudes, enfim, talvez uma ruptura dentro do próprio Partido, porque se este faz assim, porquê que a gente vai fazer assado, enfim, e por isso acho um bocado estranho, que a CDU venha fazer esta recomendação, o que não seria estranho se fosse o Bloco de Esquerda por razões evidentes, até porque não é já agora, já tinham levantado essa questão, enfim, não responsabilizações na matéria da habitação na Câmara da Amadora, que aliás não compete a mim, naturalmente, defender nem atacar Vereadores que cá

estiveram no passado, tanto o PS, como o PSD, como a CDU, como é evidente, mas também é bom que as coisas fiquem claras, que eu me lembre que não seja CDU teve responsabilização no âmbito da Habitação Social do PER, nenhum, o único Vereador que teve pelouro da área da Habitação Social PER, foi um Vereador da CDU não foi nenhum Vereador dos outros Partidos, também é bom que isso fique claro, pronto, toda a gente sabe isso, pronto, ok, bom, agora se me permitem, outra questão, eu acho interessante esta proposta, Senhor Vereador, dá-me licença, eram doze em Alfovelos, era Santa Filomena, era outra não sei aonde, há vários, primeiro ponto que têm aqui da recomendação, todos os moradores da Estrada Militar sejam ouvidos, mas porquê?, há uma discriminação em relação à estrada Militar, então e os outros, Estradas Militares, e os outros bairros?, e aqueles de excepção, e aqueles que falta continuar?, não há essa preocupação?, só têm preocupação em relação à Estrada Militar?, ou vocês apenas receberam uma carta, que é o caso único que existe no Concelho, isso é um problema social, seguramente não é, tomara eu que fosse, o caso único, que não conheço a carta que nunca a recebi, também estou à vontade ouço acenar com a carta, mas nunca vi essa carta, e naturalmente, se a carta tivesse chegado, já teria analisado e teríamos analisado o caso do ponto de vista social, não tendo a ver se a pessoa tem direito a ser realojada a mando do PER ou não do PER, são questões completamente diferentes, que é bom que a gente se ponha a esta questão, depois esqueceram que a questão devia de ser discutida com todos os moradores, essa faz-me lembrar a história permitam-me a expressão, e agora, sem querer ofender, faz-me lembrar a história quando foi feito o recenseamento de V. Exas. também discutiram com todos os moradores, o recenseamento, qual era a forma, se estava lá toda a gente, se não estava, discutiram também se ficava a Cova da Moura toda ou se ficava só um bocadinho, discutiram com os moradores da Brandoa, se os anexos, os sótãos e as caves ficavam de fora ou não ficavam, ou seja, nessa altura ainda a discussão foi feita e por isso é que os resultados são aqueles do recenseamento, bom, Senhor Deputado Tremoço, permita-me que eu continue que eu não eu não chamei a SIC e o meu amigo faz-me vibrar, não, não chamei, e por isso também não diga isso, o meu amigo segue as suas posições que entende que são as mais correctas, meu amigo, eu também estava cá, ou pensa que eu vim para cá ontem, Senhor Presidente há condições ou não há condições, Senhor Presidente da Assembleia quando houver condições para falar eu falo, pelos vistos há pessoas que não gostam de ouvir, o meu amigo diz a sua verdade eu digo a minha verdade, a sua verdade não é a verdade de toda a gente, vamos lá ver se a gente se entende...”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

**Senhor Presidente da Assembleia:** “O Senhor Deputado tem de ouvir o Senhor Presidente, Senhor Deputado António Tremoço, eu peço desculpa, podem interromper o Senhor Presidente as vezes que quiserem, mas assim, quer dizer, não ouvimos a posição política que o Presidente quer expressar e se tiverem dúvidas sobre a posição política que o Senhor Presidente expressar, no quadro da sua competência do seu tempo, V. Exas. poderão ainda usar o Vosso tempo, ou fazer pedidos de esclarecimento ao Senhor Presidente, agora, eu acho que o Senhor Presidente enquanto eu estive aqui neste ponto, não ouvi pronunciar-se, quando todos os Senhores Deputados dos mais diversos Partidos Políticos usaram da palavra nesta Assembleia, portanto, acho que o mínimo de respeito uns pelos outros, exige que nos ouçamos, é que se não nos pudermos ouvir, então também não nos compreendemos, Senhor Presidente da Câmara, tenha a bondade.”

**Senhor Presidente da Câmara:** “...muito obrigado Senhor Presidente, bom, mas vamos às questões mais concretas sobre isto, dizer o seguinte, é bom de uma vez por todas que não utilizemos falsos argumentos, nomeadamente, os argumentos que é: que o PER foi feito um levantamento em noventa e três, e como tal, as famílias cresceram e a situação evoluiu, é evidente que sim, e não é por causa disso, no âmbito do PER contratualizado, nós temos duzentos e quarenta e um novos desdobramentos que foram autorizados, porque as pessoas já cá estavam, e mesmo os que não estavam, nasceram, cresceram, faziam parte de um agregado, como é óbvio, por isso foram autorizados duzentos e quarenta e um novos agregados, foram também autorizado em inclusão sessenta e sete agregados que não estavam no recenseamento PER de dois mil e três, por vários motivos, uns que não estavam e levantaram a documentação que na altura foram ao recenseamento, por qualquer motivo não estavam lá, não foram contactados, com argumentos e com documentos é evidente que as pessoas foram incluídas por isso, essa questão de dizer que passaram tantos anos, e como tal há uma desactualização do PER, não há uma desactualização do PER, o que nós temos muitas vezes, é pessoas que têm direito a realojamento, e têm direito à tipologia adequada em relação ao agregado não a querem, querem uma casa para cada um, isso é que não é possível, há regras sobre essa matéria, como toda a gente deve compreender, e por isso, o que nós estamos a fazer, apenas se destina numa operação que tem a ver com um conjunto de demolições quando vá pela frente, é bom que isto fique claro, a posição do Presidente da Câmara e conjugado pela Vereadora que tem essa área delegada por mim, é continuar o processo de demolições de casas escritas no PER, que tenham sido soluções resolvidas, ou por agregados que tenham encontrar a solução habitacional, através de auto apoio ao realojamento, têm alternativa habitacional, isso vamos

continuar, e aquilo que nós não fazemos, que também temos, foi um compromisso que é este: não iremos fazer demolições de casas que estejam anteriormente ocupadas, situações detectadas estão a ser acompanhadas no sentido de encontrar uma solução social, junto da Segurança Social, para esta matéria, são questões diferentes, por isso nós não vamos dizer, não há mais demolições, venha quem quiser para a Amadora que isto vai continuar não, isso não vamos fazer, sobre essa matéria, Senhores deputados, temos uma total discordância, ou seja, o PER é para cumprir, como é evidente, há situações de análise que temos que analisar, temos que procurar em relação às pessoas que não sejam oportunistas, não sejam pessoas que estão-se aproveitar desta situação para ter direitos que não tinham, e temos que analisar a situação individual de cada agregado no sentido de ver qual é os problemas que têm e qual é a forma de encontrar uma solução, é obvio, é nesta perspectiva que estamos a trabalhar, e nessas perspectivas que iremos funcionar, e por isso, o que quero dizer, Senhor Deputado, que não faz nenhum sentido esta recomendação, porque esta recomendação, aquilo que podia dizer, bom, agora no Alto da Damaia vão cessar, não se faz uma ETAR não se diminui nem mais uma barraca, toda a gente vai para lá, os que chegam hoje, os que chegam amanhã, os que chegam depois de amanhã, até as pessoas encontraram solução fora do Bairro, como sabe, que havia um conjunto das casas que nós estávamos a demolir, grande parte delas eram casas desocupadas, que entretanto são ocupadas, e eu não defendo a ocupação que foram feitas nos últimos tempos, como o Senhor Deputado deve de compreender, e por isso temos que fazer as demolições, como estamos a fazer demolições na Quinta da Lage, como estamos a fazer demolições na Serra Pequena, na Estrada Militar da Mina, Santa Filomena, etc., como temos de continuar a fazer demolições, de fazer começar no 6 de Maio, que são mais difíceis, já fizeram algumas à mão, temos de continuar a fazer, como é obvio, o que nós não podemos é agravar a situação que herdámos já, herdar, estou a falar do herdarmos dentro do Município da Amadora, não estou agora a discutir se uns agravaram mais ou menos, herdámos uma situação, uma situação de um território de vinte e três quilómetros quadrados como quantas barracas tinham, independentemente daquelas que deviam de ter sido inscritas no PER e não foram, que eram mais ainda, pronto, herdámos, e por isso nós não podemos é contribuir para o agravamento desta situação, e a porta aberta para continuarem a chegar pessoas ocupando as barracas, ou as casa abarracadas, já algumas não são barracas, como sabem, não pode continuar portanto isso é uma solução que nunca mais tem solução, não é possível nem para bem daqueles que vivem nos bairros que têm direito à habitação, nem para aqueles outros que não tem acesso à habitação e que tiveram que fazer uns esforços e continuam a fazer esforços financeiros para ter a sua casa, por isso não é justo sequer, por isso sobre esta matéria temos que ter



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

uma política concreta, vamos proceder às demolições de acordo com aquilo que é as nossas obrigações do PER, vamos, em relação as situações detectadas, acompanhá-las para junto da Segurança Social procurar dar o apoio às famílias que têm necessidade de apoio, e que dentro das normas que estão previstas, possam ter esses apoios, como deve de imaginar, como é evidente, para mim era muito mais agradável, se tiver esta prerrogativa em relação ao PROHABITA do apoio de dois anos de arrendamento, procurar uma solução para alguém que possa ter dois anos para respirar, tem de encontrar durante esses dois anos uma solução, do que ter um mês ou ter dois meses, como é evidente, porque aqui não há uns que são mais humanos do que outros, não há, não é, eu também, deve de imaginar, tanto eu como a Vereadora, as questões que nos são colocadas muitas vezes, muitas verdadeiras, mas outras também não são, nós também sabemos isso, às vezes até já não consigo distinguir o que é que é verdadeiro e o que é falso, e estou certo que qualquer um de vocês se estivesse no meu lugar ou no lugar da Senhora Vereadora, também ficariam muitas vezes chocados com os problemas que se colocam, mas muitas vezes, também ficariam, enfim quase zangado, irritado por aquilo que às vezes lhe querem meter pelos olhos a dentro, quando a gente sabe que por vezes é mentira, por isso há aqui também que distinguir isto, depois há aqui uma questão que nós temos que valorizar, que é o papel dos técnicos que trabalham nesta área, não é fácil, trabalhar na área, nomeadamente na habitação, as assistentes sociais que trabalham nos bairros e acompanham os bairros, não é fácil, são aquelas que naturalmente, que levam, enfim, sofrem as piores ofensas, muitas vezes muitas injustas, são agredidas, muitas vezes sem razão, e são pessoas que estão a fazer o seu trabalho, sério, honesto, e estão a fazer o seu melhor, portanto, eu não acredito que as outras Assistentes Sociais não são pessoas sensíveis, claro que são, são muitas das preocupações que têm, eu não acredito e o Carixas também não acredita, seguramente, e por isso, nós sobre esta matéria temos que continuar esta política, por outro lado dizer uma questão que é assim: a situação que nós temos neste momento, e é bom que isto seja dito, nós neste momento estamos com uma execução de sessenta e nove ponto dois e ainda temos para resolver cerca de dois mil e cinquenta agregados, não é pouco, é dois mil e cinquenta, há Municípios nem de longe nem de perto tiveram um décimo disto, e alguns ainda não resolveram, como todos sabemos, nós temos dois mil e cinquenta agregados na Amadora, estamos a falar naqueles que estão inscritos no PER, não estamos a falar de outras questões fora do PER, bom, e por isso, isto obriga, naturalmente, a nós termos aqui uma política activa no sentido deste número não aumentar, não podemos permitir que os dois mil e cinquenta de repente passe para quatro mil, seis mil, não é possível, nós temos essa obrigação, todos, e por isso não podemos ter também aqui a porta escancarada para que toda a gente

possa entrar, vamos ser sinceros sobre isto, temos naturalmente que ter preocupações sociais, sobre essa matéria, todos os casos, e todos os casos que estamos a fazer de pessoas que estavam não estavam registados no PER estavam a ser acompanhados, estavam a ser apoiados e estavam a programar junto da Segurança Social tivesse sido depois, é evidente que a própria Segurança Social neste momento, como toda a gente sabia, não tiveram verbas para garantir dois meses e três meses, porque as verbas tinham esgotado, é evidente, que com a perspectiva do PROHABITA não vou discutir as virtudes do PROHBITA ou não, em relação a esta matéria serve-me, se depois esta questão é, enfim, uma questão de justiça e de igualdades, é uma questão que também não vou discutir agora, mas, é evidente que pelo menos tenho a possibilidade, de em relação às pessoas que depois de serem apoiadas, de serem analisadas e depois de verificados pressupostos e os condicionantes, enfim, poder-se apresentar uma candidatura à INH e o INH depois puder criar a questão da renda durante dois anos, como é evidente permite, do meu ponto de vista, que as pessoas possam durante dois anos encontrar uma solução, caso contrário ao fim de dois anos terão uma situação de serem despejadas, também elas, mas permite-nos ter de resolver esta questão, porque dos pedidos de habitação que nós temos, e estamos a falar de habitação no seu todo, porque os problemas que temos de habitação, tem a ver com gente que vivem clandestinos, gente que vivem com habitação, gente que vivem em casas degradadas, gente que têm problemas de despejo, no tribunais e no parque privado, como sabem, que estão em dissolvências, gente que não consegue manter uma renda de uma casa, não consegue, são questões de dissolvência, e isto é preocupante, temos duzentos e dezoito casos de pessoas que estão em situação de dissolvência, desculpem lá, eu não tenho que me preocupar com estas pessoas?, tenho que me preocupar com as pessoas que estão cá e têm problemas de dissolvência mais do que aqueles que chegaram ontem ou chegaram amanhã, tenho que me preocupar, eu acho que temos essa obrigação, nós como Município, gostava que se preocupassem todos, como é óbvio, temos outras, temos pedidos de cinquenta pessoas que vivem em quartos, uma coisa é um casal viver num quarto outra coisa é não sei quantas pessoas viverem num quarto, não é, há questões que têm que ser analisadas, temos problemas de insegurança, temos problemas de violência doméstica, etc., e temos também ocupação de pessoas do PER, nós temos uma tenda que incluía três agregados, em questão de casas que estão ocupados, são referenciados e temos essa situação e que procuram casa, por isso o total que neste momento temos foi coisa como setecentos e vinte e nove pedidos de habitação que não tem nada a ver com as situações do PER, é por acaso também, importante dizer e analisar que o grande aumento de pedidos de habitação ao longo dos anos, começou de uma forma muito, praticamente ninguém tinha habitação, em noventa e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

um, em noventa e dois, em oitenta e três uns pedidozitos, mas meia dúzia, em oitenta e quatro houve uma, depois em oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, noventa, noventa e um, noventa e dois, noventa e três, noventa e quatro, três, quatro, dos três, e isto começasse a acentuar partir de determinada altura, quando é que se começa a acentuar o pedido, é a partir de noventa e nove, e em dois mil e três atinge um pique alto e em dois mil e seis outro, ou seja, isto é resultante de quê, o resultante primeiro que as pessoas antes até um determinado período em que não havia demolições, as pessoas iam procurar resolver o seu problema numa barraca, era mais um anexo ao lado que o vizinho lá tinha, davam, e era isso que faziam, ou vendiam ou compravam, era assim que se fazia, como toda a gente sabe, e também tem a ver com aquilo que é também, naturalmente, não havendo essa possibilidade, também um conjunto de casas que entretanto se foram degradando, e também ao mesmo tempo aquilo que tem a ver com a dissolvência dalgumas pessoas que foram tendo, e também com acções de despejo, que naturalmente, entretanto tem efeitos neste momento, e por isso nós temos estes setecentos e vinte e nove pedidos, como eu digo, de habitação, no Alto da Damaia, nós estávamos a proceder, como eu disse a cerca de setenta e oito demolições, não estávamos a demolir casa nenhuma que as pessoas tivessem direito no âmbito do PER, que fique claro, dessas setenta e oito havia um conjunto enorme delas que não pertenciam, ninguém, mesmo não inscritas no PER, e com toda esta questão toda, como é evidente que aquilo estava, tirando três ou quatro que foram precisas demolir, todo o resto foi ocupado, e esta questão vai acontecer e tem tendência a acontecer nos outros bairros, por isso, para mim, a questão de recomendações, primeira questão: temos uma preocupação sobre as questões sociais, em relação às pessoas que estão, estão inscritas, inscritas em pedido de habitação, àquelas que no âmbito do levantamento que estamos a fazer a começar em todos os bairros, estamos a fazer esse levantamento, e, nomeadamente parámos nalguns porque entretanto, porque se é assim não vale a pena fazer um levantamento hoje para amanhã já estar desactualizado porque é permitido que venham para cá todos outra vez, tinha como objectivo que é: ver qual a situação das pessoas, permitir junto da Segurança Social ver qual é a solução de enquadramento dessas pessoas no sentido de encontrar uma solução, e é isso que devemos continuar a fazer, por isso essa recomendação, se é nisto, temos esta preocupação, estamos nessa, não estamos é nessas pressupostos m relação aquilo que são os objectivos desta recomendação, que é no sentido, pára tudo, vamos conversar com todos, nada se demoliu, tudo permite e amanhã podem continuar a chegar porque isto é uma porta aberta, a Amadora é um Concelho aberto, seguramente, mas não um Concelho para estas coisas, muito obrigado.”





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “É muito rápido, apenas para deixar uma nota em relação ao comentário inicial do Senhor residente, eu não posso concordar com o seu comentário inicial, por uma razão simples, é que para todos os efeitos o PDM é o elemento de definição e de ordenamento de todos os solos, é este eu nós temos, é este que está definido na política de ordenamento do território em Portugal, e para todos os efeitos, ao ser o elemento que define o uso do solo, é ele que condiciona esse mesmo uso nas políticas que vem a ser definidas ou não pela Câmara ou por outra entidade, e o problema aqui é, todos sabemos que o PDM não transporta os meios, mas transporta a caracterização do uso daquele solo, daquele imóvel que ali está, e aquilo que acontece com o PDM da Amadora é esse o problema que aqui surge, é que o PDM da Amadora inviabiliza qualquer gestão, uma gestão que flexibilize o uso desse solo de acordo com critérios actuais de reordenamento e de realojamento, é verdade, porque o elemento é este, não se trata de dizer, nós não dissemos que o PDM condiciona ou transporta o elemento que o vai financiar, pois não o traz, mas é que é o PDM que caracteriza o uso daquele solo, ou dos vários solos, e o problema que nós temos com o PDM da Amadora, na nossa leitura, é que é uma soma pura e dura de direitos adquiridos, e é o próprio Presidente da Câmara que aqui já disse por diversas vezes, que o número de barracas que têm ou habitações degradadas ou sótãos, ou anexos que tem para realojar na Amadora, não pode ser feito no território de que dispõe, porque? Porque não tem terrenos públicos e porque fundamentalmente com este PDM não se acautelou este problema há vinte anos atrás, e por isso é que nós dizemos, e por isso é que eu não concordo com o comentário inicial porque o PDM não tem, efectivamente, com os meios e financiamento, mas tem que ver com os meios de ordenamento e o uso do solo, e esse é o problema central na Amadora, é o agora como há vinte anos atrás.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Senhor Presidente, posso só fazer aqui um esclarecimento aqui em relação ao Senhor Deputado, Senhor Deputado, a questão do PDM, vamos lá ver, você podia dizer assim, podia ter posto no PDM dois terrenos, dois grandes terrenos no sentido de fazer habitação social, podia ter posto, até podia ter posto só a habitação, ou urbanizado, é a mesma coisa, agora o que eu me parece, e quero-lhe dizer isto, é que o território que a Amadora tem são vinte e três quilómetros quadrados, com o número de casos que tem para resolver, de facto, é se me permite uma coisa que eu sou contra, já fiz, fiz dois processos de alojamento e não nos compete a fazer, eu acho que é um suicídio para esta cidade, continuar a fazer um processo de alojamento daquela dimensão, e só era possível querendo resolver o nosso território não era com setecentos, era com cinco mil ou seis mil solos, bom isto é um bairro pobre total, e de facto não fomos resolver os problemas da

Amadora, antes pelo contrário fomos concentrá-los, e por isso nós temos que ter em relação a esta matéria determinados tipos de políticas, nós temos que fazer um esforço no sentido de construir menos casas, para arrendamento, temos de fazer mais um esforço no sentido de encontrar soluções para as pessoas que não passem pela construção de habitação de arrendamento, e só deixar esse número que é necessário existir para pessoas que não têm nenhuma condição de não ter uma habitação através de arrendamento, mas há muita gente que pode com esforço e com apoio ter outras soluções que não passe, naturalmente, pela massificação de construção, sobre essa matéria, penso que é bom para os que cá vivem, para aqueles que seriam realojados, e para o futuro, e mesmo em relação à área financeira da Câmara e mesmo em relação aos problemas sociais, por isso, sobre essa matéria, dizer-lhe isso com toda franqueza, deixe-me só, para terminar, eu acho uma piada na parte final naquela recomendação dizia: que a Câmara da Amadora explicita os projectos de reabilitação do local, depois de erradicação das edificações ou estruturas provisórias, estão a falar do Alto da Damaia?, da Estrada Militar?, bom, é que nós já dissemos isso, ficou resolvido desde um lado ao outro, há uma coisa que eu não vou fazer, e isso eu recuso-me sempre, nas zonas onde tirámos barracas, não se vai fazer bairros de realojamento, isso eu não vou fazer, sabem porque?, porque eu acho que as pessoas que também vivem ali à volta também já foram castigadas durante tantos anos que não era justo, podermos encontrar soluções que não fossem aquelas.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito obrigado Senhor Presidente, esta última parte é que eu acho que, não, eu pedi a palavra para muito rápido, eu por um lado queria elogiar o esforço que o Senhor Presidente fez no sentido de recolocar a discussão no ponto, e queria, eu não me cai os parênteses na lama, não tenho nenhum problema em reconhecer, quando eu acho que há bons contributos para o debate, e eu acho que a sua intervenção pelas intervenções e pelos dados que aduziu à nossa discussão, ajudou, sobretudo na segunda parte é colocar a questão no ponto, e o ponto é o Alto da Damaia, entretanto, entre parênteses nós como sabe não acordamos para o problema, recordar-se-á com certeza que quando se levantou a questão a Azinhaga do Besouros, nós também apresentámos uma Proposta e inclusive propusemos a constituição de uma Comissão para o acompanhamento da assunto, do problema, etc., mas o sentido da minha intervenção, Senhor Presidente, tinha a ver com o seguinte: eu, entendidos quanto à necessidade do cumprimento do PER, que nós partilhamos, e que acompanhamos inteiramente, eu não consigo ver em nenhum destes quatro pontos, nada que conflite com aquilo que o Senhor Presidente, o conteúdo da intervenção que o Senhor Presidente teve do Alto da Damaia, porque repare, se todos os moradores

da Estrada Militar sejam ouvidos, ou que as soluções encontradas sejam discutidas com todos os moradores, o Senhor Presidente diz: bom, mas isso já fazemos, não há contradição, portanto, não há contradição em que a Assembleia aprove qualquer coisa nesse sentido, que se encontrem soluções para o realojamento de todos os moradores, o Senhor Presidente acabou agora de dizer, que partilha dessa linha estratégica para a resolução do problema da habitação, e também todos concordámos, o PS também já o referiu que o PROHABITA é um instrumento útil nesse sentido, que a Câmara Municipal explicita os projectos de reabilitação do local, o Senhor Presidente também acabou agora de dar uma indicação nesse sentido, portanto, eu não consigo desluzir na sua intervenção, nenhum ponto que conflite frontalmente com qualquer um destes quatro, e portanto a minha intervenção tinha sobretudo a ver com isto, portanto estou a terminar, Senhor Presidente, qual é o ponto que conflita frontalmente com posição política que o Senhor Presidente acabou de enunciar sobre esta questão, muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “Senhor Presidente, note, de acordo com tudo o que referiu, mas note porque tocou de facto no problema, nós não podemos observar estas coisas à luz daquilo que hoje pensamos e concebemos, a verdade dos factos, é que hoje em dia, todos nós, sem dúvida, do Partido mais à esquerda ao Partido mais à direita, todos nós criticamos este modelo de realojamento em que massivamente em bairros que acabam por ser guetos, e outras coisas, todos nós criticamos, mas este modelo, é o modelo que existia há vinte anos atrás, e não foi um modelo que foi inventado em Portugal, é um modelo que traz hoje problemas aos bairros de França, de Paris, e outros países na Europa, portanto, não olhemos para estas coisas à luz daquilo que pensamos hoje e à luz da caracterização eu fazemos hoje, o que eu dizia, é que há vinte anos atrás, imagine, peguemos nas palavras do Senhor Presidente, o Senhor Presidente dizia: mas o PDM não podia ter garantido terrenos que ficassem como uma espécie de reserva que no futuro viesse permitir à Câmara tomar um opção, pois hoje em dia achamos que isso não faz sentido, mas imagine o Senhor Presidente que hoje tinha na mão esses mesmos terrenos, o Senhor Presidente com certeza não ia repetir os erros, não ia tornar a fazer Casais da Boba, não ia tornar a fazer Casais da Mira, porque já aprendeu com os erros, já verificou que isso é um erro, o Senhor Presidente não ia repetir isso, não tenho a mais pequena dúvida, mas tinha dentro da Câmara e tinha nas suas mãos as possibilidades para ordenar de outra forma o uso do solo, e até naquilo que diz, imagine que no centro da Amadora e disseminado para a Amadora há inúmeros pequenos lotes que permitem construções pontuais que não são maciças, mas que resolvem quatro e cinco problemas, e isso também podia ter ficado decidido no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

regulamento do PDM e da forma como o PDM foi construído e é apenas isso que nós dizemos, é que este PDM como foi feito, criou-lhe a si, a si, a mais ninguém problemas que agora o Senhor Presidente não tem como os resolver.”-----

Senhor **Deputado António Tremço**: “Eu só queria fazer aqui uma pergunta ao Senhor Deputado, falamos aqui muito no Plano Director, eu só quero perguntar ao Senhor Deputado, se nós pegarmos nos terrenos privados da Amadora e nacionalizava-os, explique-me o que é que faziam a isso.”-----

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “Senhor Deputado é com grande alegria e com enorme reluzisse que finalmente o Partido Comunista Português passa a respeitar o privado, a propriedade privada, é com grande alegria, até, eu o único esclarecimento que aqui dei, é a alegria, finalmente o partido Comunista Português democratizou-se, ainda bem, porque amanhã já o vamos ver a pôr em causa as nacionalizações que fez em setenta e cinco e em setenta e seis, ainda bem, alegria, bem hajam, sejam bem vindos.”

Senhor **Presidente da Câmara**: “Só uma nota em relação àquilo que o Carlos Almeida aqui disse, se o Carlos Almeida está tão de acordo comigo, não percebo porque é que apoia esta recomendação, e por um lado, Senhor Deputado, dizer o seguinte: eu não poso de maneira nenhuma, por mim e pelos técnicos desta Câmara, mas mais pelos técnicos da Câmara aceitar isto na fase de demolições a Câmara cometeu graves erros que necessitam ser corrigidos, muito obrigado.”-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo rejeitada por 10 votos a favor e 28 votos contra (Documento anexo à presente Acta).-----

Antes de dar por encerrado os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, as minutas da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do n.º 3 do Artigo 92 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 38 membros presentes.-----

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 01H30.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA**

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Rui Queiroz Correia, 1º Secretário, que a redigiu.

*António Ramos Preto*  
*Rui Miguel Queiroz Correia*

**RELAÇÃO DE PRESENCAS DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2007**

REUNIÃO - 11-04-07

| PARTIDO        | NOME                                       | ASSINATURA  |
|----------------|--|---|
| Presidente     | António Ramos Preto                        | <i>António Ramos Preto</i>                        |
| 1º. Secretário | Rui Miguel Queiroz Correia                 | <i>Rui Miguel Queiroz Correia</i>                 |
| 2º. Secretário | Elisabete da Siva Ferreira                 | <i>Elisabete da Siva Ferreira</i>                 |
| CDS-PP         | Ismael António dos Santos Gomes Pimentel   |   |
| CDU            | António José Tremoço de Brito              | <i>António José Tremoço de Brito</i>              |
| PS             | João Miguel M. Santos Taborda Serrano      | <i>João Miguel M. Santos Taborda Serrano</i>      |
| PS             | Ana Carla Carvalho Venâncio                | <i>Ana Carla Carvalho Venâncio</i>                |
| PPD/PSD        | Luís Manuel Isidro Guarita                 | <i>Luís Manuel Isidro Guarita</i>                 |
| CDU            | António Manuel Batista Borges              | <i>António Manuel Batista Borges</i>              |
| PS             | José Manuel Gorgulho Evangelista           | <i>José Manuel Gorgulho Evangelista</i>           |
| BE             | António Manuel Candeias Coelho dos Santos  | <i>António Manuel Candeias Coelho dos Santos</i>  |
| PS             | Rui André Mendes de Medeiros               | <i>Rui André Mendes de Medeiros</i>               |
| PPD/PSD        | Maria Luísa Jesus Mendes Jubilado          | <i>Maria Luísa Jesus Mendes Jubilado</i>          |
| CDU            | Rita Mafalda Oliveira Ribeiro Guimarães    | <i>Rita Mafalda Oliveira Ribeiro Guimarães</i>    |
| PS             | Sandra Cristina Rodrigues Azevedo          | <i>Sandra Cristina Rodrigues Azevedo</i>          |
| PPD/PSD        | Patrícia Alexandra Pedrinho Paula Ferreira | <i>Patrícia Alexandra Pedrinho Paula Ferreira</i> |
| PS             | Manuel António Torrinho Frade              | <i>Manuel António Torrinho Frade</i>              |
| CDU            | António João Tomatas Carixas               | <i>António João Tomatas Carixas</i>               |
| PS             | Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo           | <i>Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo</i>           |
| CDS-PP         | João Paulo da Graça Castanheira            | <i>João Paulo da Graça Castanheira</i>            |
| PS             | Dulce Jesus Nunes Pereira                  | <i>Dulce Jesus Nunes Pereira</i>                  |
| BE             | António Luís Andrade Silva                 | <i>António Luís Andrade Silva</i>                 |